



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LITERATURA COMPARADA (PPGLC)**

**VOZES INSURGENTES: ESCRIVÊNCIA E LUTA ANTIRRACISTA EM
CAROLINA MARIA DE JESUS E CONCEIÇÃO EVARISTO**

DÉBORA NUNES PALOMO

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LITERATURA COMPARADA (PPGLC)**

**VOZES INSURGENTES: ESCRIVÊNCIA E LUTA ANTIRRACISTA EM
CAROLINA MARIA DE JESUS E CONCEIÇÃO EVARISTO**

DÉBORA NUNES PALOMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Rediver Guizzo

Foz do Iguaçu
2023

**Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI**

181v

Palomo, Débora Nunes.

Vozes insurgentes: escrituragem e luta antirracista em Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo / Débora Nunes Palomo. - Foz do Iguaçu, 2024.

131 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH), Programa De Pós-Graduação em Literatura Comparada (PPGLC).

Orientador: Prof. Dr. Antonio Rediver Guizzo.

1. Antirracismo. 2. Negros - Identidade racial. 3. Negras. 4. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. 5. Evaristo, Conceição, 1946. I. Guizzo, Antonio Rediver. II. Título.

CDU 323.12

DÉBORA NUNES PALOMO

**VOZES INSURGENTES: ESCRIVIVÊNCIA E LUTA ANTIRRACISTA EM CAROLINA
MARIA DE JESUS E CONCEIÇÃO EVARISTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura Comparada.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Antonio Rediver Guizzo
UNILA

Prof. Dra. Josiele Kaminski Corso Ozelame
UNIOESTE

Prof. Dra. Livia Santos De Souza
UNILA

Foz do Iguaçu, 29 de novembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

O sentimento de gratidão é, em minha opinião, um dos mais nobres entre todos os existentes, e posso afirmar que é um dos mais belos que já experimentei. Por mais que eu tente aqui expressar a imensidão do que sinto ao chegar aos agradecimentos e às considerações finais deste trabalho, é desafiador encontrar as palavras que demonstrem verdadeiramente o valor que esta pesquisa tem em minha vida e o quanto sou grata pelas pessoas que dela fizeram parte. De qualquer forma, tentarei traçar aqui algumas linhas que pretendem demonstrar a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram com minha trajetória e com a concretização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conceder força, coragem e fé. Em seu contato, antes de tudo, aprendi a ser mais humana e a entender que a minha fé não é a única e nem elimina todas outras. Apenas quem vive de fato a religiosidade (amor, respeito e liberdade) pode encarar/denunciar sem medo os erros que o fanatismo religioso cometeu e ainda comete mundo afora. Desejo que todos nós tenhamos espaços livres do sentimento de ódio e do medo para expressar a nossa fé e que sejamos capazes sempre de olhar para a do outro com muito respeito e cuidado, seja ela qual for.

À minha amada família, que desde a minha infância ensinou através da honestidade, dos estudos e do respeito ao próximo, o quanto podemos alcançar êxito em nossos objetivos. Dedico a vocês essa alegria. À minha família "Aglutinada", como carinhosamente chamamos, digo que vocês foram meu apoio quando eu me sentia cansada, minha inspiração quando eu cambaleei e minha injeção de ânimo para chegar ao fim. Amo todos vocês.

Aos meus pais, Laudeci Nunes dos Santos e Luís Carlos Palomo, que foram ímpares em minha educação, apesar de todas as dificuldades enfrentadas ao longo do caminho, muito obrigada. Rendo a vocês todo o meu carinho e gratidão. É impagável tudo que já fizeram por mim. Nada que eu faça ou diga pode superar o amor que já demonstraram por mim ao longo desses 33 anos. E saibam que o amor que tenho por vocês é tão grande e valioso que fica impossível explicá-lo ou mensurá-lo.

Aos meus irmãos, Thiago dos Santos Palomo e Ana Carolina Palomo, deixo aqui as minhas mais sinceras linhas de homenagem, de ternura, de zelo e de apreço. O que seria de mim sem vocês? Obrigada por fazerem parte da minha vida e por se alegrarem a cada passo que eu dou. Mana Ana, obrigada pelo ombro amigo e pelo "Não, você vai sim!", "Deixa que eu te ajudo", "Estou passando pegar as meninas...". Você é mil de mil. Aos meus irmãos emprestados, Tatiana e Pedro, obrigada!

Às minhas filhas, Luísa Vitória Palomo Aliatti e Livia Vitória Palomo Aliatti, minhas meninas, que doaram muito de si nesses últimos anos, que brincaram sozinhas enquanto a mamãe trabalhava, estudava e se desdobrava na tentativa de fazer várias outras coisas ao mesmo tempo. Foi por vocês e por todas nós, para que tenhamos um futuro melhor. A mamãe ama e sempre amará, mesmo que o "para sempre" acabe, sempre seremos nós. Obrigada por cada sorriso, cada abraço e por cada grito "A mamãe chegou!" cada vez que eu voltava de um compromisso e me sentia exausta. À minha filha-sobrinha, Emilyanna Urueña Palomo, obrigada por ter vindo ao mundo e por tornar a vida da sua tia mais doce e feliz.

Ao meu esposo, Dioni Luís Aliatti, que tem estado ao meu lado por 15 anos, ensinando-me com paciência o significado do amor despretensioso, sem exigências e disposto a tudo para aliviar o peso das dificuldades, expresso o meu mais sincero agradecimento. Graças à nossa parceria, compartilhando a vida e as conquistas, encontrei um porto seguro que me faz sentir mais forte e feliz. O seu amor me liberta e me permite voar. Eu te amo!

Às minhas amigas, Marlene Niehues Gasparin, Pamela de Souza dos Passos Cavalheiro, Kayanna Pinter, Caroline Arenhart de Bastiani, quero expressar meu profundo agradecimento por compartilharem comigo alegrias, conquistas, dificuldades e aflições. Sempre que estamos em contato, compartilhando nosso dia a dia, sinto que não estou sozinha. Espero que nós, mulheres, possamos ser suporte e força umas para as outras. Sou grata pela amizade de vocês. Vocês são maravilhosas! Agradeço pelas conversas, às vezes rápidas e, em outras, demoradas, que iluminaram os meus dias.

Aos meus professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio, da Graduação em Letras da Unioeste, da Especialização em Educação pela Unicentro e do Mestrado em Literatura da Unila, quero expressar todo o meu agradecimento e admiração. Com vocês, encontrei inspiração, valores e saberes que levarei para a vida. Se hoje cheguei até aqui, devo isso a cada um de vocês, pois plantaram em mim sementes que geraram frutos dos quais me orgulho muito.

Ao professor Antonio Rediver Guizzo, meu orientador nesta pesquisa, que primeiro foi meu professor na disciplina de *Literatura e Violência*, quando me matriculei como aluna especial, lá em 2018, a fim de conhecer o programa, deixo aqui o registro de minha eterna gratidão e respeito. Sempre solícito e disposto a me auxiliar, às vezes, até sem perceber que o fazia, proporcionou-me leveza e liberdade nesse processo de pesquisa. Obrigada por compartilhar comigo conhecimentos, técnicas e por me mostrar outros caminhos no processo de ensino-aprendizagem e de pesquisa.

Aos docentes do programa, pelo esforço e dedicação ao longo destes últimos dois anos que, infelizmente, foram marcados por dias difíceis e de instabilidade em razão da

pandemia. Obrigada, pois mesmo diante do negacionismo, da desvalorização da ciência, da educação e de seus profissionais, bem como do desrespeito que se tem pela vida e pela dignidade humana, os senhores persistiram através das aulas *online* contribuíram com nossa formação. Educadores são dignos de homenagens eternas.

Às professoras da banca de qualificação e de defesa, pela atenção e orientação, muito obrigada. Vocês me mostraram caminhos e apontaram melhorias em meu trabalho, confesso que sem esse olhar crítico e norteador não conseguiria enriquecer a minha pesquisa e buscar melhorias dentro dela. Obrigada!

Aos colegas do programa, obrigada pela parceria, pelos sorrisos, pelas apresentações de trabalhos, por compartilhar momentos e materiais de estudo e, principalmente, pela coragem em partilhar as dificuldades enfrentadas ao longo do processo, confortando-nos e mostrando-nos que os entraves fazem parte da caminhada de todos.

À Unila e ao programa de Pós-graduação em Literatura Comparada, que já me proporcionou diferentes experiências acadêmicas, formações e reflexões importantes para a minha construção profissional e pessoal enquanto cidadã iguaçuense, brasileira e latino-americana. Obrigada!

CONSELHO

*Quem estanca o sangue
que escorreu?
Quem sutura a língua e a boca
arrancadas no meio da fala?*

*Quem devolve o feto primeiro
da esperança trabalhada?
Quem resgata o tempo
e anula a doença
que comeu a saúde da África?*

*Não perca tempo.
Não me procure para anular delitos
que eu não posso e nem quero
agasalhar memórias.
Não vou velar insônia de ninguém.*

*Geni Guimarães
In Balé das Emoções, p.90*

RESUMO

As obras literárias *Quarto de Despejo* (1960), de Carolina de Jesus, e *Becos da Memória* (2006), de Conceição Evaristo, são os objetos de estudo desta pesquisa, que busca compreender o papel da decolonialidade e sua relevância na sociedade contemporânea. O objetivo é analisar se o movimento de escrita/vivência, sob uma perspectiva decolonial, desempenha um papel importante na luta antirracista e na (des)construção do imaginário social em relação à identidade da mulher negra. Para embasar teoricamente o estudo, serão considerados autores como Aníbal Quijano (2005) e Maria Lugones (2020), bem como de outros pesquisadores latino-americanos que pensam criticamente o processo de modernidade/colonialidade/decolonialidade. Além disso, serão exploradas as reflexões de Conceição Evaristo (2005, 2019, 2020) acerca do conceito de *(Escre)vivência*, bem como reflexões de Lélia González (2020), Patrícia Hill Collins (2015, 2016), bell hooks (2020), Djamila Ribeiro (2017) e outras intelectuais negras, a fim de obter uma compreensão ampla da condição social das mulheres negras através de representações literárias e de autoras que falam/criam suas narrativas tomando em conta suas vivências, as quais estão conectadas às intersecções de raça, gênero e classe.

Palavras-chave: Decolonialidade. Identidade. Representações. Mulher negra. Intersecções.

ABSTRACT/ RESUMEN

Las obras literarias *Quarto de Despejo* (1960) de Carolina de Jesus y *Becos da Memória* (2006) de Conceição Evaristo son los objetos de estudio de esta investigación, que busca comprender el papel de la decolonialidad y su relevancia en la sociedad contemporánea. El objetivo es analizar si el movimiento de escritura/experiencia, desde una perspectiva decolonial, desempeña un papel importante en la lucha contra el racismo y en la (des)construcción del imaginario social en relación con la identidad de la mujer negra. Para fundamentar teóricamente el estudio, se considerarán los estudios de Aníbal Quijano (2005) y Maria Lugones (2020), así como de otros investigadores latinoamericanos que abordan críticamente el proceso de modernidad/colonialidad/decolonialidad. Además, se explorarán las reflexiones de Conceição Evaristo (2005, 2019, 2020) sobre el concepto de (Escre)vivencia, así como las de Lélia González (2020), Patricia Hill Collins (2015, 2016), bell hooks (2020), Djamila Ribeiro (2017) y otras intelectuales negras, con el fin de obtener una comprensión amplia de la condición social de las mujeres negras a través de representaciones literarias y de autoras que hablan/crean sus narrativas teniendo en cuenta sus experiencias, las cuales están conectadas a las intersecciones de raza, género y clase.

Palabras clave: Decolonialidad. Identidad. Representaciones. Mujer negra. Intersecciones.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DECOLONIALIDADE E GÊNERO	15
2.1 COLONIALIDADE: BREVES APONTAMENTOS	15
2.2 (DE)COLONIALIDADE: O PENSAMENTO CONTRA-ARGUMENTATIVO	22
2.3 (DE)COLONIALIDADE DO PODER, DO SER E DO SABER: COMPREENDENDO CONCEITOS.	32
2.4 (DE)COLONIALIDADE DE GÊNERO: UM ESPAÇO DE LUTA.	41
3 QUARTO DE DESPEJO: LUGAR DE INSURGÊNCIA E DECOLONIALIDADE?	53
3.1 CAROLINA MARIA DE JESUS, UMA HISTÓRIA DE LUTA E DE RESISTÊNCIA	53
3.2 QUARTO DE DESPEJO: TRAÇOS DECOLONIAIS	57
3.3 HERANÇA DE CAROLINA PARA OUTRAS AUTORAS NEGRAS E LATINO-AMERICANAS	67
4. ENTRE BECOS DA MEMÓRIA: UMA LEITURA À LUZ DA DECOLONIALIDADE	72
4.1 CONCEIÇÃO EVARISTO: VIVÊNCIAS EM PALAVRAS E UM LEGADO PARA A LITERATURA BRASILEIRA	72
4.2 BECOS DA MEMÓRIA: ESCRITA DECOLONIAL	76
4.3 CONTRIBUIÇÕES DE CONCEIÇÃO PARA A ESCRITA LITERÁRIA DE MULHERES NEGRAS	89
5 (RE)ESCREVENDO IDENTIDADES: A LUTA ANTIRRACISTA E A MULHER NEGRA ATRAVÉS DA ESCRITA CRIATIVA DECOLONIAL	94
5.1 A LUTA ANTIRRACISTA: “A VOZ DE MINHA BISAVÓ ECOOU CRIANÇA NOS PORÕES DO NAVIO.”	94
5.2 A BUSCA POR UMA REAL IDENTIDADE: “A VOZ DE MINHA MÃE ECOOU BAIXINHO REVOLTA NO FUNDO DAS COZINHAS ALHEIAS DEBAIXO DAS TROUPAS ROUPAGENS SUJAS DOS BRANCOS PELO CAMINHO EMPOEIRADO RUMO À FAVELA...”	103
5.3 REFLETINDO O PAPEL DA ESCRITA LITERÁRIA DECOLONIAL COMO OBJETO ESTÉTICO TRANSFORMADOR: “A VOZ DE MINHA FILHA RECOLHE EM SI A FALA E O ATO. O ONTEM – O HOJE – O AGORA. NA VOZ DE MINHA FILHA SE FARÁ OUVIR A RESSONÂNCIA. O ECO DA VIDA-LIBERDADE.”	113
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O LEGADO DE CAROLINA E CONCEIÇÃO EVARISTO PARA TODAS AS VIDAS	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

1 INTRODUÇÃO

Iniciar este texto é um grande desafio, pois tratar das feridas históricas da escravidão e de suas reverberações séculos depois requer, antes de tudo, muito cuidado e respeito, já que falar desse passado escravista não se refere apenas àquela narrativa da dominação, como historicamente nos acomodamos a aceitar; mas, especialmente, refere-se à evocação de vidas, de histórias pessoais singulares e coletivas, de cultura, de religiosidade, de lutas, muitas lutas, verdadeiras guerras travadas contra o subjugo, o preconceito, a violência, a tentativa de silenciamento e o massacre de um povo que foi arrancado de suas origens no continente africano para servirem aos mandos e desmandos de sociedades pautadas na hegemonia branca, no padrão eurocêntrico e nos ideais patriarcais.

Então, atrevo-me a dizer que faço o caminho inverso, assim como o fez Machado de Assis ao criar *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), não pela lógica linear de se trazer uma narrativa; mas, às avessas, desafiando o imposto e os estereótipos; pois, como disse Sojourner Truth, ativista negra, em seu discurso intitulado *Ain't I a Woman?* ("E eu não sou uma mulher?"): "A vida é uma batalha difícil de qualquer maneira. Se rirmos e cantarmos um pouco enquanto lutamos a boa luta de liberdade, isso torna tudo mais fácil. Não permitirei que a luz da minha vida seja determinada pela escuridão ao meu redor." (1851, s/p). Assim, não passarei pelos trilhos da escuridão e do sangue, não que eu negue a existência de tais fatos, contudo, vejo hoje a necessidade de ressaltar as vitórias e os movimentos de resistência e decoloniais que sempre existiram, porém antes não foram visibilizados.

Este movimento ao qual me proponho tem muito mais a contribuir para a luta antirracista e para a busca por igualdade, desmascarando a falsa passividade que sempre diminuiu os valores daqueles que lutaram intensamente para se libertar da opressão. Desse modo, meu objetivo é (re)convocar uma coletividade de pessoas marginalizadas e relegadas ao silêncio que, com toda a sua força, ecoam vozes de liberdade e resistem sem medo há séculos, desafiando e emergindo das margens para o centro em diferentes áreas sociais.

Faço isso buscando transcender vozes invisibilizadas, plurais e, também, em memória à minha família materna e de nossos antepassados, raízes negras das quais tenho muito orgulho. Sinto-me grata e na obrigação, enquanto primeira mulher da geração dessa família, de origem humilde e formada por trabalhadores, a chegar tão longe e distante das expectativas para a filha de uma ex-empregada doméstica negra, graduação e Pós-graduação *Strictu Sensu* de Universidade Públicas e de qualidade. Lugar este no

qual muitos outros não puderam chegar e eu, privilegiada, posso estar. Assim, assumo com responsabilidade, respeito e compromisso o papel de analisar obras de duas mulheres negras tão fortes e potentes no mundo da Literatura: Carolina Maria de Jesus (*Quarto de despejo: diário de uma favelada* - 2001) e Conceição Evaristo (*Becos da memória* - 2017¹).

Através de suas escritas e experiências, ambas as autoras conseguiram ocupar lugares de fala que historicamente eram pouco acessados por mulheres negras. O resultado foi um impacto significativo, abalando as estruturas de poder e despertando a ira dos dominantes. Esse movimento insurgente, impulsionado também pela literatura, serve como fonte de inspiração para novas narrativas, futuras gerações e profissionais em diversas áreas. Mulheres negras, enfrentando desigualdades e obstáculos, conseguiram conquistar espaços e fazer suas vozes serem ouvidas. Isso comprova, mais uma vez, que a Máscara de Flandres² não conseguiu silenciar o grito de basta e de liberdade do povo negro, que lutou incansavelmente por justiça e igualdade, no Brasil.

Quando Glória Anzaldúa (2000), no texto “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”, convoca-nos a escrever quando diz “Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes” (2000, p. 255), afirmo que esse trabalho é um movimento de libertação, de resistência e de busca pela apropriação da escrita que se encontra e se soma às vozes que caminham para o mesmo propósito: reescrever a nossa história enquanto mulheres, profissionais de diferentes áreas, professoras, pesquisadoras, mães e tudo a que nos propomos ser.

Para alcançar tal objetivo, metodologicamente, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com análise textual e interpretação crítica das obras literárias selecionadas. Sendo realizada uma leitura atenta das obras *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de Carolina e *Becos da memória* de Conceição, buscando identificar elementos decoloniais presentes nas narrativas através das vozes das personagens/narradoras/escritoras. Serão considerados aspectos linguísticos, simbólicos, temáticos e estruturais, levando em conta o contexto histórico-social em que as obras foram produzidas.

A análise comparativa entre as duas autoras permitirá investigar possíveis influências de Carolina Maria de Jesus em Conceição Evaristo e o conseqüente impacto

¹ Todo o trabalho de análise aqui será baseado nestas duas edições.

² A Máscara de Flandres foi um objeto usado pelos senhores de escravos para impor castigos durante a colonização. Fabricada com metal ou folha de flandres, tinha como principal objetivo impedir que os africanos pudessem beber ou comer. PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009. p. 74.

disso em outras escritoras negras. Serão exploradas semelhanças e diferenças em relação às estratégias linguísticas e representativas utilizadas, bem como aos temas abordados. Dessa forma, será possível compreender como a escrita de Carolina abriu caminhos para a expressão literária de vozes marginalizadas, contribuindo para a construção de uma narrativa coletiva de resistência e empoderamento.

Refletindo, ainda, sobre a importância das obras de Carolina e Conceição na luta antirracista e na desconstrução do imaginário em relação à identidade da mulher negra, será analisado o potencial desses escritos como perspectivas decoloniais que impulsionam mudanças sociais, políticas e legislativas significativas, promovendo a criação de espaços cada vez mais plurais.

Nesse sentido, destaca-se que a literatura desempenha não apenas um papel fundamental na construção de identidades, reflexão sobre questões sociais e promoção de mudanças, mas também, ao analisar as obras de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo sob a perspectiva da decolonialidade, este estudo partindo de obras literárias busca ampliar as discussões sobre a importância da representatividade e da escrita negra na sociedade contemporânea. Esse destaque é relevante porque essas autoras assumem uma postura criativa de autorepresentação e autonomia ao reescreverem suas histórias.

A análise dessas obras revela o poder da palavra como um instrumento de resistência, superação e construção de novas narrativas. Estas, por sua vez, desafiam as estruturas de opressão e fomentam a valorização da diversidade cultural e étnico-racial, demonstrando assim a capacidade única da literatura em moldar perspectivas e impulsionar mudanças sociais significativas quando sujeitos plurais fazem parte dela.

Desse modo, é fundamental ressaltar que cada capítulo inicia-se com uma figura representativa da cultura Ashanti. A escolha dessas figuras não é arbitrária, mas sim uma cuidadosa seleção que busca estabelecer conexões simbólicas entre as imagens e os textos que compõem este trabalho. Essas figuras não apenas introduzem cada capítulo, mas também desencadeiam discussões, promovendo reflexões sobre suas representações, sobre a identidade semântica da cultura negra, bem como sobre as importantes mensagens que são transmitidas por elas e pelas epígrafes de aberturas.

Ou seja, a temática problematizada ao longo do trabalho, em cada capítulo, assim como todas as escolhas de figuras, textos teóricos ou literários, não apenas adicionam complexidade à análise comparativa aqui proposta, mas também buscam enriquecer a compreensão das (inter)relações entre diferentes gêneros textuais, culturas, cosmovisões e apreensões sobre a construção de significados que cercam a vida humana. Logo, o movimento de explorar tais nuances visa valorizar a diversidade presente nessas

escolhas e corroborar com a afirmação da possibilidade de estabelecer tais pontes, ampliando as possibilidades de interpretação e análise no âmbito da literatura.

Por fim, almeja-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir significativamente para a valorização da produção literária de escritoras negras brasileiras, promovendo o merecido reconhecimento do legado de figuras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, bem como de outras autoras negras. Além disso, espera-se que a pesquisa proporcione uma compreensão mais profunda do potencial transformador da literatura no contexto da luta antirracista e na promoção de identidades livres de estereótipos.

2 DECOLONIALIDADE E GÊNERO



Figura 1 - Ave Adinkra (Sankofa)
Cultura Ashanti

2.1 COLONIALIDADE: BREVES APONTAMENTOS

*Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor
minha existência numa sociedade que insiste em negá-la.*

Djamila Ribeiro (2020, s/p)

A luta da população negra no Brasil por reconhecimento social, político, econômico e jurídico é histórica, uma luta através da qual há décadas esforços são somados para alcançar igualdade de direitos e desconstruir o imaginário social minado pelo preconceito e pelo racismo. Resistência foi e é, ao longo dos anos, uma dura trajetória de barreiras diárias a serem vencidas em torno da separação feita entre um “nós” e os “outros”. Por isso, ao olharmos para o futuro, precisamos também voltarmos ao passado e encará-lo como uma realidade inegável e, também, como parte importante da nossa história enquanto sociedade em constante formação e evolução. Afinal, o aprendizado parte do reconhecimento e, não, da negação de fatos históricos que nos constituem como um grupo.

Isso está intimamente ligado à ideia do ideograma Sankofa, que abre este capítulo, pois a imagem dessa ave africana, de costas e como se estivesse contra a direção linear das coisas, assemelha-se à ideia do movimento decolonial e ao pensamento afrodiaspórico que se desvincula do pensamento tradicional e se compreende como um grupo subjugado. Nesse sentido, para compreender esse movimento, proponho antes breves apontamentos e reflexões sobre a nossa trajetória colonial e suas reverberações hoje.

Por volta do século XVI, as navegações trouxeram para este território imigrantes ibéricos e, com eles, vieram também o processo da colonialidade e as consequências que dele advém, cujas marcas figuram - ainda hoje - em nosso pensamento, língua, religiosidade, identidade, cultura, história e, especialmente, na base de relacionamento social mantida uns com os outros. Essa busca pela modernização que culminou na colonização da América Latina, da Ásia e da África não resultou apenas na expansão territorial e na descoberta de novos continentes, mas também na dominação de alguns países sobre outros, na criação de uma metrópole e de uma colônia, assim como de uma extensa exploração de mão de obra escravizada, extermínio indígena e extração massiva de matérias-primas, cujo resultado foi o acúmulo de capital em países europeus. Sobre os reflexos desse período, Oyèrónké Oyěwùmí reflete que

A ideia de modernidade evoca o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, bem como o estabelecimento de estados-nação e o crescimento das disparidades regionais no sistema-mundo. O período testemunhou uma série de transformações sociais e culturais. Significativamente, gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais a partir dos quais as pessoas foram exploradas e as sociedades foram estratificadas (Oyěwùmí, 2020, p. 96).

Considerando os eixos destacados pela autora, raça e gênero, pretendo agora revisitá-los para analisar de que maneira contribuíram para a exploração dos escravizados e para as desigualdades sociais vigentes. Opto por iniciar pela perspectiva racial; pois, simultaneamente ao desenvolvimento político-econômico, moldava-se um pensamento social que se contrapunha a esse progresso. Nesse contexto, emergia uma construção ideológica influenciada pelas visões e práticas dos colonizadores, os quais não apenas dominavam a economia das nações colonizadas, mas também moldavam a perspectiva de mundo, a compreensão de normas e costumes, sempre com o intuito de manter uma relação de poder e controle sobre os povos colonizados.

Essas construções sociais consolidaram-se, principalmente, por meio da imposição de força, domínio, exploração e preconceito, fundamentadas na divisão entre brancos e não brancos. Esse quadro não apenas perpetuou a subjugação dos grupos não brancos, mas também estabeleceu bases profundas para as desigualdades sociais que persistem até os dias atuais.

Divisão que, no passado, foi desenhada nas matas adentradas, nas comunidades indígenas invadidas, no continente Africano violado, nos porões dos navios negreiros, nas senzalas, nas casas grandes, nas fazendas, nas plantações, nos engenhos, onde havia clara divisão entre os que tinham e os que não tinham valor

enquanto seres humanos. Isso também foi descrito nas marcas deixadas em quem resistiu contra a opressão e lutou para se libertar, para romper com o ciclo da violência e, sobretudo, para reivindicar direitos duramente negados. A respeito disso, na obra *Racismo, Sexismo e Desigualdade* (2011), a filósofa Sueli Carneiro, reafirma que

Uma das heranças da escravidão foi o racismo científico do século XIX, que **dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas**, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade naturais. Dessas ideias decorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais que vêm sendo amplamente divulgadas nos últimos anos no Brasil (CARNEIRO, 2020, p. 15, grifo nosso).

Destaco este trecho da fala de Carneiro porque, nele, fica evidente o fato de que a ciência, como instituição de grande importância social, à época, foi concebida e estruturada por uma elite nacional dominada por intelectuais conservadores e minados de ideias racistas, contribuindo para a propagação de que pessoas negras não tinham a mesma capacidade mental, cognitiva e sociocultural comparado às pessoas brancas. E esse movimento foi tão forte que os povos negro brasileiros passaram a ser rotulados também como perigosos, violentos, desordeiros, preguiçosos e todo um pacote de lugar-comum tomado pela negatividade.

Dentro desse contexto, aos negros, não foi dado, desde a colonização, a oportunidade de lugares outros além destes já pré-estabelecidos e cheios de preconceito. Não é sem razão que, atualmente, possamos ainda encontrar no imaginário social brasileiro fortes raízes dessas representações irrealistas. Nos discursos humorísticos (anedotas, piadas, *stand ups* etc.), por exemplo, em que insistem em conservar a fala de que baiano é preguiçoso, não gosta de trabalhar, vive balançando em uma rede e evita qualquer tipo de esforço. Isso é preocupante, primordialmente, porque especificamente nessa região concentra-se o segundo maior número de pessoas negras do país.

Diante desse cenário, cabe então a seguinte reflexão: Que outros lugares a população negra brasileira pode ocupar em uma sociedade dominada pelo pensamento racista e conservador de ideias coloniais e escravocratas? Segundo o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgado em 2021, revelando números importantes em relação ao mapeamento da violência no Brasil, a população negra foi uma das maiores vítimas de homicídio no país, totalizando 77% dos casos. Essa pesquisa aponta também para um aumento, entre 2009 e 2019, na taxa de homicídio de 1,6% para pessoas negras contra uma redução nas taxas de 33% para não negros. Essa realidade desigual está presente

também no sistema carcerário, no panorama de cargos ocupados em diferentes profissões, no número de bancos ocupados nas escolas até a conclusão do Ensino Médio e, primordialmente, nas vagas estudantis ocupadas no Ensino Superior.

Mas, mesmo diante de tal cenário estatístico, não são poucas as figuras que tentam mascarar a realidade no presente, assim como foi prática estratégica no passado. Caros Hasenbalg, na obra “O lugar do negro” (1982), publicada em parceria com a intelectual Lélia Gonzalez, resgata um dos primeiros estudos acerca das relações raciais no Brasil de autoria de Gilberto Freyre. Hasenbalg, mostra de que forma esse estudioso abordou a questão, apontando que ele dá “[...] ênfase na flexibilidade cultural do colonizador português e no avançado grau de mistura racial da população do país o levou a formular a noção de democracia racial” (HASENBALG, 1982, p. 84).

Em verdade, a política da mestiçagem e a democracia racial foi mais um movimento político que tentou apagar e invisibilizar a exploração do negro e do indígena no Brasil, contribuindo sumariamente para a propagação de ideias do branqueamento, logo, estudos e obras como as de Freyre funcionaram como um mecanismo de suavização e de solidificação de ideais racistas e desiguais. Isso fica expresso ao longo da obra freyriana, *Casa Grande e Senzala* (2003); mas, em destaque, no trecho a seguir, retirado do capítulo *IV O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro* (2003), quando o estudioso inicia dizendo que

Trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo. (FREYRE, 2003, p. 366)

Freyre romantiza as relações entre senhores e escravizados, passando a sensação de que as relações foram harmoniosas e, de certa forma, manejadas como trocas de experiências. Essa narrativa fez parte de um movimento de maquiagem da exploração e a criação de um imaginário contorcido em torno da população negra, justificado não só pela ciência e por intelectuais da época, como ele; mas, muito antes disso, pela religião que corroborou com as atrocidades do genocídio indígena, tal qual, com aquele praticado contra a população africana em territórios brasileiros. Usando, como pano de fundo, o discurso da conversão e servidão pacífica, sem resistência, para que se alcance a remissão dos pecados, conforme a ideologia cristã. Pecados estes que os negros carregariam por serem descendentes de Cam, Canaã, filho mais novo

amaldiçoado por Noé. Argumento, igualmente, sustentado por muitos outros religiosos para a manutenção da escravização do povo africano. O Padre Antônio Vieira³, no sermão Vigésimo Sétimo - Santíssimo Sacramento Exposto, nega a escravidão e justifica o cativo por ser uma forma de libertação.

Não há escravo no Brasil, e mais quando vejo os mais miseráveis, que não seja matéria para mim de uma profunda meditação. Comparo o presente com o futuro, o tempo com a eternidade, o que vejo com o que creio, e não posso entender que Deus que criou estes homens tanto à sua imagem e semelhança, como os demais, os predestinasse para dois infernos, um nesta vida outro na outra. Mas, quando hoje os vejo tão devotos e festivos diante dos altares da Senhora do Rosário, todos irmãos entre si, como filhos da mesma Senhora, já me persuado sem dúvida que o cativo da primeira transmigração é ordenado por sua misericórdia para a liberdade da segunda. (VIEIRA, 2011, p. 534)

Abdias do Nascimento, na obra *O genocídio do negro brasileiro* (1978), reafirma que esses discursos, análogos ao de Vieira e ao de Freyre, visavam abrandar a gravidade e a violência da escravidão praticada no Brasil, amparando-se na falácia de que a Igreja Católica teria impedido aqui um processo escravizatório tão cruel quanto aquele praticado na América do Norte. Nessa obra, Abdias reflete de forma bastante crítica e coerente a responsabilidade da igreja que, através de seus representantes, desempenhou um papel pacificador de revoltas e formador do imaginário da população negra para aceitação das condições impostas e, ainda, da sociedade de maneira geral para encarar a escravidão como algo do âmbito espiritual, natural e aceitável. Sobre isso, Abdias aponta em seu texto que

Em verdade, o papel exercido pela igreja católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos "infiéis", mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negroiro. (NASCIMENTO, 1978, p. 52)

É importante destacar e reconhecer estes papéis desenvolvidos por importantes instituições sociais na manutenção do período escravizatório brasileiro, precisamente, para podermos reconhecê-los e combatê-los enquanto discursos sociais excludentes, já que ainda hoje insistem em ressurgir. À título de exemplo, relembro a fala do deputado e pastor Marcos Feliciano⁴, entre 2011 e 2013, no twitter e em entrevistas, defendendo e

³ Padre Antônio Vieira foi um orador, filósofo, escritor e missionário enviado para a catequização dos povos indígenas durante a conquista do Brasil no século XVII. VIEIRA, Antônio, 1608-1697. De Profecia e Inquisição/Antônio Vieira. Brasília: Senado Federal, 1998.

⁴ Há diferentes matérias publicadas em 2011 e 2013, por diferentes veículos de comunicação, replicando a fala do pastor

reforçando a tese de que os africanos teriam descendido de Cam e, por essa razão, conviveriam com doenças, fome, miséria e guerras. Suscitando mais uma vez discursos proferidos por religiosos na colonização como justificativa para que os africanos e seus descendentes fossem colocados em cativeiro, explorados, violentados de diferentes formas e até mortos. Portanto, encarar responsabilidades e refletir sobre elas, bem como, analisar o pensamento que construiu ideias discriminatórias e impulsionou a instauração do poder sobre as pessoas marginalizadas, torna-se sempre um passo na busca pela redução das mazelas sociais e para evitar que nossos erros se repitam.

Retomo, agora, outro ponto importante apontado por Oyěwùmí (2020) no trecho acima, a categorização por gênero; pois, além das separações sociais praticadas através da racialização, há também a diferenciação cristalizada entre homens e mulheres com base no pensamento binário. Essa concepção criou dicotomias hierárquicas cujo resultado foi o subjugamento das mulheres através de estereótipos que as tornaram alvos fáceis da violência, discriminação, invisibilização e pauperização social. De acordo com Patrícia Hill Collins (2015, p. 15), escritora e socióloga estadunidense, “[...] raça, classe e gênero como categorias de análise são fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação [...]”. Mas, torna-se necessário olhar para a questão de gênero, pensando sobretudo nos diferentes contextos em que, nós, mulheres, estamos inseridas. Seria um erro continuar a nos considerar como categoria universal e homogênea, afinal, a multiplicidade é o que nos fortalece e forma enquanto humanidade. Deixar de olhar para as diversas realidades nas quais estamos postas amplia ainda mais as desigualdades existentes entre nós e nos impede de avançar.

O Feminismo Negro⁵ apresentou importantes discussões entorno do tema, porque trouxe para o cerne das discussões tradicionais do *Movimento Feminista* críticas em relação ao universalismo, mostrando que as questões pontuadas por ele não incluíam a todas as mulheres, que também vivenciavam a opressão e a discriminação através de outros pontos, como: *raça* e *classe*. Torna-se indispensável buscar nas discussões do Feminismo Interseccional⁶ apoio conceitual para pensar e analisar questões

e deputado brasileiro retomando essa tese religiosa. Segue link de uma das matérias, disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1257600-feliciano-volta-a-afirmar-que-africanos-sao-amaldicoados.shtml>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

⁵ O feminismo negro é um movimento que surge do descontentamento e da falta de representatividade do grupo de mulheres não brancas em relação ao movimento feminista hegemônico. Estas entendem que pensar a desigualdade entre homens e mulheres não se limita apenas à questão de gênero, mas também à compreensão das opressões sofridas por muitas mulheres em razão da ideia de raça. RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro?. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁶O *Feminismo Interseccional*, por sua vez, é um movimento que aborda a questão das intersecções entre gênero, raça e classe, compreendendo que esses três elementos estão interligados e têm impacto na vida das mulheres. Esse conceito emerge e se desenvolve paralelamente às lutas do Feminismo Negro entre as décadas de 1970 e 1980. No Brasil, tais discussões alcançam autoras como Sueli Carneiro (1985), Luiza Bairros (1995), Lélia Gonzales (1988) e Beatriz

problemáticas de gênero que abrangem a todas as mulheres (negras, indígenas, periféricas, etc.). Intersecções que as atravessam e são, inseparáveis e, também, vias de subjugamento e dominação. Para refletir sobre essa questão, podemos analisar um pouco a representação da mulher negra na Literatura Brasileira, importante veículo de formação de identidades simbólicas, fazendo-nos as seguintes perguntas: Como estas mulheres foram representadas na Literatura Canônica? Como mães? Esposas? Ou seria, como reprodutoras? Cuidadoras e objetos sexuais? Ao falar do tema, no artigo “Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face”, a professora e romancista Conceição Evaristo (2005), ao pensar a representação das mulheres, em especial, das mulheres negras da literatura do século XIX, assegura que

Colocada a questão da identidade e diferença no interior da linguagem, isto é como atos de criação lingüística [sic], a literatura, espaço privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos, apresenta um discurso que se prima em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. Percebe-se que na literatura brasileira a mulher negra não aparece como musa ou heroína romântica, aliás [sic], representação nem sempre relevante para as mulheres brancas em geral. (EVARISTO, 2005, p.220)

Ao pensar esse cenário, em que a autora resgata questões relacionadas ao cenário de desigualdade enfrentado pelas mulheres negras no âmbito literário também tem suas raízes na colonização e nas práticas deixadas pela colonialidade; pois, desde lá, como assinalou Lélia Gonzalez (2020), essas mulheres vêm sofrendo com diferentes tipos de violências e distinção no tratamento do ser mulher, se compararmos ao trato dado às mulheres brancas. A violência sexual, por exemplo, foi praticada como um direito do colonizador, comerciantes e senhores de escravizados. Não é sem fundamento, a exemplo disso, que Freyre usou os seguintes dizeres em sua obra ao falar sobre a predileção sexual dos portugueses: “Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: ‘Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar’; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta [...]” (FREYRE, 2003, 72).

Na obra *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), Lélia Gonzalez rebate e problematiza essa fala, abordando a exploração dessas mulheres através da criação de uma imagem que retira delas a possibilidade de serem outras coisas senão as cuidadoras, objetos sexuais e serviçais das casas grandes. A objetificação das mulheres negras durante a escravidão gerou muitas feridas históricas e desigualdades no campo político, educacional, profissional e sociocultural de maneira geral, afetando sumariamente a real imagem dessas mulheres e isso se concretiza, especialmente, por

narrativas estereotipadas, muitas vezes, desfavoráveis e de marginalização. Esse fato promove uma barreira na visão da sociedade que as percebe via lentes contorcidas. Ao longo do tempo, estas não foram vistas como mulheres, profissionais em áreas de prestígio social, mães, capacitadas para a política e outras atividades de liderança. Na passagem a seguir, Lélia demonstra a limitação da visão da figura mulher negra nessa época:

Enquanto a escrava de oito foi utilizada para, com o seu trabalho, enriquecer os senhores escravistas e fortalecer o tipo de sistema econômico imposto pelos portugueses, a mucama foi utilizada para garantir o lazer e o bem-estar de seus senhores: de sua senhora, na medida em que lhe cabia todo o trabalho doméstico, além de cuidar das crianças brancas desde o seu nascimento (foi por aí, enquanto ama de leite e babá, que ela se transformou na famosa mãe preta); de seu senhor, na medida em que era utilizada como objeto de sua violência sexual. (GONZALEZ, 2020, p. 43).

Os discursos são poderosos e, através deles, constrói-se ou destrói-se a identidade de grupos sociais. Nesse sentido, resgato a fala inicial da epígrafe deste texto, em que a filósofa Djamilia Ribeiro revela que sua “[...] luta diária é para ser reconhecida como sujeito” (2020, s/p). Objetivei com ela mostrar como a descaracterização das pessoas como humanas e ocupantes de espaços diversos delimita e promove separações sociais. A diferenciação por raça ou gênero configurou problemas graves e que nos impedem de avançar enquanto humanidade diversa e heterogênea. Negar direitos não deve ser um caminho escolhido para uma nação justa e democrática.

Assinalo a importância da luta histórica do povo negro que ainda hoje resiste e desfaz as construções coloniais em torno de si, buscando dia a dia contar uma outra história, bem distante daquela marcada pelo preconceito e por discursos falaciosos, colocando-se diante da sociedade enquanto sujeitos ativos. E, ao falar de reconstrução, destaco a literatura desenvolvida por mulheres negras que recorrem à escrita para se autorrepresentar, bem como, estudos de pesquisadores — em sua maioria de origens latino-americanas — que se debruçaram sobre o tema da decolonialidade, renovando o pensamento teórico, a fim de promover discussões epistemológicas mais plurais e não-ontológicas. No subcapítulo seguinte, penso essas novas perspectivas teóricas e literárias para compreender de que forma elas se ligam à questão de raça e gênero, assim como, ao processo de escrita das obras aqui analisadas. Além disso, mostrar de que maneira esse novo olhar proporciona mudanças à identidade de um grupo historicamente marginalizado.

2.2 (DE)COLONIALIDADE: O PENSAMENTO CONTRA-ARGUMENTATIVO

Temos que falar sobre libertar mentes tanto quanto sobre libertar a sociedade.

Angela Davis (1972, s/p)

Libertar mentes, como disse Angela Davis em uma entrevista no ano de 1972, faz-se necessário porque os quinhentos anos de escravidão foram capazes de formatar o pensamento social para a segregação racial, aprisionando-nos, trazendo padrões e estigmas sobre aqueles que têm, ou não, valor social. Determinando, do mesmo modo, os grupos que são considerados humanos e subumanos. Nesse sentido, uma parcela da sociedade viveu sob a construção de uma identidade desumanizadora, ficando às margens da sociedade. Sobre esse aspecto, vale refletir e compreender quais foram e são as formas de se libertar de amarras tão enraizadas e potentes que perpassam o pensamento da humanidade permitindo a exclusão, a escravidão e a morte de pessoas; pois, como disse Judith Butler (2015) e Giorgio Agamben (2007), há “vidas que não são vidas” e “vidas nuas”, ou seja, em nossa sociedade, permite-se o extermínio de vidas não consideradas de valor. Mas, por que isso acontece e como foi construído socialmente o imaginário das pessoas para a aceitação de tal barbárie?

Para diferentes autores, a palavra, a linguagem e o universo das letras foi e é um caminho importante de análise para compreender o subjugamento dos povos colonizados e a construção do pensamento social que fez consentir a divisão social. Os povos subalternizados⁷ buscaram/buscam, ontem e hoje, uma inscrição no corpus social e histórico através de diferentes aspectos, sejam eles de lutas físicas ou psicológicas, na busca pelo rompimento de barreiras materiais e ideológicas; partindo, especialmente, do falar como instrumento de enfrentamento. Dizer é importante para ser, não há como se colocar no mundo em silêncio, eu sou o que falo, o que penso, o que conto, o que escrevo. A humanidade se constitui de linguagens, sejam elas visuais, orais, gestuais ou escritas.

Para a escritora e professora Ana Kiffer, em seus estudos sobre as Cartas de Antonin Artaud e, também, em sua recente obra “*Ódios políticos e políticas do ódio*”

⁷ Gayatri Chakravorty Spivak (1985), uma crítica e teórica indiana dos estudos pós-coloniais, coloca em questão, no título e ao longo de sua obra, a possibilidade de o "subalterno" ter voz, indagando se "Pode o subalterno falar?" Nesse contexto, o termo "subalterno" refere-se àqueles que se encontram à margem das discussões sociais, políticas, econômicas e culturais, ou seja, aqueles que estão fora do centro do poder. Portanto, falar para esses sujeitos que vivem à margem da sociedade é revelar suas experiências, dores e silenciamentos. E foi a partir dessa perspectiva que o termo "subalterno" foi empregado neste trabalho pensando as obras de Carolina e Conceição.

(2019) em parceria com o crítico, pesquisador e professor da New York University, Gabriel Giorgio, a escrita tem um papel primordial na luta pela inclusão das populações precarizadas. Na obra, os autores convocam o leitor a pensar sobre as *escritas de bordas*, uma espécie de experiência testemunhal e, ao mesmo tempo, literária, que se revela como uma necessidade de exposição escrita daquilo que se vivencia.

Partindo dessa perspectiva, observa-se que as batalhas históricas por lugares de fala e por espaços sociais emergem desse tensionamento e do impulso pela busca de mudança. Este último aspecto impulsiona grupos subalternizados a buscar liberdade e direitos, desencadeando uma ruptura de paradigmas e uma exploração de novas perspectivas. Isso desafia o discurso predominante de poder que cria uma dicotomia entre o "nós" e os "outros". Kiffer sustenta que

O ódio marca uma ruptura de certos pactos, protocolos e formas de relações prévias. Mapeia essa ruptura e as linhas que surgem daí: potências negativas, abrasivas, mas também novos territórios coletivos, novos lugares de fala, novas formas de ocupação do público, exemplarmente encarnado nos feminismos, especificamente no feminismo negro. **O ódio marca – e quem poderia duvidar? – nosso momento de maior perigo. Porém, exatamente por isso, marca também a inflexão e a potência de um outro tempo possível.**” (KIFFER, 2019, p. 16, grifos nossos)

Nessa obra, desenvolve-se uma análise abrangente das complexidades e nuances do ódio na contemporaneidade, uma expressão profundamente enraizada em nosso passado colonial. Os autores destacam que o ódio não é uma entidade monolítica, mas sim uma força vital que se manifesta em diversas facetas, provocando o confronto. No entanto, pontua-se que para além do ódio, outros estudiosos exploram e apontam para os variados mecanismos utilizados no enfrentamento às mazelas sociais experienciadas pela população negra.

bell hooks, feminista e ativista negra, destaca — ao fazer um apelo à transgressão a partir do contexto educacional e da formação de sujeitos autônomos — que é crucial proporcionar autonomia aos sujeitos, permitindo-lhes pensar e construir suas relações sociais de maneira livre, desprovida de estigmas e estereótipos. Em outras palavras, a autora aponta para a necessidade de uma educação que capacite os indivíduos a compreender e enfrentar suas adversidades, incentivando a expressão verbal dessas experiências.

Entretanto, ressalta que essa abordagem requer ainda educadores abertos a se posicionarem não apenas como transmissores de conhecimento, mas também como aprendizes, mediadores e flexíveis diante do processo de ensino-aprendizagem. Essa postura colaborativa e adaptativa é essencial para criar um ambiente educacional mais

inclusivo e eficaz.

Esse olhar proposto por Hooks permite-nos fazer também um paralelo com o termo *Escrevivências* criado pela autora Conceição Evaristo. Isso, porque o vocábulo convoca-nos a refletir sobre a importância do processo de linguagem, fala/escrita/vivências dos povos subalternizados, nesse movimento de resposta e de mudanças, que insurgem em cenários complexos de exclusão e de ódio, contrapondo-se à ótica vigente, construindo novas narrativas sobre si, mas não como uma saída odiosa e que se coloca como provocadora de outras barbáries, exclusões e divisões, pelo contrário, apresenta-se como uma reação criativa, solidária e coletiva, cujo propósito reside na reconstrução. Segundo Evaristo, o conceito “Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado” (EVARISTO, 2020, p. 30).

Nota-se, então, a partir dessa conceitualização, que tais construções, sejam elas literárias ou não, tem a pretensão de expor aquilo que é vivido e experienciado no dia a dia pelos povos marginalizados, de forma individual ou coletivamente, revelando uma identidade bem diferente daquela que foi construída pelos grandes cânones literários.

Observa-se, nesse sentido e a partir dessa conceitualização exposta por conceição, que tais construções escritas por mulheres negras, sejam literárias ou não, têm a pretensão de expor aquilo que é vivido e experienciado no dia a dia pelos povos marginalizados, de forma individual ou coletiva, revelando uma identidade bem diferente daquela que foi construída pelos grandes cânones literários.

Nesse aspecto, reside a importância de uma representação autônoma que fuja às imagens de controle produzidas pelo racismo, pela classe e pelo gênero das pessoas. Collins defende isso ao analisar os conceitos de “Autodefinição” e “Autoavaliação” no contexto do qual ela faz parte. Ela compreende as escritoras negras americanas como *outsiders*, já que seriam, em uma definição apresentada por Patrícia, “forasteiras de dentro”, ou seja, falam a partir de um *locus* de quem conhece os dois lados (aquele de quem detém o poder e de quem não o detém) e, desse lugar, com propriedade, contestam representações distorcidas e constroem outras bem distantes desta.

Isso ocorre porque dentre os principais temas retratados nessas obras estão: costumes, religião, culinária, cotidiano na periferia, trabalho etc. Evaristo, em “Gênero e Etnia”; publicado em 2005, assinala, por exemplo, que historicamente a literatura enquanto manifestação linguística se limitou a fixar estereótipos coloniais para a mulher negra “[...] corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor” (EVARISTO, 2005, p. 2), o que promove — sem dúvidas — a alimentação de sentimentos negativos e de rejeição a este e a outros grupos assim também representados (inferioridade). Logo, a

escrita para diversas escritoras negras objetiva, atualmente, visa reconstruir e desmistificar essas representações minadas pelo preconceito e pela exclusão apresentando outras representações do povo periférico, das mulheres e da população negra. Sobre isso, a autora registra que

Essas escritoras buscam na história mal-contada pelas linhas oficiais, na literatura mutiladora da cultura e de dos corpos negros, assim como em outros discursos sociais elementos para comporem as suas escritas. Debruçam-se sobre as tradições afrobrasileiras, relembram e bem relembram as histórias de dispersão que os mares contam, se postam atentas diante da miséria e da riqueza que o cotidiano oferece, assim como escrevem às suas dores e alegrias íntimas. (EVARISTO, 2005, p. 7)

Esse movimento de apropriação da linguagem, da fala e da escrita, ultrapassando o ódio, também é reivindicado e analisado pela escritora chicana Glória Anzaldúa na obra *“Borderlands/ La frontera - The new mestiza”*. Ao longo do livro e, em outros textos, a autora discute como é feita a desconstrução dos sujeitos silenciados e negligenciados por uma sociedade construída a partir de um modelo patriarcal e eurocentrado. Especificamente, no capítulo cinco de *Borderlands*, “Como domar uma língua selvagem”, a escritora faz uma reflexão centrada na língua e em como ela é objeto de censura e apagamento do seu povo no território fronteiriço México/Estados Unidos (Texas) de onde ela vem. Nesse texto, Anzaldúa mostra como a identidade da figura feminina chicana/da mulher mestiça, dentro do seu próprio espaço e junto de seu povo, pode ir perdendo a sua identidade e acabar se transformando em alguém que se envergonha de si mesma porque é constantemente reprimida em suas manifestações verbais. Primeiro, pelos colonizadores e, depois, pelos seus iguais influenciados pela cultura patriarcal, dominadora, da ideia do homogêneo e do uno. No relato a seguir, fica claro como esse contexto de conflitos colonizador/língua/colonizado constitui-se como importante objeto de observação para quem quer compreender o legado da colonização para os sujeitos marginalizados.

Me acuerdo de que me pillaron hablando español en el recreo — lo que me valió tres golpes en los nudillos con una dura regla —. Me acuerdo de que me enviaron al rincón por «contestar» a la maestra angla cuando todo lo que intentaba hacer era enseñarle a pronunciar mi nombre. «Si quieres ser Americana, habla inglés. Si no te gusta, vuélvete a México, donde te corresponde». «Quiero que hables inglés. Pahallar buen trabajo tienes que saber hablar el inglés bien. Qué vale toda tu educación si todavía hablas inglés con un accent», me decía mi madre, avergonzada porque yo hablaba English como una Mexican. En la Universidad Pan American, a mí, y a todos los estudiantes chicanos, se nos exigía que tomáramos dos clases de inglés hablado. Su función: acabar con nuestro accent. Atacar la forma de expresión de una persona con una intención de censura

constituye una violación de la Primera Enmienda. El Anglo con cara de inocente nos arrancó la lengua. A las lenguas salvajes no se las puede domesticar, solo se las puede cortar. (ANZÁLDUA, 2016, p. 103-104).

Diante de tal relato, fica evidente a ideia de “lugar” que se pode ocupar e quais passos precisam ser seguidos para alcançá-los e ser aceito socialmente em um ambiente de repressão. Verifica-se, desse modo, que o domínio sobre a linguagem também se constitui, como disse Anzandúa, em um instrumento fixador de “fronteiras” entre um “nós” e os “outros”. No trecho, mostra-se o aspecto da precarização e do apagamento da cultura do outro através da linguagem, pois menosprezá-la e torná-la inadequada para seu próprio usuário trata-se de mais uma das práticas do colonizador de impor e demonstrar poder. Desse modo, os subjugados (colonizados), muitas vezes, acabam acreditando que sua língua materna deve ser repudiada e rejeitada, já que não teria valor. Ou seja, a língua — objeto de poder falocêntrico — nessa fixação do colonialismo através do enraizamento da colonialidade, alimentou sentimentos negativos e de ódio, trazendo formas de pensar não apenas sobre nós; mas, sobretudo, sobre os outros, acarretando diferentes mazelas sociais e, também, de lutas e formações coletivas de resistência.

Kiffer destacou que o ódio fomentado pelo sistema colonial gerou uma narrativa contrária, um movimento de reconstrução liderado por escritores como Evaristo, Anzaldúa e Angela Davies, entre outros, que questionam as regras impostas pelo colonizador. Diversos grupos subjugados, historicamente tidos como inferiores e destituídos de valores positivos, lutaram bravamente para ocupar seu espaço e desfazer o imaginário criado em torno da negação, do ódio e da ficcionalização de padrões superiores. Para libertar mentes do domínio da colonialidade e alcançar a emancipação plena do ser humano, é imprescindível olhar para autores com perspectivas plurais e distantes daqueles impostos pelo poder dominante, ou seja, é necessário uma multiplicidade de vozes que apresentem outros discursos e perspectivas.

Partindo desse viés, cabe então avaliar de maneira mais profunda o que é em si a colonização a partir de um olhar descentralizado, como ela opera e, ainda, refletir através de vias não-europeias porque ela impacta, até o tempo presente, a vida das populações precarizadas na América Latina, território por décadas explorado pelos europeus. Refletindo sobre o tema, torna-se indispensável considerar os estudos de teóricos negros que falam a partir de suas experiências enquanto intelectuais pertencentes a uma cultura construída e fomentada pela exclusão do que não está dentro do padrão prefixado. Aimé Césaire, um dos importantes representantes dos estudos pós-coloniais, na obra “*O discurso sobre o colonialismo*” (1978), por exemplo, reflete sobre a colonização e a define dizendo que

[...] o que é, no seu princípio, a colonização? Concordemos no que ela não é; nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença tirania, nem propagação de Deus, nem extensão do Direito; admitamos, uma vez por todas, sem vontade de fugir às consequências, que o gesto decisivo, aqui, é o do aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador, do apetite e da força, tendo por detrás a sombra projectada, maléfica, de uma forma de civilização que a dado momento da sua história se vê obrigada, internamente, a alargar à escala mundial a concorrência das suas economias antagônicas (CÉSAIRE, 1978, p. 14-15).

E para que se efetivasse essa concretização do objetivo econômico europeu, como assinala Césaire, cria-se um imaginário social não plural e se estabelece a separação social entre as pessoas, já que a lógica do colonizador, como ocorre com a linguagem, determina um conjunto de ideias, costumes, valores e padrões de pessoas que são autorizadas a dizer, a produzir conhecimento, política, cultura, religiosidade e a construir toda uma vida social valorizada. Reconhecer esses aspectos é o primeiro passo. Esse domínio de um pensamento e de controle social foram pautados por uma cultura predominantemente branca e sexista, permitindo que alguns grupos privilegiados dominassem e obtivessem poder sobre os demais (Aqueles que não se encaixavam nos padrões coloniais impostos), logo, estes poderiam ser explorados e violentados de diferentes formas. Césaire, no introito dessa mesma obra, endossa ainda que

O fato é que a civilização dita “europeia”, a civilização “ocidental”, tal como a moldaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois principais problemas aos quais sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial; que essa Europa, submetida ao crivo da “razão”, assim como ao crivo da “consciência”, mostra-se indefesa ao se justificar; e que ela cada vez mais se refugia em uma hipocrisia tão mais odiosa por ser cada vez menos capaz de iludir. A Europa é indefensável (CÉSAIRE, 1978, p. 12).

De forma bastante lúcida e crítica, o autor aponta que é indefensável a desumanização de pessoas, a escravização e a banalização da vida em detrimento de bens materiais e de consumo. Denuncia, além disso, o fato de que o poder econômico foi colocado durante a colonização acima de tudo e de todos. Outrossim, desmascara a normatização da colonização, a falsa cristandade do movimento e do racismo cruel que se instaura a partir dela, sendo amenizada por discursos que tentam humanizar e encobrir a realidade. Por isso, reafirma-se que não há justificativa que possa ser utilizada para defender esse modo de relacionamento social desigual e que impacte tanto em aspectos sociais e ambientais. O autoritarismo, a escravidão, o extermínio indígena e de pessoas negras, assim como a extração de recursos naturais de forma irracional e a destruição do planeta; visando, sempre, a supervalorização de algumas nações que se sentem mais

respeitáveis e superiores, tornou-se uma prática falida e irremediável que trouxe sérias consequências para a humanidade.

O pensamento colonial que impulsionou o enriquecimento econômico da Europa também desencadeou misérias, situações miseráveis e pessoas miseravelmente perversas pelo mundo e, isso, sim, é inegável. Não há defesa plausível para quem nega o diferente e tenta impor a padronização da humanidade como se fossemos únicos e homogêneos, mas a tentativa dessa imposição a qualquer custo trouxe uma conta alta para a história da humanidade que nos marcou como algo sem precedentes. No entanto, o continente europeu, assim como o mundo de maneira geral, não notou a crescente onda de ódio que se construiu ao longo da história nos corações de sua população através de seus discursos, bem como, o surgimento de figuras capazes de concretizar e guardar em si uma resposta tão bárbara para esse sentimento alimentado por décadas. Como lembra Césaire, a Europa apenas desperta para tal atrocidade quando se vê diante do seu maior mal, ou seja, assim que se depara com o horror dos seus próprios atos, agora, praticados em território amigo (em casa), contra seus iguais, pessoas de sua mesma cor, e não somente em desfavor daqueles desconsiderados para a valorização humana e que viviam em estado de abandono pelo Estado. Segundo o autor, à época, logo que eclode a Segunda Guerra Mundial, observou-se que

As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem: «Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso passa!» E aguardam, e esperam; e calam em si próprias a verdade que é uma barbárie, mas a barbárie suprema, a que coroa, a que resume a quotidianidade das barbáries; que é o nazismo, sim, mas que antes de serem as suas vítimas, foram os cúmplices; que o toleraram, esse mesmo nazismo, antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até ali só se tinha aplicado a povos não europeus (CÉSAIRE, 1978, p. 18).

Ao fechar os olhos para o mal praticado contra o outro, silenciosamente, crescia Hitler, ditador e representante máximo do Regime Nazista, assim como uma legião de seguidores das suas monstruosas e assustadoras ideias, o que reflete hoje tudo que não deve ser feito ou repetido, já que quebra com o limite do plausível, aceitável, visto até então como razoável. Um único homem tornando-se assim a expressão do cruel, do absurdo e da barbárie, como se ela antes não tivesse ocorrido. Atos de extrema violência, encarceramento, aniquilação em massa de pessoas, autoritarismo e imposições contra homens brancos, em suma, ações que colocaram-no na história da humanidade como a pior pessoa que já existiu. Não se nega que o seja, realmente é uma figura indefensável pela forma como agiu, mas é importante, também, e, antes de tudo, refletir sobre os caminhos e as construções sociais, bem como sobre os territórios férteis que permitiram

ao longo de décadas sua existência e, posteriormente, que legitimaram suas práticas.

As perguntas que devem ser feitas são: Como foi possível a existência de uma figura como Adolf Hitler? Como foi possível a busca por uma raça pura, dita Ariana, sem influências ou misturas de outras raças? Como foi possível que ele tivesse uma legião de seguidores? Nelson Mandela (1994), grande líder no combate ao *Apartheid* e primeiro presidente negro da África do Sul, responde-nos a esses questionamentos em um dos seus muitos discursos dizendo que: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar” (1994, s/p). Ou seja, as linguagens e construções sociais lançadas por elas legitimaram o ódio e o apagamento social de pessoas, tornando-as coisas, objetos descartáveis, vidas dispensáveis como aponta Césaire e outros autores. Para ele, houve “sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas” (CÉSAIRE, 1978, p. 25), sendo o resultado disso tudo: o castigo transvestido de Hitler.

O psiquiatra e filósofo pós-colonial, Frantz Fanon, na obra *Pele negra, máscaras brancas* (2008), também aponta para esse importante aspecto do esvaziamento e do massacre à linguagem e à cultura negra. Segundo ele, em seus estudos sobre o contexto colonial francês, deve-se atentar ao fato de que parte da população negra foi levada à alienação em relação a sua essência, à crença ao universalismo branco, ao esquecimento do valor que tem a sua raça e a sua cultura. O negro foi cruelmente induzido a desacreditar das suas qualidades e capacidades. Muitas vezes, mulheres e homens negros precisaram comportar-se como brancos para se inserirem na sociedade e serem aceitos como pertencentes a ela. Para Fanon, “alguns negros querem, custe o que custar, demonstrar aos brancos a riqueza do seu pensamento, a potência respeitável do seu espírito”, porque, diante de um contexto colonial violento e sem espaço para o diálogo, o negro se vê obrigado a tentar provar sua capacidade intelectual para ser reconhecido pelos brancos. Como o próprio autor afirma, “Por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco” (FANON, 2008, p. 27-28).

Ele é branco, uma vez que os negros foram induzidos por essa cultura de imposição e, em meio a todo esse cenário, tornou-se necessário, às vezes de forma inconsciente ou consciente, a adoção de um “não eu” para ser e, principalmente, para sobreviver. A linguagem colonialista e mascarada em diferentes discursos massacra a cultura dos povos não brancos. Ao fazer uma análise do comportamento do negro nas

Antilhas em relação à metrópole, Fanon demonstra que “O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial” (2008, p. 33). A colonialidade fez com que o povo negro fosse obrigado a cobrir-se da cultura branca, da sua linguagem e do seu comportar-se diante do mundo e das coisas. Ao povo não branco foi negado o direito de ser verdadeiramente.

Nessa linha de pensamento, resgata-se os estudos do autor Martín Lienhard, na obra *Disidentes, rebeldes, insurgentes: Resistencia indígena y negra en América Latina. Ensayos de historia testimonial* (2008), em que se apresenta o cenário inicial da colonização e mostra-se como os movimentos de resistências dos indígenas e dos negros cresceram e se fortaleceram na América Latina. No capítulo VI desta obra, de forma contundente, o autor contribui para a desconstrução do discurso tradicional propagado sobre esse período histórico. O estudioso demonstra uma face pouco explorada da colonização, a luta negra e indígena, desmistificando a ideia de passividade dos cativos ante os abusos dos senhores de escravos. Aqui fica claro como se fundou e se configurou há muito tempo esses movimentos contra-argumentativos. Para Lienhard:

En la América española y portuguesa, el poder colonial/esclavista buscó imponer, desde el siglo XVI, sus propios valores y pautas ideológico-culturales. No desaparecieron, en este proceso, los sistemas culturales de los indios ni los que los africanos deportados – y sus descendientes – habían logrado recrear en América, pero quedaron relegados a la clandestinidad. **La relación entre el sistema ideológico-cultural impuesto por los colonizadores y los sistemas que regían la vida comunitaria de los colonizados/esclavizados se fue organizando, básicamente, según un principio que hemos bautizado, en otra parte, como de diglosia cultural.** (LIENHARD, 2008, p. 130, grifos nossos)

O conceito de *diglossia cultural*, trabalhado pelo autor no texto e que aparece nesse trecho, enquanto processo linguístico que pensa a coexistência de duas línguas em níveis hierárquicos diferentes dentro de uma comunidade, ao passo que é incorporado por ele ao campo da cultura, chama a atenção, especialmente, porque demonstra como a resistência dos povos subalternizados – ainda nos primórdios da colonização – já demonstrava um dos movimentos decoloniais mais importantes adotados pelos escravizados. Isso porque essa capacidade de passear por duas culturas e de mesclá-las permitiu, aos escravizados, suportar a violência e por que não dizer: sobreviver. Fazer essa reflexão é importante, exatamente para entendermos que se parte da população como aponta Fanon incorporou o discurso do colonizador, outra parte, do mesmo modo,

fez um caminho inverso e astuto, a fim de escapar da opressão e da morte, usando da linguagem do colonizador para se defender e girar a roda das estruturas de mudanças.

A prática de ter que ocultar seus orixás nas imagens de santos católicos e cultuá-los às escondidas revela o quão cruel eram as práticas do colonizador. Não apenas negavam aos povos escravizados o uso de sua língua materna, mas também negavam-lhes a possibilidade de expressar sua fé, seus costumes e, em última análise, de ser. Lutar contra essa imposição cultural ao longo dos séculos tem sido uma forma de resistência desses povos, que buscam reconstruir suas histórias e superar não só as barreiras linguísticas, mas também as culturais que os relegam à exclusão social. Para essa luta, aprenderam a usar não apenas as armas ocidentais, mas também ferramentas como a escrita, uma forma de romper com as correntes da exclusão e da proibição do direito à fala. Como Lienhard nos lembra, eles juntaram o chumbo, a pólvora e o encantamento ancestral para lutar por sua liberdade.

Enfrentando tais mecanismos de ódios, negação e contextos extremos de violência, em oposição a esses diferentes movimentos excludentes, criador de fronteiras físicas e psicológicas (como nos lembra Anzaldúa), pode-se afirmar que a decolonialidade nasce junto da colonização e vem combatendo as marcas desse período, suas falácias e suas extensões deixadas pelas marcas do colonialismo. Em síntese, a reação de grupos subalternizados contra a violência e a barbárie que se perpetuava com o projeto universalista e exploratório foi se fixando mediante a resistência aos moldes preestabelecidos, em novas linguagens e na busca pela manutenção de suas raízes e essências. A princípio, a ideia decolonial apresentava-se como algo ainda sem organização sistêmica e epistemológica, formava-se, desse modo, fundamentada e concretizada nas pessoas que davam uma resposta de recusa à escravidão, à exploração, à negação de sua existência e à dialética do colonizador, buscando, primeiro, a liberdade e as condições humanas para se manterem vivos; mas, posteriormente, passou a ser normatizada e organizada epistemologicamente.

Teóricos como Gayatri Chakravorty Spivak, Aimé Césaire, Frantz Fanon e tantos outros, precursores dos teóricos decoloniais, posicionaram-se como analistas-críticos das estruturas colonialistas, ou seja, são pós-coloniais. Eles propunham novos olhares e horizontes para as mazelas da humanidade, especialmente, pensando a questão dos povos marginalizados, desafiando a estrutura centrada no universo uno, no europeu, e na forma colonial de conceber o mundo e as pessoas que dele fazem parte. Nessa dinâmica, tais teóricos abriram portas para que outros movimentos pudessem realizar e questionar os contextos de marginalização em que viviam.

Dessa forma, dentro dessa perspectiva de outros olhares, observa-se que após

as lutas pela libertação, e também, posteriormente aos estudos pós-colonialistas, surgem os pesquisadores do grupo Modernidade/Colonialidade, propondo uma análise mais sistemática e epistêmica das relações construídas pós-libertação. Estudiosos latino-americanos buscaram ampliar conceitos e epistemologias demonstrando que o fim da colonização, avanço para o moderno, não destruiu o poder e o controle do colonizador, pelo contrário, os povos colonizados continuaram a ser produtos de exploração em diferentes aspectos da vida: social, econômico e político.

No próximo capítulo, realiza-se a apresentação, de forma sucinta, de conceitos chave propostos por esses estudos, modernidade/colonialidade/decolonialidade, a fim de compreender como as estruturas de poder foram fixadas desde a colonização das Américas. Para realizar tais análises, focamos nas investigações projetadas por Aníbal Quijano (2005), Nelson Maldonado-Torres (2020) e Maria Lugones (2020), já que estes estudiosos nos dão instrumentos para compreender, analisar e debater pontos importantes no manutenção da colonialidade do poder, do saber e do ser que se somam à exclusão de pessoas negras do sexo feminino na América Latina, especificamente, os que são representados pelas obras em análise nesse trabalho.

2.3 (DE)COLONIALIDADE DO PODER, DO SER E DO SABER: COMPREENDENDO CONCEITOS

A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que você vai construindo.

Lélia González (1988, s/p)

É importante pensar em um povo multicultural como o nosso por uma ótica do diverso e do heterogêneo e, não, do universal e do homogêneo, como se vinha concebendo até então. Porém, da mesma forma, vale se perguntar como é possível a construção de uma identidade forte e inabalável diante de um contexto em que coexistem forças coloniais que nos impedem de avançar por caminhos mais amplos, plurais e democráticos? Como é possível vencer as linhas do colonizador/colonizado depois de décadas de repressão e apagamentos? Como romper com as fortificadas barreiras da colonialidade deixadas pelo colonialismo? Segundo estudiosos contemporâneos, muitos deles não-europeus, latino-americanos e africanos, a decolonialidade — conceito que surge como uma resposta para vencer a colonialidade — pode nos ajudar a vencer essa batalha e desconstruir os ideais da modernidade/colonialidade que nos oprime e nos prende em muros do poder, do saber e do ser restritos.

Mas, afinal, o que é colonialidade/modernidade e decolonialidade enquanto conceitos epistemológicos e como operam? Antes de avançar e voltar um olhar mais atento e cuidadoso para a decolonialidade enquanto um caminho possível para que colonizados se desprendam das amarras coloniais, é imprescindível pensar os conceitos *colonialidade/Modernidade* propostos por Aníbal Quijano e outros autores latino-americanos; pois, a partir deles, pode-se compreender como esses dois eixos cruzam-se, entrelaçam-se e agem juntos na exploração dos povos colonizados, especialmente, na América Latina, espaço usado para dar vida ao projeto de modernização e globalização europeu. Quijano afirma que

[...]a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou “Occidente”, foi “Oriente”. Não os “índios” da América, tampouco os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica. (QUIJANO, 2005, p. 122).

Para o sociólogo peruano e um dos principais pesquisadores do Grupo Colonialidade/Modernidade, o pensamento colonial perpassa seu tempo e atravessa décadas adentro, residindo na colonialidade, ou seja, por mais que o colonialismo tenha terminado — segundo dados históricos — há mais de 130 anos, suas estruturas de poder se fixaram e perduram em diferentes dispositivos em nome da modernidade. Segundo ele, o poder eurocêntrico global está fundamentado em quatro âmbitos da vida humana, são eles: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade. Todos estes elementos estariam ancorados na colonialidade do poder e na modernidade como pilares sustentadores. Nessa mesma lógica de Quijano, Nelson Maldonado-Torres, professor porto-riquenho, filósofo e pesquisador dos temas Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, define tais conceitos (*colonialismo, colonialidade e modernidade*) dizendo que

Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. [...] Outra maneira de se referir a colonialidade é pelo uso dos termos modernidade/colonialidade,

uma forma mais completa de se dirigir também à modernidade ocidental. [...] a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 35-36)

Como se vê, estes conceitos estão estreitamente ligados e inter cruzam-se na exploração das colônias, sendo a desumanização de pessoas uma prática que conduziu todo o processo de controle e poder social dos colonizadores. Ou seja, a busca pelo avanço e modernização da humanidade, como a Europa vislumbrava, ao longo desse período, deu-se através da colonização, da exploração e, principalmente, pela divisão racial das pessoas. Para Quijano, esse processo preservou-se inabalável através do espaço/tempo via um aspecto importante: a “colonialidade do poder”. Este conceito remete-nos à continuidade do pensamento colonial até agora. Maldonado-Torres, por sua vez, garante ainda que “A modernidade ocidental é comumente entendida como a época da mais avançada forma de civilização em comparação a outros arranjos sócio-culturais, políticos e econômicos que aparecem como menos civilizados, não civilizados, selvagens ou primitivos.” (2020, p. 30). Partindo dessa cosmovisão, o colonizador manteve domínio sobre questões políticas, econômicas, religiosas e, também, sobre o conhecimento produzido e propagado às colônias, já que houve um achatamento dos saberes locais. Dentro dessa perspectiva, colocou-se a cultura europeia em um nível hierárquico superior, de tal modo que acabou justificando física e psicologicamente a sua liderança e feitos no processo de domínio das terras colonizadas e, conseqüentemente, de seus povos, ignorando toda a cultura local construída antes de sua chegada. Esse aspecto é importante enquanto objeto de reflexão; pois, para entender a corrida pela modernização e globalização, é preciso compreender, da mesma forma, que a expansão da Europa na América Latina, como também, em outros territórios, baseia-se primeiro na racialização e na divisão das pessoas, garantindo a superioridade da raça branca e europeia e, depois, pela divisão racial do trabalho - força motriz do sistema político-econômico da época.

Ao realizar tais classificações, os povos europeus tinham carta-branca para explorar de diferentes formas os povos colonizados, já que estes detinham justificativas “naturais e biológicas”, assim como cristãs suficientes para investir contra aqueles que estariam em oposição. As missões jesuíticas são provas materiais da função da igreja durante esse processo, não só em relação aos indígenas, como também, aos africanos. Primeiro, foram as comunidades indígenas nas Américas, vistas como povos “sem alma” e “não civilizados”. Estes precisavam ser servidos, catequizados e ensinados a partir de uma lógica eurocentrada e cristã. Depois, com a captura e a sistêmica organização do tráfico de povos negros da África para outros territórios, com a finalidade de exploração, foram

os africanos os classificados como povos de segunda categoria, sub-humanos, inferiores, destituídos de razão e, por isso, podiam ser escravizados e ser submetidos a quaisquer tipos abusos e violências. No entanto, estes não podiam ser salvos, mas precisavam ser escravizados, segundo a igreja, para se redimir de pecados herdados de seus antepassados.

A esse processo, Maldonado-Torres chamou de “catástrofe metafísica”; pois, para o autor, essa separação, justificada pela colônia, naturaliza a guerra contra os então colonizados. Segundo ele, essa é “[...] uma catástrofe que é ao mesmo tempo ontológica, epistemológica e ética”, já que “A catástrofe metafísica inclui um colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade e o começo da relação Senhor-Escravo.” (2020, p. 37). Ao apontar esse colapso, Maldonado-Torres nos leva a pensar sobre um ponto-chave no processo de construção do universo colonial/moderno: a mudança na ontologia, na epistemologia e na ética vigente; porque, a partir disso, tornou-se possível alicerçar o poder dos colonizadores e se permitiu, ao longo do tempo, o controle de diferentes aspectos da vida social dos colonizados. A lógica da permissividade em relação à violência praticada contra indígenas e negros durante a colonização foi longamente trabalhada na mentalidade da população para que fosse encarada como um “mal necessário”; mas, para que assim fosse enxergado, antes, precisou ser estruturada socialmente.

Destarte, com a construção e com a idealização desse terreno fértil para a exploração dos povos colonizados através desse aspecto da racialização, do biológico e do natural; proporcionou-se, desse modo, uma ponte para que os colonizadores pudessem ampliar suas formas de poder mundialmente. Além disso, por meio desse mecanismo, foi possível alargar construções econômicas e políticas, ampliando e dominando a geopolítica da época que culminaria na nova ordem mundial da globalização, do “Sistema-mundo”, do desenvolvimento amplo e homogêneo do Capital (Futuramente, sistema econômico liberal). Quijano, no que lhe concerne, aponta para esse processo de ruptura e de desconstrução mostrando que através da separação, ou seja, dessa dicotomia eu/outro, foi possível a exploração das colônias, e segue definindo esse sistema colonial-exploratório da seguinte forma:

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade. **Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça,** ou seja, uma supostamente **distinta**

estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. [...] Por outro lado, **a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.** (QUIJANO, 2005, p. 117, grifos nossos)

Aqui o autor reafirma a formatação da América e mostra que, via esses moldes preestabelecidos, a Europa estava organizada do ponto de vista da exploração, até mesmo porque organizou, do mesmo modo, a divisão racial do trabalho, propulsor do mercado e da disponibilidade de mão de obra facilitada através das diferenças implantadas pela superioridade/inferioridade das raças, portanto, obteve forma máxima no setor econômico, obtendo lucros inestimáveis. Índios, negros e mestiços não detinham poder de comerciantes, de serem assalariados ou detentores de posses, salvo pouquíssimas exceções, pelo contrário, serviam como mão de obra servil e gratuita a ser explorada. Nessa mesma direção, é válido destacar, ainda, dois aspectos importantes na estruturação, exploração e precarização das pessoas colonizadas e de seus territórios: Primeiro, seguindo também a lógica da racialização, quem recebia salário pelo seu trabalho eram apenas as pessoas brancas. Quijano assegura que

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos.” (2005, p. 120).

Modelo que seria expandido por diversos territórios colonizados, trazendo benefícios e vantagens ainda maiores para a Europa Ocidental. Segundo, o trajeto para o transporte de mercadorias, também, funcionou como facilitador de maneira vantajosa à exploração das riquezas, já que este viabilizou maior e melhor fluxo dos produtos extraídos das Américas. A esse respeito, Quijano argumenta que

A privilegiada posição ganhada com a América pelo controle do ouro, da prata e de outras mercadorias produzidas por meio do trabalho gratuito de índios, negros e mestiços, e sua vantajosa localização na vertente do Atlântico por onde, necessariamente, tinha de ser realizado o tráfico dessas mercadorias para o mercado mundial, outorgou aos brancos uma vantagem decisiva para disputar o controle do comércio mundial. (2005, p. 119)

Logo, a Europa consegue o status de centro do Capitalismo Mundial no que diz respeito à capacidade de controle dos povos colonizados, das riquezas encontradas, da

exportação de mercadorias e da divisão racial do trabalho, motor do novo modelo econômico concebido pela colonização, e assim, domina as comercializações e a economia da época; transformando-se, desse modo, em um verdadeiro modelo-centralizador, liderando não só a economia, como também, a cultura e a política, impulsionando e ampliando a implantação de um “Sistema-mundo”, como chamou Quijano (2005) e Grosfoguel (2020). Essa é a *colonialidade do poder* na prática, ou seja, “Eu divido!”, “Eu controlo!”, “Eu lidero!” e “Eu reino!”. Nota-se, que dentro dessa perspectiva, alargou-se cada vez mais as produções, domínios e avanços territoriais europeus para terras ainda a serem dominadas.

De modo que conhecimento, avanços e tecnologias tornaram-se sinônimos de Europa, como se o mundo, em diferentes aspectos, girasse em torno dela e não houvesse antes outras civilizações que tivessem produzido movimentos culturais, tecnológicos e políticos, dentre outros pontos, figurando assim, também, aspectos do moderno. Desconsidera-se, então, todos os demais conhecimentos por serem “inferiores” e todos passam a existir somente como uma marca tempo/espacial “pós-colonização europeia”. Quijano assegura que “Nesse sentido, a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização de populações não-européias é, portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrista e além de tudo provinciana.” (2005, p. 123).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a europeização das colônias constitui-se como um elemento importante de análise no processo de modernização e exploração dos povos não-europeus e, através disso, compreender como ela se afirma enquanto padrão de superioridade, especialmente, no que diz respeito ao controle do conhecimento, ou seja, da chamada “colonialidade do saber”. Edgardo Lander, professor de Ciências Sociais, venezuelano e membro da CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), amplia o conceito proposto por Quijano (Colonialidade do Poder) especificamente sobre a esfera do conhecimento, alertando para a primazia europeia na produção e distribuição de conhecimento válido - este proposto pela ciência e pelas academias - legitimado igualmente pela estrutura do discurso escrito e por autores também de origem europeia. A colonialidade do saber coloca-se como a negação do conhecimento do outro, como a invalidação, como o sufocamento dos diferentes saberes propostos pelas comunidades que iam sendo colonizadas e, em especial, como a consagração da única detentora de projetos e de conhecimentos válidos para o desenvolvimento da humanidade. O que mais uma vez demonstra o caráter unitário do projeto de colonização europeia. Prova disso, é a inferiorização e a invisibilidade dos saberes dos povos originários e africanos trazidos para cá. Estes foram considerados

grupos sub-humanos, como seres incapazes de lidar com a racionalidade e de produzir, sendo a nulidade a sua caracterização.

Na concepção de Lander, no que diz respeito à construção dos saberes modernos, tal processo alcançou sucesso tendo em vista dois aspectos de potência eficaz neutralizadora: “A primeira refere-se às sucessivas *separações* ou *partições* do mundo real que se dão historicamente na sociedade ocidental e as formas como se vai construindo o conhecimento sobre as bases desse processo de sucessivas separações” (2005, p. 8, grifos do autor), depois, como o autor bem assinala, “A segunda dimensão é a forma como se articulam os saberes modernos com a organização do poder, especialmente as relações coloniais imperiais de poder constitutivas do mundo moderno” (LANDER, 2005, p. 8). Isso porque tais dimensões servem de marco sustentador, sólido e ininterrupto na construção do discurso neutralizador das ciências sociais e dos saberes sociais modernos. Até hoje é comum a todos nós os estudos da história do nosso país e da colonização, bem como, da construção social moderna a partir da lógica e da retórica europeia, além disso, do estudo da geografia partindo de uma ótica que não reflete criticamente sobre a utilização do espaço para produzir misérias e injustiças sociais. Algo que foi duramente apontado e reafirmado pelo geógrafo Milton Santos.

O conceito “Cidadania mutilada” de Santos — um dos poucos estudiosos negros na área dos estudos geográficos — reflete de forma crítica sobre a inexistência de uma cidadania completa na sociedade brasileira, ou seja, aponta para o fato de que uma parcela da população não usufruir dos mesmos direitos, logo, estes não têm acesso e direito à cidadania, ao gozo dos direitos sociais proclamados em lei e até mesmo à reclamá-los quando não forem cumpridos; tornando, desse modo, os espaços sociais não tão democráticos como aparentam ser. Para Milton Santos, “É extensa a tipologia das formas de vida não cidadãs, desde a retirada, direta ou indireta, dos direitos civis à maioria da população, às fórmulas eleitorais engendradas para enviesar a manifestação da vontade popular, ao abandono de cada um à sua própria sorte” (SANTOS, 2007, p. 31).

Ainda sobre o abandono e a não-cidadania, pode-se pensar também sobre outra análise importante que o autor faz: olhar para o espaço enquanto marcador de desigualdades sociais. Essa perspectiva é extremamente importante porque mostra como esse aspecto da precariedade e exclusão social está diretamente ligada ao nosso passado escravocrata, violento e voltado à lógica consumista e mercadológica das relações sociais. Tais discussões remonta-nos, igualmente, à questão da raiz da colonialidade do poder e, ao mesmo tempo, às reflexões entorno da colonialidade do saber, já que pensar por um viés distante daquele proposto tradicionalmente, abre um

horizonte capaz de instrumentalizar a compreensão de que espaços como a América Latina, por exemplo, foram territórios explorados, sufocados por uma única visão de mundo e ignorada enquanto lugar de pluralidade e produtora de saberes, também, válidos. A conquista desse espaço inviabilizou para alguns povos a expressão de suas culturas.

Maldonado-Torres, citando situação análoga, lembra-nos que no período da colonização “Territórios indígenas são apresentados como ‘descobertos’, a colonização é representada como um veículo de civilização, e a escravidão é interpretada como um meio para ajudar o primitivo e sub-humano a se tornar disciplinado” (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 33). Além disso, aponta para o fato de que os indígenas foram reduzidos a categoria “índios”, de maneira generalizada e homogênea, como se todos eles (Incas, Astecas, Maias, Guaranis, Tupinambás, Tupis, Apaches, Shawees, Navajos, Inuítes e tantos outros) fossem iguais, unos e não houvesse diferenças nos seus costumes, cultos e relações sociais com o outro e com a vida. Tal aspecto também está presente na relação construída com o africano, em que suas diferentes etnias (Bantos, Nagô, Yoruba, Fon, Jeje, Haussá, Mina, dentre muitos outros) foram minimizadas a “negros”, independentemente das origens e quaisquer outras características que pudessem particularizá-los enquanto grupos diversos. Nesse sentido, o que Milton Santos afirma sobre o território enquanto espaço de poder e produção de desigualdades sociais, confirma-se através da forma como os indígenas e os negros foram, historicamente, tratados neste país.

À medida que avançavam na racialização e na redução do valor de povos indígenas e africanos, bem como de culturas, religiões, conhecimentos e capacidade de exercer a vida pública, os povos europeus puderam dominar e reinar sobre os povos latino-americanos colonizados, já que tudo que fosse da colônia não era bem visto ou prontamente desconsiderado. Sendo, os colonizados, então, uma raça de segunda categoria, incapazes, não podiam produzir nem mesmo conhecimentos ou algo que tivesse valor. Além disso, podiam ser afastados da vida política, do trabalho remunerado, da cultural e da vida social, de modo que a elite burguesa branca da época é quem usufruía dessas vantagens, pensamento que contribuiu para a manutenção do poder eurocentrista, visto que prolongava o domínio exclusivo da metrópole.

Estabelece-se, desse modo, no mundo todo, um controle sistêmico do universo econômico, cultural, religioso e político dos povos colonizados, portanto, a Europa exerce profundo poder sobre a vida social da colônia e do seu futuro. Além disso, transforma o processo da escravidão africana e da servidão indígena em um mecanismo de produção mercantil para fomentar o seu mercado capitalista e eurocentralizado. Para Quijano “Isso

significa que todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial” (2005, p. 126). É interessante notar sobre este aspecto que o autor reconhece o fato de que a mercantilização não se enquadra como algo que se originou das relações colonizador/colonizado nas Américas, longe disso, para ele, esse processo ocorreu anteriormente à colonização, teria ocorrido entre o século XI e XII, possivelmente, na Península Ibérica, contudo, entende-se que isso não foi desenvolvido de maneira sistêmica, mundial e centralizada como realizou-se na formação da América Latina.

Pode-se concluir, dessa maneira, que esse sistema político-econômico, ordenado, possibilitou um dualismo entre colônia e metrópole, superior/inferior, civilizado/primitivo, racional/irracional, pautado na racialização mantenedora do poder branco eurocêntrico. Desse modo, tudo que vem do colonizado transforma-se como produto de segunda categoria, como ele próprio o é. Todas as construções e concepções nesse período histórico do desenvolvimento da América partem dessa imagem construída em oposição à identidade europeia. Além disso, essa questão relacionada à identidade dos seres direciona-nos a outro conceito: a colonialidade do ser. Esse conceito liga-se à inferiorização de alguns grupos, como: os indígenas, os negros, as mulheres, os LGBTQIA+, dentre outros, que são desumanizados, desconsiderados como sujeitos dignos de valor, tornando-se objetos de abandono, exploração, negligências e violências. Essa descaracterização da humanidade de tais grupos é algo que gerou e ainda gera uma dificuldade na desconstrução das diferentes identidades não-europeias, nas formações dos povos latino-americanos, africanos e indígenas que buscam reencontrar-se hoje consigo mesmo enquanto um povo imbuído de singularidade e de valor. Reafirma-se, nesse sentido, que o mundo ocidental foi capaz de propagar e prolongar ideias no imaginário social de que os povos colonizados necessitavam de ajuda e, por isso, ali, eles estavam para auxiliá-los. Fato que se soma a naturalização da escravidão e exploração dos povos não-europeus e permite até os dias de hoje a eliminação de pessoas negras, indígenas, periféricos etc.

Nesse sentido, a colonialidade do ser sendo resultado de fatores do poder e do saber construídos na pós-colonização, destaca-se como sendo a vivência da colonização, assim, enquanto experiência real vivenciada diariamente, transforma-se em linguagem e, conseqüentemente, revela-se nas subjetividades e nas construções sociais. Segundo Maldonado-Torres, “El surgimiento del concepto “colonialidad del ser” responde, pues, a la necesidad de aclarar la pregunta sobre los efectos de la colonialidad en la experiencia vivida, y no sólo en la mente de sujetos subalternos” (2007, p. 130). Torna-se indispensável pensar os resultados dessas relações de poder e de controle do

conhecimento produzido sobre os sujeitos desumanizados; mas, também, sobre aqueles que se sentem superiores; pois, nessa relação dual, há elementos que comprovam os efeitos sociais conflituosos e desastrosos para a humanidade.

Um dos pontos de grande importância nessas discussões e suas consequências está a igualdade de gênero, algo a ser discutido na próxima seção deste trabalho, partindo do conceito “colonialidade de gênero” proposto pela pesquisadora María Lugones. Esse tema é de importância para esse trabalho, especialmente, porque trabalha-se com obras de duas escritoras negras oriundas de periferias e que ascenderam com muita dificuldade para o universo da Literatura, espaço historicamente ocupado por homens brancos, letrados e advindos de classes abastadas. Para essa autora, a colonialidade do poder, do saber e do ser, por sua vez, produzem, ainda, a colonialidade de gênero e resultam em mais um tipo de desigualdade social preocupante para o século XX, pois por mais que muitos acreditem que a questão de gênero não é importante, pelo contrário, ela faz vítimas fatais diariamente pelo mundo e a luta de muitas mulheres continuam desde a colonização para romper com as barreiras do patriarcado e das diferenças marcadas pelo sexismo e pelo preconceito. E, nessa perspectiva, voltamos à epígrafe em que Lélia González (1988) diz que “A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que você vai construindo”, porque nessa fala fica claro que para uma parcela da população viver sua identidade não é uma realidade ainda hoje.

2.4 (DE)COLONIALIDADE DE GÊNERO: UM ESPAÇO DE LUTA.

Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social.

Sueli Carneiro (2011, s/p)

Se ser mulher já é uma condição que nos coloca em posição de desigualdade mundialmente; imagine, então, ser uma mulher negra, pertencente a um grupo social que passou por décadas de desumanização, descaracterização, inferiorização e por um profundo processo de exploração durante a colonização e, também, após o término dela. A denúncia em relação à precariedade vivida por tais mulheres vêm sendo realizada há décadas, especialmente, pelo Feminismo Negro, Movimentos Feministas Terceiro Mundistas e não-brancos. Nesse sentido, quando Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista brasileira antirracismo, diz publicamente viver uma “asfixia social” enquanto mulher negra, junta-se a esse coro de protestos e de luta por voz e convida-nos a pensar sobre a questão da mulher negra brasileira e latino-americana, que ainda vive a luta por

uma vida digna, por direitos e por espaços sociais muito além daqueles preestabelecidos tradicionalmente e que as coloca em condições de subalternização.

María Lugones, filósofa e feminista decolonial argentina, é uma importante estudiosa em torno do conceito “Colonialidade de gênero”, termo de sua autoria, desenvolvido enquanto crítica aos estudos de “gênero e sexualidade” desenvolvido dentro da “Colonialidade do poder” por Aníbal Quijano. Para Lugones (2020), colonialidade de poder e colonialidade de gênero são inseparáveis, visto que há outros elementos que precisam ser pensados no processo de exploração dos povos subalternizados, especialmente, a questão de gênero, já que esse aspecto também foi fonte de separação, classificação e exclusão durante a colonização, bem como se estabeleceu na supremacia do exercício do poder por homens, sobretudo os brancos. No artigo “Colonialidade de gênero”, publicado na obra *Pensamento feminista hoje* (2020), a autora afirma que

Investigo a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade na tentativa de entender a preocupante indiferença dos homens com relação às violências que, sistematicamente, as mulheres de cor sofrem: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criam análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por ele ignorar a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero. (LUGONES, 2020, p. 59)

São mulheres como Lugones que criam correntes de pensamentos não-hegemônicos e que se debruçam na remada contra uma maré de saberes supereminentes e prestigiados socialmente, propondo outros/novos olhares para a epistemologia dos estudos sociais e de gênero. Desse modo, a colonialidade do poder, do saber e do ser, na qualidade de forças mantenedoras do poderio branco, heterossexual e eurocêntrico, trabalham, também, ao lado da colonialidade de gênero, subjugando mulheres, principalmente, aquelas não-brancas que nem mesmo foram consideradas mulheres pela sociedade colonialista. São diversos os estereótipos lançados sobre esse grupo de mulheres, colocadas sempre em papéis sociais de inferioridade, raramente de prestígio ou valorizados. A razão disso deve-se buscar nas raízes da colonização, pois lá se encontram as origens dessas distinções de gênero, bem como as diferentes atribuições e valores que foram dados a elas.

Mulheres indígenas, por exemplo, foram historicamente retratadas na literatura de maneira hipersexualizada, submissa e facilmente rendida ao homem branco. A obra “Iracema” de José de Alencar, publicada pela primeira vez em 1865, exemplifica essa caracterização da mulher indígena em relação ao homem branco durante os tempos de

colonização, apresentando-a como alguém que se entrega facilmente a ele. Essa representação é extremamente problemática, especialmente porque sugere relações amistosas e consensuais, omitindo quaisquer indícios de violência. Isso cria a falsa impressão de que essa mulher, que representa literariamente muitas outras indígenas, se rendeu rapidamente ao homem branco e, estando nessa posição, sofre com o mal que ela própria supostamente causou a ele.

No trecho da obra a seguir, será possível compreender como essa construção foi proposta por Alencar e por que ela se torna problemática enquanto representação social da mulher indígena, que por muito tempo foi invisibilizada socialmente e até hoje encontra dificuldade para acessar o universo da escrita e da literatura, fato que dificulta a exposição da visão de mundo e da sua verdadeira identidade.

Rumor suspeito quebra a doce harmonia da sesta. Ergue a virgem os olhos, que o sol não deslumbra; sua vista perturba-se. Diante dela e todo a contemplá-la está um guerreiro estranho, se é guerreiro e não algum mau espírito da floresta. Tem nas faces o branco das areias que bordam o mar; nos olhos o azul triste das águas profundas. Ignotas armas e tecidos ignotos cobrem-lhe o corpo. Foi rápido, como o olhar, o gesto de Iracema. A flecha embebida no arco partiu. Gotas de sangue borbulham na face do desconhecido. De primeiro ímpeto, a mão lesta caiu sobre a cruz da espada; mas logo sorriu. O moço guerreiro aprendeu na religião de sua mãe, onde a mulher é símbolo de ternura e amor. Sofreu mais d'alma que da ferida. O sentimento que ele pôs nos olhos e no rosto, não o sei eu. Porém a virgem lançou de si o arco e a uiracaba, e correu para o guerreiro, sentida da mágoa que causara. (ALENCAR, 2012, p. 5-6)

A romantização do primeiro encontro entre Iracema (indígena) e Martim (colonizador) é perigosa, pois desvia o foco de uma visão crítica e realista de muitas relações abusivas existentes nesse período. Muitas dessas relações eram marcadas pelo estupro de mulheres e pela concepção de brasileiros nascidos em meio a extrema violência. Sobre isso, o resultado do projeto “DNA do Brasil” da física e PHD em Genética Humana, Lygia da Veiga, do departamento de Genética e Biologia da USP, nos dá um revelador resultado. A pesquisa propôs um mapeamento genético de quinze mil brasileiros e, ao divulgar os resultados, revelou que 75% do cromossomo Y (Paterno) dos brasileiros pertence ao homem europeu, já a herança mitocondrial (Materno) corresponde a 36% a mulheres africanas e 34% a mulheres indígenas. Em uma reportagem publicada na “Super Abril” *online*, sobre tal pesquisa, Maria Clara Rossini, afirma que

Somando as porcentagens femininas, temos que 70% das mães que deram origem à população brasileira são africanas e indígenas – mas 75% dos pais são europeus. A razão remonta aos anos colonização portuguesa no Brasil. O estupro de mulheres negras e indígenas escravizadas era o

padrão. (ROSSINI, 2020, s/p)

Este estudo é crucial, pois conecta-nos diretamente à questão da colonização europeia e aos estupros que ocorreram, levando-nos a refletir criticamente sobre a relação estabelecida entre colonizadores e colonizadas no território brasileiro. Além disso, incita uma reflexão profunda sobre nossa herança genética e seu significado. A construção do nosso autoconhecimento e identidade torna-se, assim, um fator essencial.

Observa-se uma supervalorização da descendência europeia no Brasil, evidenciada pelo fato de as pessoas se sentirem à vontade para afirmar suas origens alemãs, holandesas, italianas, entre outras, enquanto enfrentam dificuldades em aceitar e discutir nossa herança indígena e africana. Portanto, reitera-se a importância indiscutível da construção de uma memória cultural, na qual a população conheça suas origens e como essas origens se manifestaram.

Essa construção de memória pode ser conduzida por diversas esferas sociais, incluindo a epistemológica, educacional, política, artística, entre outras. A artista plástica contemporânea Adriana Varejão, por exemplo, oferece um olhar significativo e crítico em suas obras de arte sobre a violência sexual durante a colonização europeia e, por conseguinte, sobre a formação da população brasileira. Nas obras “Filho Bastardo” (1992) e “Filho Bastardo II” (1995), parodiando a obra “Jantar brasileiro” (1827) do pintor Jean-Baptiste Debret, a autora faz uma importante denúncia: o estupro de mulheres indígenas e negras. Sabe-se que desse acontecimento, relação entre mulheres negras e indígenas com homens europeus, nasce posteriormente o mito da “Democracia racial” proposto por Gilberto Freyre, que tenta na obra “Casa grande e Senzala” (1933) suavizar e maquiagem os vínculos entre senhores e servos/escravizados. Sobre isso, Susana de Castro, professora de filosofia da UFCS e da UFRJ, no artigo “Condescendência: estratégia pater-colonial de poder”, quando fala sobre Freyre, reafirma que

Sua narrativa edulcorante acerca da miscigenação das raças no Brasil, promovida por uma empresa luso-tropical indolente e lúdica, dá a entender de maneira perversa que essa troca sexual se deu de forma livre e espontânea. Isto é, dá a entender que negros e índios, submetidos a uma condição de subalternidade absoluta, vítimas de um modelo de escravidão dos mais violentos da América do Sul, viviam, na verdade, em um paraíso tropical. O mito da democracia racial baseado na miscigenação dos povos acoberta a violência sexual que lhe sustenta. (CASTRO, 2020, p. 175)

O imaginário brasileiro, formado por uma violenta colonização sexista, relegou às mulheres negras uma imagem de objetificação e procriação. O papel de mulher, mãe e companheira dentro dos lares foi dado à mulher branca, que apesar da submissão, tinha

direito a casar-se e obter o papel de esposa desse homem. Lélia González nos recorda que “[o] ditado ‘Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar’ é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é super explorado economicamente” (2019, p. 170). A condição de desumanização e objetificação às mulheres negras, que teve início durante a colonização sexista no Brasil, perdurou até o século XX e XXI, perpetuada pelo .

As telenovelas brasileiras, por exemplo, frequentemente retratavam mulheres negras como empregadas domésticas (e, em alguns casos, amantes dos patrões), babás, zeladoras ou companheiras de traficantes nas periferias das grandes cidades. Ainda que estereótipos como esses sejam comuns na teledramaturgia atual, é importante salientar que há uma transformação em curso, que está sendo impulsionada pela luta das próprias mulheres negras. A representação da mulher negra na mídia está começando a mudar, porém, esse processo é lento e necessita de contínuo questionamento e análise crítica. Em 2012, sobre essa questão, a romancista moçambicana, Paulina Chiziane, surpreendeu na 1º Bienal do Livro e da Leitura do Distrito Federal ao fazer o seguinte desabafo:

Para nós, moçambicanos, a imagem do Brasil é a de um país branco ou, no máximo, mestiço. O único negro brasileiro bem-sucedido que reconhecemos como tal é o Pelé. Nas telenovelas, que são as responsáveis por definir a imagem que temos do Brasil, só vemos negros como carregadores ou como empregados domésticos. No topo [da representação social] estão os brancos. Esta é a imagem que o Brasil está vendendo ao mundo. De tanto ver nas novelas o branco mandando e o negro varrendo e carregando, o moçambicano passa a ver tal situação como aparentemente normal. (CHIZIANE, 2012, s/p)

A estereotipação e hipersexualização das mulheres negras é uma construção histórica e midiática, isso é algo inegável e situação perceptível a quem nos enxerga de fora. Quando Angela Davis veio ao Brasil, por exemplo, para participar do “Festival da mulher Afro Latino Americana Caribenha”, em 2014, na cidade de Brasília, disse que: “Sempre que venho ao Brasil, assisto à TV para ver como o país se representa. Pela TV brasileira, nunca seria possível imaginar que sua população é majoritariamente negra.”, isso por que, segundo ela, mesmo não sendo autoridade nos estudos relacionados a assuntos do país, ainda assim nota que “[...] não é preciso ser especialista para perceber que alguma coisa está errada se a cara pública deste país, majoritariamente negro, é branca” (DAVIS, 2014, s/p). Essa forma de representação na mulher negra não é um fator predominantemente das mídias audiovisuais, há também a literatura, importante veículo de prejulgamentos dessas mulheres. A exemplo disso, destaca-se um trecho da obra

literária de Jorge Amado, “Gabriela, Cravo e Canela”, publicada em 1958, em que fica evidente a erotização dos corpos de mulheres não-brancas:

Atacou uma melodia do sertão, estava com um nó na garganta, aflito o coração. A moça começou a cantar em surdina. A noite ia alta, a fogueira morria em brasas, quando ela deitou-se junto dele como se nada fora. Noite tão escura, quase não se viam. Desde aquela noite milagrosa, Clemente vivia no terror de perdê-la. Pensara a princípio que, tendo acontecido, ela já não o largaria, iria correr sua sorte nas matas dessa terra do cacau. Mas logo se desiludiu. [...] Era de natural risonha e brincalhona, trocava graças até com o negro Fagundes, distribuía sorrisos e obtinha de todos o que quisesse. Mas quando a noite chegava, após ter cuidado do tio, vinha para o canto distante, onde ele ia meter-se, e deitava-se a seu lado, como se para outra coisa não houvesse vivido o dia inteiro. Se entregava toda, abandonada nas mãos dele, morrendo em suspiros, gemendo e rindo (AMADO, 1970, p. 58).

Lélia Gonzalez afirma, ainda, que “[n]esse contexto, as experiências das mulheres negras são bastante significativas: não é raro que uma dona de casa negra de classe média, quando atende a porta, seja surpreendida por um vendedor que insiste em falar com sua patroa” (Gonzalez, 2019, p. 170), haja vista que tais mulheres não são percebidas e aceitas socialmente como alguém que tem poder e *status* valorizado. Logo, quando Lugones reivindica a temática de gênero para pensar a colonialidade, abre espaço para ampliar essas discussões sobre o subjugamento de mulheres, a fim de refletir de forma mais aprofundada a relação entre sexualidade, gênero e poder; pois, para ela, essa intersecção é um ponto-chave na analítica da colonialidade e na fixação de forças coercitivas sobre as mulheres, bem como, vem sendo produtora da ideia de inferiorização vivida por muitas mulheres de cor⁸.

No texto “Colonialidade e gênero”, a autora propõe uma análise da questão de gênero a partir de um viés *interseccional*⁹, pensando raça, gênero, classe e sexualidade como categorias de análise, fatores que permitem enxergar a marginalização e a imposição da submissão a mulheres. Ela atrela, do mesmo modo, essas questões às discussões propostas por Aníbal Quijano sobre a *Colonialidade do poder* e critica-o no

⁸ María Lugones usa o termo aqui adotado, “Mulheres de cor”, para se referir a diferentes grupos de mulheres não-brancas. Segundo ela, “Mulheres de cor” é uma frase que foi adotada pelas mulheres subalternas, vítimas de diferentes dominações nos Estados Unidos. “Mulheres de cor” não propõe uma identidade que separa, e sim aponta para uma coalizão orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, negras, cheroquis, porto-riquenhas, siouxies, chicanas, mexicanas, pueblo – toda a trama complexa de vítimas da colonialidade do gênero, articulando-se não enquanto vítimas, mas como protagonistas de um feminismo decolonial” (LUGONES, 2020, p. 88).

⁹ Segundo Kimberlé Crenshaw, pesquisadora e professora norte-americana, a interseccionalidade é “[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, 177).

que diz respeito às colocações dele em torno das categorias sexo e gênero. A autora pretende conectar, nesse sentido, pontos que se correlacionam e funcionam juntos na produção de poder e resultariam no que ela chamou de “Sistema moderno-colonial de gênero”. Esse sistema, para ela, teria como base os seguintes eixos divididos em quatro dimensões relacionadas: racismo, capitalismo, patriarcado e a heterossexualidade. Nesse estudo, Lugones fornece um caminho importante para que mulheres de cor, nos diferentes territórios explorados, possam compreender as forças que as marginalizam enquanto corpos não-brancos, às vezes, não-héteros, ou mesmo, não-iguais à imagem construída como padrão social aceitável. Nas palavras da pesquisadora,

[a] tentativa é a de fazer visível a instrumentalidade do sistema de gênero colonial/moderno em nossa subjugação – tanto dos homens como das mulheres de cor – em todos os âmbitos da vida. Ao mesmo tempo, esse trabalho torna visível a dissolução forçada e crucial dos vínculos de solidariedade prática entre as vítimas da dominação e exploração que constituem a colonialidade (LUGONES, 2020, p. 61).

Ao longo do trabalho, ela nos mostra como as relações de solidariedade e coletividade vão se desmanchando ao ponto das pessoas de um mesmo grupo, também oprimidas, distanciarem-se da luta, sendo indiferentes às diversas batalhas travadas contra a dominação. Um exemplo que ela aponta está na figura do homem negro que, às vezes, fecha os olhos no que diz respeito às violências sofridas pelas mulheres de seu grupo e não fornecem esforços para auxiliá-las na busca por libertação. Esse processo de indiferença e aceitação dos também marginalizados foi igualmente tema das discussões feitas pela escritora e ativista negra bell hooks (2019; 2020), que usa esse pseudônimo com iniciais em letras minúsculas exatamente em forma de protesto e, com isso, busca direcionar o foco ao que ela fala e não em sua pessoa (nome). A escritora nos lembra que a dominação masculina, herança europeia, trata-se de uma *internalização* em que todos podem ser envolvidos e serem induzidos a enxergá-la como algo do âmbito natural.

bell hooks, na obra “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”, publicado pela primeira vez em 2000, afirma sobre a dominação masculina que ela está tão imbricada na sociedade que até mesmo, nós, mulheres, revestimo-nos dela, recorrendo à força para exercer controle e poder dentro de nossos lares, não sobre os homens, é claro, mas sobre as crianças e outras mulheres. Estas, quando não são vítimas diretas da violência física, também estão expostas à violência com a qual convivem suas mães. A autora afirma, ainda, que “Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social” (HOOKS, 2018, p. 76). Desse modo, pode-se afirmar que o homem negro também

aprendeu a encarar a violência e a dominação como instrumento de controle social natural e, como disse Lugones, mostra-se indiferente à violência sofrida por mulheres negras.

Essa dominação masculina está ancorada na construção das identidades externas do ser homem ou mulher, no dimorfismo sexual, no dualismo feminino/masculino, nas dicotomias fixadas na ideia do biológico e natural, desconsiderando tudo aquilo que foge a esse padrão pré-concebido. Lugones questiona essa padronização eurocêntrica e crítica Quijano exatamente nesse ponto; pois, segundo ela, o autor não compreende gênero como algo construído, pelo contrário, entende sexo como dado e biologizado - “No padrão de Quijano, o gênero parece estar contido dentro da organização daquele ‘âmbito básico da vida’” (p. 68), que ele chama sexo, seus recursos e produtos, além disso, aponta que “Dentro do quadro que ele elabora existe uma descrição de gênero que não é questionada, e que é demasiadamente estreita e hiperbiologizada” (p. 68) e, segue afirmando, que isso ocorre porque o autor “traz como pressupostos o dimorfismo sexual, a heterossexualidade, a distribuição patriarcal do poder e outras ideias desse tipo.” (LUGONES, 2020, p. 68).

De acordo com Lugones, essa separação de raça e de gênero surge no processo da colonização e sustenta que “[...] o que se entende por sexo biológico é socialmente construído” (p.70) e que a ideia de gênero não pode ser reduzida a sexo. De modo que busca sustentar essa afirmação através dos estudos de Julie Greenberg sobre *peessoas Intersexuais*¹⁰ na sociedade moderna-europeia, já que estes são obrigados pelo Estado a se enquadrarem em uma das categorias existentes: “masculina” ou “feminina”. Tais grupos vivenciam o que Greenberg chamou de *dimorfismo sexual*¹¹, pois o termo está atrelado a caracterização externa daquilo que são atributos da mulher e do homem. De acordo com Lugones (2020), o dimorfismo sexual é uma característica relevante para o que ela denominou como “o lado iluminado/visível” do sistema de gênero moderno/colonial. Por outro lado, aqueles situados no “lado obscuro/oculto” não são necessariamente compreendidos em termos dimórficos (p. 71). Ou seja, essa classificação a partir daquilo que está visível (externo) é o que conseguimos ver; mas,

¹⁰ In·ter·se·xu·al [ècs] (inter- + sexual) adjetivo de dois gêneros. 1. Que ocorre entre o sexo feminino e o sexo masculino (ex.: estado intersexual). = INTERSEXUADO. 2. Relativo à intersexualidade. substantivo de dois gêneros. 3. Indivíduo cujo sexo não pode ser atribuído de forma inequívoca do ponto de vista biológico. "Intersexuais", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, [consultado em 27-02-2023]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/intersexuais>. Acesso em 27 de janeiro de 2023.

¹¹ Dimorfismo sexual é um termo desenvolvido por Julie Greenberg na obra “Dilemas de definições” e usado por María Lugones em seus textos. Di·mor·fis·mo (dimorfo + -ismo) substantivo masculino. 1. Qualidade do que tem ou pode tomar duas formas diferentes; qualidade de dimorfo. = DIMORFIA. **Dimorfismo sexual.** [Zoologia] Conjunto de caracteres secundários que distinguem o macho da fêmea, na mesma espécie (ex.: há grande dimorfismo sexual no mandril). "Dimorfismo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/dimorfismo>. Acesso em 27 de janeiro de 2023.

para além disso, existem outras questões de gênero que não se enquadram dentro desse “visível”, logo, seria o lado oculto e obscuro da compreensão da sexualidade. Desse modo, o dimorfismo funciona como produtor de desigualdades dentro do sistema colonial/moderno.

Lugones vale-se também dos estudos de Oyèrónkẹ Oyěwùmí, professora e sociológica nigeriana, bem como, da escritora, poetisa e ativista árabe-americana, Paula Gunn Allen, que mostram que nem todas as comunidades antes da colonização a figura da mulher foi concebida dessa maneira inferiorizada e objetificada. Por exemplo, os estudos de Oyěwùmí sobre as comunidades africanas (Iorubás) e de Alenn sobre os indígenas (cheroquis) demonstram que nessas comunidades as mulheres desenvolviam papéis fundamentais na cultura e na liderança de seus povos, algo dissipado pelo homem branco durante a colonização. Segundo ela, ao ler a estudiosa nigeriana, compreende-se que o gênero não era um princípio organizador das sociedades Iorubás, que sofreram intervenções europeias, de modo que foram enquadradas no modelo binário de ser da Europa (Macho/homem e Fêmea/Mulher). Sobre isso Lugones assegura que

Não existia um sistema de gênero institucionalizado. Inclusive, Oyěwùmí diz que o gênero não ganhou importância nos estudos Iorubás como um artefato da própria cultura, e sim porque a vida Iorubá, passada e presente, passou a ser traduzida para o inglês para caber no padrão ocidental de separação do corpo e da razão [...] Os prefixos obin e okun fazem referência a uma variação anatômica. Oyěwùmí traduz os prefixos como referentes à anatomia da fêmea e do macho, podendo ser lidos como anafêmea e anamacho. É importante ressaltar que essas categorias não são entendidas como binariamente opostas. (LUGONES, p. 73, 2020)

Pode-se notar que essa dicotomia na qual se enquadra as questões de gênero e sexualidade está, da mesma forma, ligada à maneira como os europeus enxergam a vida social e as pessoas. Lugones também resgata as pesquisas de Paula Gunn Allen para comprovar que essa cosmovisão dual só chegou aos cheroquis na colonização, já que até então estes não enxergavam a figura feminina como alguém incapaz e submisso. Isso foi realizado a partir da destruição da Ginocracia. Sobre esse contexto, a estudiosa argentina aponta que “[...] para Allen, a inferiorização das mulheres indígenas está intimamente ligada à dominação e transformação da vida tribal. Essa transformação está intimamente ligada à prática de substituição da fé indígena, da destruição da organização e filosofia das tribos, da expulsão de suas terras, causadora de fome e misérias, bem como, na substituição das mulheres líderes para oficiais homens” (LUGONES, 2020, p. 76). Essa transformação foi pautada na captura e na submissão dos homens indígenas e, conseqüentemente, na transformação da forma como eles passaram a conceber as

mulheres. Nesse sentido, ela sustenta que

O colonizador branco construía uma força interna nas tribos à medida que cooptava homens colonizados para ocupar papéis patriarcais. Allen descreve as transformações das ginocracias dos cheroquis e iroqueses e do papel dos homens índios na passagem para o patriarcado. Os britânicos levaram homens indígenas para a Inglaterra e os educaram à maneira britânica. Esses homens acabaram participando do Ato de Remoção (LUGONES, 2020, p. 77).

A participação no Ato consiste na redação de uma Constituição que anulava os direitos de mulheres e negros, documento embasado na Constituição dos Estados Unidos, fato outra vez ligado aos princípios e às cosmovisões europeias. Nesse contexto, sabidamente fundamentado na alteração do modo como as comunidades colonizadas viviam, chega-se à definição do termo “Sistema moderno-colonial de gênero” proposto por María Lugones. Segundo Castro, ao propor esse estudo: “Lugones amplia a noção da colonialidade do poder para incorporar a questão da interseccionalidade entre raça e gênero. Cria a expressão ‘sistema colonial de gênero’”, mostrando que o termo está “[...] presente na relação do colonizador com as mulheres das raças ‘inferiorizadas’.” (CASTRO, 2020, p. 171).

A partir dessa colocação, pode-se afirmar que o *Sistema moderno/colonial de gênero* refere-se aos meandros pelos quais o homem branco coloca mulheres racializadas em condições de submissão, inferiorização e precariedade. Ou seja, o gênero também constitui-se como um importante elemento de opressão. De modo que a força propulsora nesse processo, liga-se à abrupta mudança na vida cotidiana dos povos colonizados, nas suas cosmovisões, as quais foram desconsideradas, bem como, na súbita alteração da identidade coletiva desses povos, elementos substituídos de forma lenta e gradual, a fim de que os espaços sociais se restringissem às figuras padronizadas dentro do modelo patriarcal branco. Nessa direção, Lugones reflete ainda que assim perpetuava-se o imperialismo europeu sobre os povos colonizados: via colonialidade do poder e, concomitantemente, à recorrente inferiorização das mulheres, em especial, no que concerne às mulheres racializadas. E, para compreender tal processo, a autora argumenta que

[É preciso] entender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas a partir de um ponto de vista mais complexo, como sugiro neste trabalho, nos permite fazer um giro paradigmático em nosso entendimento da natureza e do alcance das mudanças na estrutura social dos povos colonizados, imposta pelos processos constitutivos do capitalismo eurocêntrico colonial/moderno. (LUGONES, 2020, p. 80)

Compreendendo a questão de gênero em nossas raízes é possível, também, entender por que hoje, nós, mulheres, ainda somos vítimas, em taxas alarmantes, de feminicídios, de estupros, de desigualdades no âmbito do trabalho, de violência obstétrica, dentre tantas outras, que nos ameaçam cotidianamente, tirando a nossa segurança e liberdade. Contudo, é primordial olhar para esse contexto através de um olhar interseccional, no qual todas as mulheres são enxergadas como plurais, em lutas diferentes, com necessidades e demandas que não são, nem de longe, homogêneas e únicas. E, dentro desse aspecto, Conceição Evaristo bem nos lembra que Luiza Bairros, ex-ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil (2011-2014), incentiva-nos à seguinte reflexão: “Lutar contra o sexismo ou contra o racismo? Pela teoria *Feminist Standpoint* “as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da ação políticas, uma não existe sem a outra”, responde Bairros.” (EVARISTO, 2005, p. 7).

O *Feminist Standpoint* (Ponto de vista feminista), proposto por feministas negras norte-americanas entre 1970 e 1980, propõem uma mudança na epistemologia dos estudos sociais relacionados às mulheres, de modo que o foco deve estar voltado à condição das mulheres marginalizadas, desse modo, estas, partindo da própria perspectiva, poderiam dar respostas mais concretas a questões sociais, a fim de que diferentes demandas pudessem ser resolvidas. Além dessa teoria, já surgiram muitas outras que reivindicam dignidade às mulheres excluídas, aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade, abandonadas pelas políticas públicas implantadas pelo Estado e pelos movimentos de lutas brancos.

E para pensarmos estes diferentes contextos em que as mulheres estão inseridas e não considerá-las como uma categoria universal e homogênea, ampliando assim as desigualdades já existentes, aponta-se que é sempre necessário buscar nas discussões do feminismo decolonial e interseccional apoio para a criação de políticas públicas de coalizão, que abranjam a todas as mulheres (negras, indígenas, periféricas, trabalhadoras, etc.). É, exatamente, dentro dessa perspectiva, que Collins (2015, p. 15), aponta que “[...] raça, classe e gênero como categorias de análise são fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação [...]” (2015, p. 15), focando assim nas necessidades mais urgentes das mulheres, especificamente, daquelas que se encontram nos locais onde as políticas públicas de enfrentamento à desigualdade de gênero não chegam.

Nos capítulos seguintes, propõem-se a análise crítico-reflexiva da vida e obra de duas importantes escritoras brasileiras, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, a fim de buscar em tais obras traços decoloniais e de resistências aos olhos de narradoras,

mulheres negras, cujo o papel funda-se no importante ato de desenhar o cotidiano de uma vida marcada pela intersecção entre raça, classe e gênero. Ao realizar tal estudo partindo da escrita de duas importantes escritoras brasileiras, especialmente, porque estas experienciaram a vida nas periferias de grandes cidades, usando desse elemento para construir suas narrativas, traz-se uma perspectiva significativa e importante para o debate social, já que viver nas periferias ontem e, hoje, é estar entregue às políticas do abandono, do desamparo e ao *Estado de Exceção*¹², movimento no qual os periféricos, os excluídos de maneira geral, são capturados como parte da sociedade, entretanto, são implicitamente separados, ficam à mercê de inúmeros tipos de exclusão, de violência, de riscos constantes de mortes e de balas perdidas, ora porque carregam um guarda-chuva, ora porque levam uma furadeira, que podem na comunidade ser facilmente confundida com uma metralhadora. A inércia do Estado brasileiro os abandonou em um espaço marcado pela violência, pela miséria e pela exceção, mas a luta continua de diversas formas e, em diferentes espaços, especialmente, no mundo da Literatura, hoje, também, construído por mulheres negras.

¹² Conceito trabalhado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben na obra “Homo Sacer” (2007). Para ele, a figura do *Homo Sacer*; presente no direito romano arcaico como aquele que cometeu algum tipo de delito, mas não poderia ser sacrificado aos deuses, vive em Estado de exceção, já que, se fosse encontrado, poderia ser morto, sendo então uma vida matável e seu algoz ficaria livre de punição pelo assassinato

3 QUARTO DE DESPEJO: LUGAR DE INSURGÊNCIA E DECOLONIALIDADE?

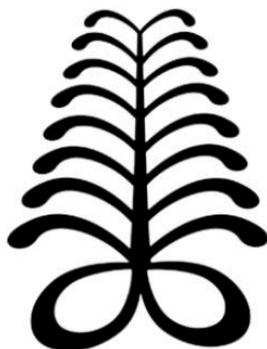


Figura 2 - Aya - resistência e desenvoltura
Cultura Ashanti

3.1 CAROLINA MARIA DE JESUS, UMA HISTÓRIA DE LUTA E DE RESISTÊNCIA

28 DE MAIO ...A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.
(JESUS, 2001, p. 147)

Carolina, segundo o *Dicionário de Nomes Próprios*¹³, significa “Mulher do povo”, “Mulher Doce”, nome que tem origem no prenome germânico *Carla* e que se encaixa perfeitamente na história de vida e na trajetória de uma das maiores e mais nobres escritoras da Literatura Brasileira: *Carolina Maria de Jesus*. Com seu olhar crítico e, por vezes, duro, mostrou-nos as agruras e as alegrias da vida na periferia na década de 60. Tempos difíceis, em especial, para a população periférica; porque, neste período, denunciar a miséria, o abandono do Estado e o racismo era um ato de rebeldia, de resistência, de muita coragem, além de enfrentamento e de luta por aqueles cujas vozes foram emudecidas por um sistema de poder, de opressão e invisibilidade de sua realidade sócio-política-econômica. Carolina reúne características que se assemelham ao significado da figura africana de abertura do capítulo, e isso se justifica porque ela também incorpora duas características distintas: resistência e desenvoltura. Saiba as razões.

A autora veio ao mundo em 1914, na cidade de Sacramento, localizada no Triângulo Mineiro e conhecida por abrigar o Parque Nacional da Canastra. Mesmo sendo

¹³ **DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS.** Disponível em: <https://www.dicionariodenomespropriios.com.br/carolina/#:~:text=Carolina%3A%20Significa%20%E2%80%9Cmulher%20do%20povo.significa%20%E2%80%9Chomem%20do%20povo%E2%80%9D>. Acesso em: 27 de março de 2023.

neta de pessoas que foram escravizadas e filha de pais muito humildes, desde tenra idade, já revelava uma personalidade forte e traços marcantes de alguém com muito a dizer e a fazer pelos mais necessitados. Apesar de ter tido poucas oportunidades de estudo, esse curto período lhe proporcionou ainda mais senso crítico e sabedoria, que se refletiram em suas obras, especialmente em sua compreensão das injustiças e das razões que as motivam. Sabe-se que a autora frequentou a escola Allan Kardec, considerada a primeira Escola Espírita do Brasil, graças ao apoio de Maria Leite Monteiro de Barros, que era patroa de sua mãe na época em que trabalhava como lavadeira. Foi Maria Leite Monteiro de Barros quem custeou os estudos da autora, possibilitando sua participação nessa instituição educacional.

Durante esse período, Carolina já enfrentou e vivenciou as adversidades de ser uma mulher negra em um país cujas bases históricas foram construídas sobre o racismo, a exclusão e a escravidão. Passou seus primeiros anos ao lado de sua mãe, que na época estava solteira, após ser abandonada pelo pai. De uma fazenda para outra, a jovem garota foi privada de estudar, assim como a realidade da maioria dos povos negros brasileiros que estavam temporalmente próximos à abolição da escravidão, mas distantes das legislações que garantiriam seus direitos na suposta "libertação". Desde cedo, Carolina acompanhou sua mãe no trabalho, mas nunca esqueceu sua paixão pelas letras e pelo gosto que tinha pela escrita. Joel Rufino dos Santos, em sua biografia sobre a autora, recorda que

Sua insistência em escrever, sua obsessão por cadernos e livros prova que a residência do ser humano é a palavra; outra residência é o trabalho vivo, transformador da natureza. Nenhum dos nossos parentes animais tem palavra (embora se comuniquem por sons, gestos, cheiros etc.) e, portanto, os escritores valem por isso: afirmam sem cessar as possibilidades do humano. Não é difícil amar a palavra quando se é instruído, difícil é amá-la irrestritamente quando não se passou do curso primário (SANTOS, 2010, p. 20).

A escrita de Carolina revela claramente seu amor pela palavra e pelas possibilidades que ela proporciona de expressar-se e, acima de tudo, de existir enquanto escreve. Ser uma escritora tem sido e continua sendo um dos maiores atos de resistência para Carolina. Sua presença vai contra toda a lógica social estabelecida para uma mulher negra. O espaço da escrita sempre foi reservado para uma elite branca e masculina, nunca para uma mulher negra e humilde. Esse sentimento de não pertencimento no contexto da escrita também é evidente na carta da escritora chicana Gloria Anzaldua, *Falando em Línguas: Uma Carta para as Mulheres do Terceiro Mundo* (2000). Nele, Anzaldua aborda o sentimento das mulheres de cor de países do terceiro mundo, da

América Latina e do Caribe, em relação à escrita e ao seu uso na construção de suas identidades. Para Anzaldúa, a escrita é

[...] um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como “outro” — o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? Nós sabíamos que éramos diferentes, separadas, exiladas do que é considerado “normal”, o branco-correto. E à medida que internalizamos este exílio, percebemos a estrangeira dentro de nós e, muito freqüentemente, como resultado, nos separamos de nós mesmas e entre nós (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Carolina, determinada, criou sua própria voz, desconstruindo as estruturas da narrativa literária tradicional imposta, e se reinventou como mulher e escritora. Ela mostrou que a garota do interior de Minas Gerais tinha potencial para ir além das expectativas e se tornar uma escritora. Ao chegar a São Paulo, a cidade ofereceu a ela não apenas sonhos, mas também material literário para construir suas histórias em prosa e verso. Inicialmente, Carolina encontrou emprego como lavradora e empregada doméstica, mas quando teve filhos, foi rejeitada por suas empregadoras. Sem emprego, solteira e com filhos para cuidar, Carolina acabou morando nas ruas da Terra da Garoa. Tempos depois, por meio de um projeto da prefeitura para abrigar moradores de rua, ela chegou a um lugar que ela chamou de *Quarto de Despejo*, a favela do Canindé.

Durante aquele período, São Paulo presenciava os primeiros sinais das comunidades (favelas) que ainda existem até hoje. Canindé, banhada pelo Rio Tietê, estava tomada pelo lixo, uma paisagem que evidenciava a presença de uma população vulnerável, carente e marginalizada. Foi ali que Carolina encontrou moradia por muitos anos. Lá, ela não apenas lutou pela vida de seus filhos e pela subsistência de sua família, mas também mobilizou a coletividade por meio de sua escrita, mesmo que na época poucos percebessem o valor desse movimento para reivindicar visibilidade e mudanças sociais para a comunidade. Carolina fez eco através das décadas, revelando seu desejo de escrever e sua busca de refúgio nas letras, como ela mesma disse: “Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário” (JESUS, 1960, s/p). Ela fez uma escolha: escrever.

Viver em um ambiente hostil e, ainda assim, encontrar forças para amar a leitura, a literatura e a escrita não é tarefa fácil. Não é simples deslocar-se dessa dura realidade em busca de momentos de alegria e prazer na poesia, para mostrar ao mundo a beleza e a sabedoria que existem nas favelas, nos barracos acinzentados e precários, nos móveis escassos e nas pessoas humildes que ali habitam, mesmo em meio a paisagens

degradadas pela falta de políticas públicas, saneamento básico e investimentos para uma vida digna e de qualidade. É preciso ter garra, alma livre e espírito elevado para transformar tudo isso em versos, em poesia, em prosa e em luta. Carolina, a autora, insiste que a Literatura foi a sua salvação e afirma: “A transição da minha vida foi impulsionada pelos livros. Se não fosse por meio dos livros que me proporcionaram boa formação, eu teria me perdido, porque passei 23 anos convivendo com marginais” (JESUS, 2001, p.170).

A paixão de Carolina Maria de Jesus pela escrita e pelos livros trouxe notoriedade não apenas para ela, mas também para sua comunidade. Mesmo antes de um encontro aparentemente casual com Audálio Dantas, que prometeu publicar um de seus livros, Carolina já havia conquistado espaço em alguns jornais, concedido entrevistas e buscado editoras interessadas em suas obras. No entanto, seu sucesso foi limitado até então. Foi somente quando Dantas fez uma reportagem sobre ela que sua visibilidade na mídia se tornou expressiva, resultando na publicação de sua primeira obra, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, nos anos 60.

Neste livro, Carolina propôs-se a fazer um registro diário de sua vida e da vida de seus filhos, bem como da rotina da periferia e de como os moradores enfrentavam as questões do cotidiano. Sobre essa obra, Carolina Maria de Jesus afirmou que

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade. (JESUS, 2001, p. 171)

Carolina Maria de Jesus tinha plena consciência de que estava adentrando a um universo distante para uma mulher negra e periférica. No entanto, ela questionou esse não-lugar e lutou com coragem e honestidade para ocupá-lo, tornando-se uma porta-voz dos oprimidos e sendo reconhecida por importantes escritores da época, como Clarice Lispector, com quem posou em uma foto no lançamento de suas obras em 1960. Apesar do seu sucesso inicial, Carolina caiu no esquecimento após a primeira publicação, especialmente porque sua obra *Casa de Alvenaria* (1961) provocou uma reação negativa da elite. Nesse livro, a autora fez severas críticas à alta sociedade e aos seus vizinhos no bairro onde se mudou após sair do Canindé. Ela denunciou a negação e a não aceitação que enfrentava na sociedade, evidenciando o desconforto que sua presença causava naquele bairro. Infelizmente, sua obra foi mal recebida, o que contribuiu para a queda de visibilidade.

Carolina Maria de Jesus faleceu em seu tão sonhado sítio em Parelhos-MG. Um

edema pulmonar levou seu corpo físico, mas não foi forte o bastante para silenciar sua maior herança: as palavras. Suas palavras se propagam, fortalecem-se e permanecem vivas até hoje. Essa foi a razão pela qual muitos escritores e intelectuais da época lamentaram sua morte, reconhecendo a importância de sua obra literária na representação das vozes marginalizadas. Carolina foi e continua sendo uma das maiores e mais sublimes representantes da escrita negra e das mulheres negras na literatura brasileira e mundial. Apesar das dificuldades enfrentadas em vida e do relativo anonimato em seus últimos anos, seu legado persiste. Sua escrita corajosa, resistente e poderosa é estudada e apreciada, e sua contribuição para a literatura brasileira é reconhecida como uma importante representação das vozes marginais, denunciando as desigualdades sociais e o racismo enfrentados por muitos brasileiros, especialmente aqueles que vivem em condições de pobreza e marginalização.

3.2 QUARTO DE DESPEJO: TRAÇOS DECOLONIAIS

5 de junho de 1958 ... Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na Assembleia. [...] Foi lá que eu vi ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em relação ao povo.
(JESUS, 2001, p. 47)

A obra *Quarto de Despejo*, aqui já apresentada, traz uma estrutura de diário, conforme aparece no trecho acima. Nele, a autora registra suas observações e experiências do cotidiano vivido na favela. Composta por uma série de anotações diárias feitas por Carolina em cadernos encontrados no lixo, ao longo de um período de cerca de três anos, entre 1955 e 1958. Essa obra revela um aspecto notável da catadora de papel transformando material de trabalho em material literário. Essa dinâmica em si já aponta para um dos primeiros traços decoloniais presentes em Carolina, uma vez que ela inverte a lógica social do ato de escrever, questionando o que significa ser um escritor e como a literatura deve ser estruturada para ter valor. Essa atitude demonstra uma nova perspectiva, indicando a ruptura de paradigmas estabelecidos.

Sobre essas rupturas, Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2020) é uma teórica de referência, pois concentra seu trabalho em questões de gênero, raça e colonização. Ela é conhecida por suas críticas às noções ocidentais de gênero e por seu trabalho em torno da descolonização do conhecimento. Nota-se que, em relação à decolonialidade, Oyěwùmí argumenta que é importante reconhecer e desafiar as formas pelas quais o conhecimento ocidental tem sido imposto a outras culturas e sociedades como universal e superior. Ela

argumenta que isso tem sido feito por meio de estruturas coloniais de poder e de um processo de “epistemicídio” que envolve a eliminação de conhecimentos não-ocidentais e não-hegemônicos. Nesse aspecto, Carolina também mostrou-se atenta, prova disso está no trecho a seguir quando ela questiona a ideia de superioridade branca existente ao dizer que

Um dia, um branco disse-me: — Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem. O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (JESUS, 2001, p. 58)

E a autora aborda ainda o modo como o europeu, em território brasileiro, se comportava diante de uma mulher negra, influenciado por essa mentalidade colonial construída a partir de conceitos de superioridade e inferioridade. Através desse olhar crítico revela que em razão dessa dinâmica vivencia uma realidade marcada pela opressão e discriminação racial, na qual Carolina vivenciou experiências que evidenciam as formas de subjugação impostas às mulheres negras, veja:

Quando cheguei na favela tinha um português vendendo miúdo de vaca. Comprei meio quilo de bucho. Mas eu não gosto de negociar com português. Eles não tem educação. São obscenos, pornográficos e estúpidos. Quando procura uma preta é pensando explora-la. Eles pensam que são mais inteligentes do que os outros. (JESUS, 2001, p.83)

Carolina estava ciente dessa desvalorização das pessoas negras, da ideia o *Eu* e os *Outros* e fez questão de denunciar esse pensamento colonial segregacionista, assim como Oyèwùmí, que defende a necessidade de uma abordagem mais plural e aberta ao conhecimento, que reconheça e valorize a diversidade cultural e a multiplicidade de formas de conhecimento. A autora enfatiza, também, a importância de um engajamento crítico com o legado colonial, a fim de desafiar e superar as estruturas de poder e dominação que foram construídas em torno dele. Ponto que impulsiona uma mudança na forma de pensar da sociedade, assim como nas estruturas racistas existentes no país.

Em Carolina, as denúncias de discriminação racial são contundentes e delineiam claramente o pensamento colonial que resulta em hostilização dos negros, como evidenciado no trecho a seguir: "...Sentei ao sol para escrever. A filha da Sílvia, uma menina de seis anos, passava e dizia: — Está escrevendo, negra fedida! A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam" (2001, p. 24). Essas palavras destacam a crueldade e a perpetuação do racismo, revelando como as crianças são influenciadas e

incitadas pelos adultos a propagar discursos e comportamentos preconceituosos.

Dessa cena, cabe ainda destacar a força estrutural do racismo, que afeta até mesmo aqueles que enfrentam outras formas de exclusão. Na cena, mãe e filha, moradoras do Canindé, proferem insultos e hostilizam Carolina. Através da fala da criança, fica evidente como a questão racial estabelece categorias hierárquicas mesmo dentro da periferia, em um espaço humilde e marcado por carências.

Além disso, Carolina também denuncia o racismo através da descrença em seu interesse por livros, leitura e escrita. Muitas pessoas questionam o fato dela ter um grande apreço pelo conhecimento, ficando surpresas pelo fato de uma mulher negra estar envolvida com a erudição. Isso está diretamente relacionado com a noção de que o negro é incapaz de produzir conhecimento e que sua capacidade cognitiva é reduzida, reforçando a ideia de que ele não pode se envolver em algo que é considerado um símbolo do poder branco. Essa descrença revela os estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade, os quais Carolina enfrentou e denunciou em sua obra.

Mandei o João José abrir e mandar entrar. Era o Seu João. Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha buchechar um dente. Eu disse que na Portuguesinha era possível encontrar. Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário. — Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você. Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler. O Seu João deu cinquenta centavos para cada menino. Quando ele me conheceu eu tinha só dois meninos (2001, p. 23).

Nessa dinâmica, em tom de desabafo, Carolina vai apontando como ela, enquanto mulher negra, é percebida pelos outros ao seu redor. Relata em uma das passagens que "[...] escrevia peças e as apresentava aos diretores de circos. Eles respondiam-me: — É pena você ser preta. Esquecendo-se de que eu adoro minha pele negra e meu cabelo rústico" (2001, p. 58). Essas palavras revelam como Carolina enfrentou o racismo e a discriminação, com pessoas menosprezando suas habilidades artísticas com base na cor de sua pele. No entanto, reafirma sua valorização e orgulho de sua identidade negra, mostrando que a sociedade não deve limitar seu potencial com base em estereótipos raciais.

Ao longo da narrativa, Carolina demonstra um processo crítico marcante, refletindo sobre o mundo e o sujeito periférico, questionando e apontando para diversas possibilidades de interpretação. Essa atitude ressalta a natureza decolonial do movimento presente em sua obra, mesmo que, dadas as limitações do período histórico e das condições em que vivia, Carolina não tivesse acesso ao conceito de decolonidade.

A abordagem única de Carolina na literatura proporciona novas formas e perspectivas sobre a mulher negra e aqueles que habitam as periferias. Essa

singularidade é crucial para compreender a autora como decolonial, pois ela não apenas escreve de dentro para fora, mas também funde sua experiência pessoal e profissional com o universo literário. Ao resistir através da escrita, reivindicando seu espaço e propondo uma visão alternativa da identidade da população negra e periférica, Carolina demonstra, conforme destacado por Lugones (2014), a potencialidade dos povos colonizados em resistir às construções, narrativas e identidades impostas pelos colonizadores.

A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a “libertação” perde muito de seu significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva. A própria possibilidade de uma identidade baseada na política e o projeto da descolonialidade perdem sua base ancorada nas pessoas (LUGONES, 2014, p. 940)

Carolina, assim como outros autores que estão nas margens, ou seja, não pertencem ao cânone literário, tensionam esse lugar social ao qual foram relegados e constroem caminhos infrapolíticos, como aponta Lugones, e tornam-se visíveis e Nessa construção eurocentralizada do conhecimento, observa-se as regras da Arte muito bem estabelecidas, especialmente no que diz respeito à literatura, que são governadas por normas e regras sociais, como bem apontou Pierre Bourdieu (2002). De acordo com o autor, a cultura e a produção artística são influenciadas por essas regras, que moldam a maneira como a arte é criada, consumida e valorizada em uma sociedade. Bourdieu argumenta que o campo cultural, ou seja, o sistema de produção, distribuição e consumo de bens culturais, é um campo de lutas simbólicas, onde diferentes agentes sociais competem por recursos e prestígio. Dentro desse contexto, as lutas simbólicas resultam na definição do que é considerado “legítimo” ou “valioso” no campo cultural, e as regras da arte são estabelecidas por meio dessas disputas. Em suas obras, Bourdieu afirma que as regras da Arte são socialmente construídas e influenciadas por fatores como classe social, origem cultural, capital simbólico e poder. Ele argumenta que as convenções e normas artísticas são moldadas pela posição social dos artistas e pelas instituições

culturais, e que o valor atribuído a uma obra de arte é resultado dessas lutas simbólicas.

[...] o campo do poder é também um campo de lutas, e talvez, a esse título, comparado a um jogo: as disposições, ou seja, o conjunto das propriedades incorporadas, inclusive a elegância, a naturalidade ou mesmo a beleza, e o capital sob suas diversas formas, econômica, cultural, social, constituem trunfos que vão comandar a maneira de jogar e o sucesso no jogo (BOURDIEU, 199, p. 24).

É relevante observar que as regras e as disputas por valor e legitimidade no campo cultural nem sempre foram espaços inclusivos e empoderadores para as vozes das populações negras, especialmente as mulheres negras. Pelo contrário, esses espaços frequentemente as mantiveram afastadas. Nesse sentido, Carolina Maria de Jesus rompeu com as barreiras hegemônicas e se destacou na busca por incorporar sua literatura em um universo limitado e restrito dos cânones literários. Para isso, Carolina estruturou e apresentou sua narrativa em prosa, intitulada *Quarto de Despejo*. Essa obra, composta por uma sequência de fragmentos curtos, organiza-se em unidades temáticas, abordando questões como o trabalho, as amizades, as relações familiares, o amor e os sonhos. Além disso, tratam também da pobreza, do racismo, da fome, da violência, dos costumes e das difíceis condições de vida na favela. No entanto, mesmo diante de todas as adversidades, tanto Carolina quanto outros moradores da comunidade mantêm a esperança. O trecho a seguir ilustra essa realidade:

12 DE JUNHO Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que residio num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. Fiz o café e fui carregar água. Olhei o céu, a estrela Dalva já estava no céu. Como é horrível pisar na lama. (2001, p. 52)

Na sua obra, Carolina Maria de Jesus adota uma linguagem franca e direta, utilizando-a como uma forma de escapar da dura realidade em que vive. Ao mesclar ficção e realidade, ela reflete sobre as experiências vividas como mulher negra e pobre em uma favela. Aborda o cotidiano junto aos seus filhos, no qual a falta de comida e vestimentas, assim como a ausência de espaços de lazer para que eles possam brincar, são desafios difíceis de enfrentar. Essas situações revelam os desafios de viver em uma sociedade profundamente desigual.

Além disso, ao utilizar a variação linguística local e informal, Carolina promove um

movimento decolonial, desafiando a supremacia da linguagem culta tradicionalmente valorizada pela literatura da época. Essa forma de expressão não era acessível a todos os brasileiros, especialmente àqueles historicamente marginalizados e privados de acesso à educação desde os tempos coloniais. Ao empregar essa linguagem em sua escrita, Carolina rompeu com as regras estabelecidas naquele período histórico em relação à escrita e às construções literárias. Dessa forma, ela amplia as vozes e perspectivas representadas na literatura, proporcionando espaço para as experiências e vivências das pessoas marginalizadas pela sociedade. Além disso, Carolina questiona a própria ideia de uma cultura restrita, cujo resultado influencia nos problemas de acesso aos seus produtos e manifestações culturais. Sobre esse desdém ao acesso à cultura, a autora argumenta que

...É 5 e meia. O frei Luiz está chegando para passar o cinema aqui na favela. Já puzeram a tela e os favelados estão presentes. *As pessoas de alvenaria que residem perto da favela diz que não sabe como é que as pessoas de cultura dá atenção ao povo da favela.* As crianças da favela bradaram quando iniciaram o cinema, representando trechos da Bíblia. O nascimento de Cristo. Chegou o carro capela com o Frei Luiz. Um vigário que é útil aos favelados. (2001, p. 72)

Apesar de não ter tido um acesso vasto a algumas manifestações culturais brasileiras e estrangeiras, à variedade culta da época ou ao estilo rebuscado presente em certas obras literárias, algo que não foi uma escolha, mas sim uma condição imposta a ela, Carolina demonstrou suas habilidades com as palavras. É possível identificar em seus escritos o uso de construções sintáticas e palavras consideradas cultas. Essa mescla revela uma fusão entre a linguagem oral do seu ambiente e estruturas que ela provavelmente absorveu dos livros que lia e, esse aspecto, pode ser relacionado à diglossia retratada por Lienhard (2008). Em diferentes momentos destaca essa leitura: “Aproveitei a minha calma interior para eu ler. Peguei uma revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer-me. Li um conto” (2001, p. 10). Ao longo da escrita, demonstra, dessa forma, sua habilidade em adaptar elementos da escrita mais formal à sua própria realidade, criando uma voz única e poderosa em sua obra. Essa habilidade destaca, ainda, a injustiça sofrida por muitas pessoas, como ela, que não recebem uma educação de qualidade e são privadas das oportunidades de desenvolver plenamente seu potencial.

Em diversos de seus escritos e entrevistas, Conceição Evaristo também ressalta que a linguagem utilizada pelas mulheres negras é carregada de significados culturais e políticos. Para ela, ao escrever, “Essas escritoras buscam na história mal-contada pelas

linhas oficiais, na literatura mutiladora da cultura e de dos corpos negros, assim como em outros discursos sociais elementos para comporem as suas escritas”. Enfatiza, nesse sentido, que a linguagem das mulheres negras é uma linguagem de sobrevivência, que carrega em si a história e a resistência de uma trajetória marcada pela opressão, discriminação e violência. Para Evaristo, a linguagem das mulheres negras é uma linguagem rica, criativa e expressiva, que se desenvolveu em meio às adversidades enfrentadas pela comunidade negra ao longo da história. Segundo a autora, essas mulheres “[...] se postam atentas diante da miséria e da riqueza que o cotidiano oferece, assim como escrevem às suas dores e alegrias íntimas” (EVARISTO, 2005, p. 07). Destaca, desse modo, a importância de valorizar e reconhecer a riqueza linguística e cultural das mulheres negras, e de dar espaço para que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Conceição Evaristo (2005, 2020) também questiona a superioridade da linguagem culta tradicionalmente valorizada na literatura e na sociedade, que muitas vezes marginaliza as vozes das mulheres negras e de outras minorias. Ela defende o direito das mulheres negras de usarem sua própria linguagem, aquela que conhecem, com suas expressões e formas de comunicação específicas, como uma forma de empoderamento e afirmação de suas identidades. Nas palavras da autora, “Quero a dinâmica das palavras pronunciadas no cotidiano, as que movimentam a vida e não as que dormem no dicionário” (2020, p.37).

Um exemplo ilustrativo dessa reivindicação pode ser encontrado em um de seus contos, este intitulado “A gente combinamos de não morrer” (2015), em que a escritora reivindica esse direito ao confrontar as regras prescritas pela norma culta da Língua Portuguesa, não realizando a concordância verbal entre sujeito e verbo, como uma manifestação de resistência e subversão, bem como, uma crítica a precariedade educacional brasileira que não atende a todos os cidadãos.

Antes disso, Carolina já questionava, talvez de forma involuntária, o uso da língua ao empregá-la à sua maneira na escrita desse diário; pois, em um ato de coragem, desafiava a ordem social estruturada, em que a mulher negra não se enquadra como escritora e, ela, apesar disso e sem a instrumentalização da norma-padrão da língua, escreve uma obra literária em forma de diário.

Em diferentes passagens da obra, aponta para o seguinte: "Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter" (2001, p.16). Nota-se a clareza que Carolina tem sobre sua escolarização, contudo, ainda assim demonstra que compreendia a importância da leitura, da escrita e do universo da linguagem em sua vida e na vida dos outros que a rodeavam, pois afirmava: "É que eu estou escrevendo um livro,

para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela" (2001, p. 25) e, para além do lucro e do aspecto individual, que a escrita para ela era importante porque "[...] na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros" (2001, p. 32). Carolina já sabia que deveria usar, mesmo com pouca escolaridade, a escrita para se fazer ouvir. Para ela, a escrita era um reduto de expressão, onde poderia transmitir suas experiências e lutas, consciente do impacto que suas palavras poderiam ter na sociedade. Essa sede pela linguagem fica nítida quando ela narra "Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem" (2001, p. 22).

Além disso, a obra de Carolina revela uma expressão poética que transcende as convenções literárias tradicionais, constituindo-se como uma forma de expressão artística e uma maneira de lidar com suas emoções e frustrações. No dia 03 de maio, enquanto relatava o questionamento de uma vizinha sobre a localização de um homem chamado Cigano, e também após a denúncia de um pensamento sexista e violento em relação a esse mesmo indivíduo, Carolina compartilhou as palavras que ouviu de outra pessoa: "...O senhor Manoel disse-me que o cigano faz muito bem em seduzir as mocinhas de 14 anos. Elas dão confiança" (2001, p. 139). Diante do choque provocado por essa fala, Carolina optou por expressar sua indignação e desilusão através da poesia, contando-nos que "Nesses dias eu escrevi alguns poemas: *Não penses que vais conseguir/ o meu afeto novamente/ o meu ódio vai evoluir/ criar raízes e dar sementes*" (2001, p. 139). A presença da poesia em sua escrita adquire uma dimensão decolonial, à medida que a autora questiona as estruturas coloniais de poder, sexistas, preconceituosas, violentas e naturalizadas. Faz isso por meio da linguagem, do conteúdo temático e de uma visão alternativa da literatura, que frequentemente são utilizadas como ferramentas de opressão e dominação, mas que agora são revertidas em um processo transformador.

Nas palavras de Carolina: "...Os políticos sabem" (p. 38) que ela é poetisa e que "o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido" (2001, p. 39). Logo, está disposta a expor as injustiças das quais tanto ela quanto o povo periférico são vítimas. Através de sua escrita, em que se mescla prosa e poesia, Carolina desafia a imposição de uma cultura de estereotipação dos elementos sociais, humanos e não-humanos, dotados de valor ou desvalor, processo construído pelo projeto colonial-moderno. Esses estereótipos são desconstruídos em sua narrativa. No trecho a seguir, por exemplo, Carolina demonstra insatisfação em relação ao valor do dinheiro no país, pois para ela os produtos valem mais que ele e, por isso, impossibilita que os pobres possam usá-lo. Essa narração que se mistura a versos poéticos é uma crítica à desvalorização da moeda, aos políticos e, conseqüentemente, à situação de fome e de vulnerabilidade à qual eles estão expostos

em razão disso:

24 DE OUTUBRO ...Eu fiz café e mandei o José Carlos comprar 7 cruzeiros de pão. Dei-lhe uma cédula de 5 e 2 de alumínio, o dinheiro que está circulando no país, Fiquei nervosa quando contemplei o dinheiro de alumínio. O dinheiro devia ter mais valor que os generos. E no entretanto os generos tem mais valor que o dinheiro: *Tenho nojo, tenho pavor/Do dinheiro de aluminio/O dinheiro sem valor/Dinheiro do Juscelino*. ...Eu descancei, fiz a sopa de lentilha com arroz e carne. Mande o João comprar meio quilo de açúcar, o burro comprou arroz. Ele passa o dia lendo Gibi e não presta atenção em nada. Vive pensando que é o homem invisível, Mandraque e outras porcarias (2001, p. 112).

Na obra, os personagens são apresentados em sua autenticidade, retratando o cotidiano sem cortes ou deturpações. Mostra-se o sujeito negro e periférico na sua originalidade. No caso da autora, uma mulher altamente capaz e ativa, ciente das injustiças, da péssima administração político-econômica cujo resultado impacta no sofrimento do povo. Essa abordagem descolonizadora da narrativa literária é um exemplo de resistência e de empoderamento, contribuindo para uma narrativa mais inclusiva, diversa e verdadeira na literatura brasileira, que representa de fato a pluralidade e diversidade cultural do país. Carolina, no livro, apresenta uma variedade de personagens, incluindo mulheres, homens, crianças, idosos, comerciantes e muitos outros, em suas verdadeiras identidades. Através de sua escrita, ela traz à luz as vidas e experiências desses personagens que muitas vezes não eram visibilizados na literatura de sua época, revelando suas histórias e singularidades. Ao dar voz a esses personagens marginalizados, Carolina de Jesus desafia a exclusão e a invisibilidade imposta pela sociedade, promovendo uma representação mais autêntica e inclusiva na literatura brasileira, que valoriza a diversidade e a riqueza cultural do país. Observe o trecho a seguir:

24 DE JUNHO Quando eu cheguei na favela encontrei com a Vera que estava na rua. Ela já sabe contar tudo que presencia. Disse-me que a policia tinha vindo avisar que a mãe do Paredão tinha morrido. Ela era muito boa. Só que bebia muito. ...Eu estava fazendo o almoço quando a Vera veio dizer-me que havia briga na favela. Fui ver. Era a Maria Mathias que estava dando seu espetáculo histórico. Espetáculo da idade critica. Só as mulheres e os médicos é quem vai entender o que eu disse....Os favelados todos os anos fazem fogueiras. Mas em vez de arranjar lenha rouba uns aos outros. Entram nos quintaes e carregam as madeiras de outros favelados. (...) Eu tinha um caibro, eles levaram para queimar. Não sei porque é que os favelados são tão nocivos. Alem deles não ter qualidades ainda surgem os maus elementos que mesclam-se com eles. Quem vem perturbar é o Chico, o Bom-Bril e o Valdemar. O Valdemar levanta de manhã e vem para a favela. (JESUS, 2001, p. 60)

Essa escrita que convoca uma coletividade de vozes é, em suma, um movimento decolonial que vem questionar o abandono dessas pessoas em um ambiente que não proporciona dignidade e condições de se viver uma vida de qualidade. Como disse María Lugones (2020), a decolonialidade busca descolonizar a mente, o ser e as palavras, desafiando as estruturas de poder e os discursos hegemônicos que perpetuam a opressão e a marginalização de certos grupos sociais, tornando-os individualistas e alheios aos problemas de seus iguais. Para ela, nosso maior desafio é exatamente esse: nos reconhecermos enquanto pares, comunidade, coletivos que podem se unir em direção a uma única causa. Em Carolina de Jesus, ficou evidente como a guerra interna entre os moradores tornava difícil essa compreensão do todo do grupo ao qual eles pertenciam. Assim, cada um estava sozinho com seus problemas, o que dificultava a busca por soluções. Em diferentes trechos isso fica evidente:

...A favela hoje está quente. Durante o dia a Leila e o seu companheiro Arnaldo brigaram. (2001, p. 46)

...Hoje brigaram aqui na favela. Brigaram por causa de um cachorro. A briga foi com uns baianos que só falavam em peixeiras. (2001, p. 47)

Hoje os favelados estão apreciando os briguentos. São dois irmãos. O Vicente e o João Coque. Lá em frente ao mercadinho estão brigando dois baianos, e são irmãos. Nem parece que geraram no mesmo ventre. (2001, p. 49)

...Aqui na favela tem um quadro de foot-bol — O Rubro Negro. [...] O quadro não é conhecido pelo publico, mas já é conhecido pela policia. A dois anos atrás, o quadro foi jogar na Penha e brigaram com o quadro adversário e a briga transformou-se em conflito. (2001, p. 56)

...Quando cheguei na favela os meninos estavam brincando. Pergunteilhes se alguém havia brigado com eles. Responderam-me que só a baiana. [...] E que a Leila brigou com o Arnaldo e queria jogar a sua filha recém-nascida dentro do rio Tietê. (2001, p.63)

Ouvi as crianças dizendo que estavam brigando. Fui ver. Era a Nair e a Meiry. A Nair é branca. A Meiry é preta. Já faz tempo que a Meiry anda prometendo que vai bater na Nair. A Meiry é temida porque anda com gilete. E ela foi bater na Nair e apanhou A Nair rasgou-lhe as roupas, deixando-lhe nua. (2001, p.64)

A obra de Carolina de Jesus revela porque é importante superar essa fragmentação e reconhecer a força da coletividade na luta por justiça social e igualdade. Ao dar voz a uma multiplicidade de personagens e suas vivências reais, ela acaba evidenciando e trazendo a necessidade de uma abordagem decolonial na literatura, que vá além dos indivíduos isolados e que enfatize a importância da união e do reconhecimento das lutas compartilhadas, algo que está diretamente ligado ao que

preconiza autores dessa vertente. É um convite poderoso para uma reflexão crítica sobre nossa sociedade e para uma atuação coletiva em prol de uma transformação mais inclusiva e justa. Algo que também se faz presente na atualidade e exige uma postura de compreensão da coletividade. Enquanto o povo briga por X ou Y o congresso aprova leis que vão contra a população. Sobre esse aspecto, bell hooks (2019) argumenta que a literatura da mulher negra é muitas vezes uma forma de resistência, permitindo que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e suas experiências sejam compartilhadas com outras mulheres negras e com a comunidade em geral. Ela vê a literatura como uma ferramenta para criar uma consciência coletiva, construir uma identidade negra positiva e fortalecer os laços entre as mulheres negras.

Essa perspectiva de experiências compartilhadas encontra-se em Dona Domingas que acolhe outra mulher em sua residência: “Dona Domingas é uma preta boa igual ao pão. Calma e util. Quando a Leila ficou sem casa foi morar com a Dona Domingas” (2001, p.46). E, também, em Dona Nenê, que compartilha refeições com Carolina: “Fui na dona Nenê. Ela estava na cosinha. Que espetáculo maravilhoso! Ela estava fazendo frango, carne e macarronada. [...] Ela deu-me polenta com frango. E já faz uns 10 anos que eu não sei o que é isto” (2001, p. 94). Ou então, em Carolina, que se compadece de uma trabalhadora: “Quando eu retornava encontrei com a Dona Maria, aquela que cata papel na fabrica de pudim. Ela disse-me que roubaram-lhe um saco de papel. Fiquei com dó” (2001, p.147). Dona Julita é outra personagem solidária aos problemas da autora, pois dá conselhos a ela e a auxilia em diferentes momentos de dificuldade: “...Eu fui na Dona Julita. Ela deu-me comida, eu esquentei e comi. Acabei de comer, fiquei triste. E que a comida de lá é muito forte. Sopa, carne e outras iguarias. Quando o pobre come uma comida forte, dá tontura (2001, p.138).

Djamila Ribeiro (2017), uma influente intelectual negra, defende uma abordagem crítica e propositiva diante do silenciamento das pessoas marginalizadas. Essa postura desafia as estruturas coloniais e opressivas, buscando valorizar as culturas e conhecimentos dos povos marginalizados, ao mesmo tempo em que considera as interseccionalidades das opressões. Nas palavras de Djamila, **"Pensar o lugar de fala seria romper com o silêncio imposto àqueles que foram subalternizados**, um movimento para quebrar com a hierarquia, descrita por Derrida como violenta" (2017, p. 50-51, grifos nossos).

Como estudiosos, educadores e cidadãos preocupados com as questões sociais que afetam milhões de brasileiros, incluindo aqueles que enfrentam fome, preconceito e diversas formas de violência, temos o papel fundamental de amplificar as vozes presentes nas narrativas literárias, teóricas e cotidianas que clamam por justiça social. Obras como

as de Carolina Maria de Jesus são leituras indispensáveis e essenciais para fomentar um debate decolonial, que questione e reestruture a ordem, os costumes e os valores historicamente arraigados na sociedade. Ao reconhecer a relevância dessas obras, estamos contribuindo para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

3.3 HERANÇA DE CAROLINA PARA OUTRAS AUTORAS NEGRAS E LATINO-AMERICANAS

Minha mãe leu e se identificou tanto com o Quarto de despejo de Carolina que igualmente escreveu um diário, anos mais tarde. Guardo comigo esses escritos e tenho como provar em alguma pesquisa futura que a favelada do Canindé criou uma tradição literária. Outra favelada de Belo Horizonte seguiu o caminho de uma escrita inaugurada por Carolina e escreveu também sob a forma de diário a miséria do cotidiano enfrentada por ela.
(EVARISTO, 2010, p. 13)

A identidade é um fator crucial para muitos grupos sociais, pois é a base para a construção de uma marca própria, que expressa valores, subjetividades e aspectos únicos daquela comunidade. Por isso, ser representado por um de seus membros é um fator de desejo e conquista para muitos, já que traz consigo fortes significados e notoriedade. Desse modo, quando Carolina Maria de Jesus emergiu como uma voz representante da mulher negra, trouxe consigo o peso da representatividade feminina, periférica e negra. Além disso, essas intersecções que a atravessam foram capazes de unir lutas com as quais muitas mulheres daquela época, e ainda hoje, precisam enfrentar. Assim, ao retratar suas vivências em um diário, expondo em tom de denúncia a fome, a violência urbana, o racismo e o machismo, questões que ainda são urgentes no debate público brasileiro, a autora torna-se símbolo de resistência e inspiração para outras mulheres negras, que encontraram/encontram nela uma representação de suas próprias lutas e experiências.

No livro *Feminismo e Resistência* (2023), organizado pelas professoras Lorena Freitas e Lívia dos Santos Souza, encontram-se diversos textos que fazem referência a Carolina Maria de Jesus. Isso ocorre porque a autora é uma fonte de inspiração para mulheres contemporâneas que buscam refletir e enfrentar os desafios sociais em busca da resistência. As obras de Carolina são exemplos vivos de coragem e luta, algo que ressoa até os dias de hoje, incentivando e empoderando mulheres a se levantarem contra as injustiças. No capítulo 12, intitulado "Carolina Maria de Jesus, escritora decolonial e diaspórica", as coautoras Susana de Castro (Professora de Filosofia da UFR) e Rafaella Fernandez (Pesquisadora da área das Ciências Sociais) exploram como Carolina adota uma abordagem decolonial, questionando as estruturas de poder, dominação e

exploração historicamente impostas pelas potências colonizadoras. Carolina se tornou um símbolo de resistência à desigualdade e subalternidade, desafiando narrativas dominantes e dando voz a perspectivas marginalizadas. O trecho a seguir ilustra bem essa perspectiva:

Carolina de Jesus jamais fala o que os outros querem ouvir, mas sim o que ela acha certo, baseando-se na sua experiência. É por essa e outras razões que considero Carolina de Jesus uma escritora decolonial, pois não se curva diante da força hegemônica/ideológica da opinião compartilhada da classe dominante nacional, branca e eurocentrada, que no fundo esperaria com condescendência e paternalismo que uma mulher negra, descendente de pessoas que haviam sido sequestradas do continente africano e escravizadas, reconhecesse a importância civilizatória da literatura “colonial” letrada, excludente dos corpos e saberes de matriz africana e indígena. (CASTRO e FERNANDEZ, 2023, p. 268)

Ao longo do texto, as autoras sustentam a natureza decolonial em Carolina que faz o caminho inverso e bem diferente daquilo que se espera. E foi por isso que ela se tornou um símbolo de potencialidade e força para muitas mulheres, representando um espaço de luta e representação, bem como hoje reconhecidamente uma autora de força decolonial. Ao compartilhar suas histórias íntimas, ofereceu oportunidades para pensarmos esse “lugar de fala”¹⁴, a importância de ser verdadeiramente, de valorizar outras formas de conhecimento e de desconstruir estereótipos que nos colocam em pequenas caixas. Inspirou muitas vozes na literatura e em outras áreas das ciências humanas, fortalecendo lutas e proporcionando coragem para que outras mulheres e homens marginalizados seguissem o mesmo caminho e alcançassem voos ainda maiores em diferentes âmbitos da vida almejados. A importância de se ver representado é enfatizada por Djamila Ribeiro que diz: “Redescobri minha força. Trabalhei quase quatro anos na biblioteca da Casa de Cultura, onde entrei em contato com bell hooks, Carolina Maria de Jesus, Lima Barreto, Sueli Carneiro, Alice Walker, Toni Morrison” (RIBEIRO, 2018, p.17). Esse aspecto de sua vida foi crucial e destacou-se em sua trajetória, pois a ajudou a “aprender a falar por outras vozes” e, principalmente, a “enxergar através de outras perspectivas” (Ibid, 2018, p.17).

Quando uma mulher desafia as regras sociais, especialmente aquelas relacionadas à linguagem, questiona normas culturais profundamente enraizadas sobre o que é

¹⁴ A expressão "lugar de fala" se relaciona com as discussões de Gayatri Spivak e Djamila Ribeiro, que, embora provenham de diferentes contextos sociais, compartilham uma linha de reflexão crítica: a importância de pensar a voz e o silêncio dos marginalizados. Spivak questiona se "Pode o subalterno falar?" (1985), enfocando as reflexões sobre a posição do orador e de que contexto ele emerge, seja obtendo destaque ou sendo ignorado. Djamila Ribeiro, em "O que é lugar de fala?" (2017), vincula o conceito ao *Feminismo Stand Point* e ressalta que ele vai além da simples ação de falar; envolve o poder de existir ao expressar-se e a recusa das hierarquias sociais estabelecidas, resistindo contra tentativas de silenciamento (2017, p. 37). Resumindo, "lugar de fala" implica ocupação de espaços sociais diversos e desafio às narrativas tradicionais, ou seja, resistência, ocupação e empoderamento.

considerado erudito ou uma boa escrita. Esse ato de desafio abre espaço para outras mulheres que antes não se viam como escritoras, tornando-as potenciais forças motrizes na construção de uma nova história para seu povo. Jarid Arraes, poeta contemporânea, expressa sua alegria ao se ver representada por Carolina e demonstra essa felicidade nas linhas de seus versos, afirmando que “Carolina é eternamente uma imensa inspiração, uma força grandiosa e também validação, a mulher negra escritora que despeja o coração” (2017, p. 42). Em outras palavras, a escritora de *Quarto de Despejo* desperta a voracidade pela escrita e a resistência.

Um dos elementos mais marcantes da existência de Carolina como representante de um grupo é sua coragem de desafiar perspectivas estabelecidas. De acordo com Camila Daniel, “Carolina aprofunda o debate sobre as desigualdades de raça, classe e gênero no Brasil; não de uma maneira etérea, abstrata, mas a partir das suas experiências de opressão e rebeldia” (2023, p. 57). É possível que a moradora do Canindé não tivesse conhecimento do valor de sua jornada para muitas mulheres, tanto ancestrais quanto das próximas gerações. No entanto, deixou um legado e ensinamentos para combater as injustiças sociais enraizadas em nosso país.

Como antropóloga, Camila tem consciência do papel significativo que Carolina desempenhou em sua área de estudo. A escritora abriu caminho para muitas estudiosas utilizarem a “autoetnografia” como construção científico-acadêmica. Esse gênero se baseia nas experiências reais das mulheres como material para a composição de suas produções e análises. O trabalho pioneiro de Carolina nesse sentido influenciou gerações de autoras, servindo como exemplo de como a conexão entre mulheres pode atravessar décadas e inspirar outras pessoas a trabalhar com a verdade, com a inclusão e com a justiça. Isso demonstra a importância de se valorizar as trajetórias das mulheres e das minorias, uma vez que elas podem abrir caminho para que outras pessoas possam ter mais oportunidades e representatividade em áreas diversas.

Para concluir, é importante destacar as palavras de Conceição Evaristo sobre Carolina Maria de Jesus em uma entrevista ao *Estadão* (2021)¹⁵. Segundo ela, Carolina é muito mais do que uma escritora negra e mãe solteira que enfrentou inúmeras dificuldades para publicar sua obra e se tornar uma referência na literatura brasileira. Ela foi uma pioneira que abriu caminho para muitas outras mulheres negras, como a própria Evaristo, que hoje podem contar suas próprias histórias e serem ouvidas. A partir do exemplo de Carolina, outras escritoras negras foram inspiradas a escrever e a lutar por

¹⁵ Entrevista de Conceição Evaristo concedida a Maria Fernanda Rodrigues. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/literatura/conceicao-evaristo-carolina-maria-de-jesus-ainda-tinha-muito-a-dizer-e-pr-cisava-dizer/>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

seu espaço na literatura nacional. Ao se reconhecer em Carolina, Conceição Evaristo tornou-se uma das maiores vozes da literatura negra no Brasil e em outros países. Ambas as autoras vão além das barreiras geográficas e encontram eco em vozes que clamam por justiça social e por mais inclusão e representatividade na literatura e na sociedade como um todo. Isso demonstra que se ver através do outro é um mecanismo poderoso de decolonialidade, pluralidade e reconhecimento de si, que pode inspirar mudanças profundas e duradouras na forma como pensamos e agimos em relação aos mais vulneráveis e marginalizados, contribuindo para uma luta antirracista.

4. ENTRE BECOS DA MEMÓRIA: UMA LEITURA À LUZ DA DECOLONIALIDADE

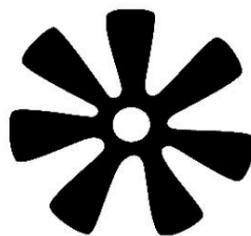


Figura 3 - Ananse Ntontan - criatividade e a sabedoria
Cultura Ashanti

4.1 CONCEIÇÃO EVARISTO: VIVÊNCIAS EM PALAVRAS E UM LEGADO PARA A LITERATURA BRASILEIRA

Sim, eu trago o fogo,/o outro,/aquele que me faz,/e que molda a dura pena/de minha escrita/é este o fogo,/o meu, o que me arde/e cunha a minha face/na letra desenho/do auto-retrato meu..

Conceição Evaristo (2017, p. 37)

Conceição Evaristo, nascida em Belo Horizonte em 1946, também é natural de Minas Gerais. Segunda filha dentre nove irmãos, vem de origem modesta e cresceu na antiga comunidade do Pindura Saia. Sua mãe, uma lavadeira, foi responsável por sua criação inicial, enquanto seu pai teve pouca presença na vida da família.

Devido à falta de espaço no barraco em que residia, Conceição transferiu-se para a casa de sua tia aos sete anos, considerada sua segunda mãe devido às melhores condições de vida. Aos oito anos, já conciliava o trabalho como empregada doméstica com os estudos. Desde tenra idade, Conceição revelou um notável interesse pela leitura e pela escrita, destacando-se ao conquistar o primeiro lugar em um concurso de redação durante o Ensino Fundamental. Em sua biografia sobre a autora, publicada pela editora M.Starda, Orlando Nilha ressalta esse aspecto ao afirmar que "Em 1968, uma redação de Conceição intitulada 'Samba-favela' ultrapassou os muros da escola e foi publicada no Diário Católico de Belo Horizonte" (2021, p. 16). Essa precoce paixão pela escrita se tornou um traço distintivo em sua vida, orientando-a para além dos limites escolares e moldando sua trajetória literária.

Nota-se, através disso, que Evaristo conserva em si "sabedoria e criatividade", termos que semanticamente representam a imagem africana que abre este capítulo. Essa

proximidade com o universo das letras também impulsionou a autora a um desejo nobre: ser professora, um anseio que sempre esteve presente em sua mente. Mesmo quando essa ideia parecia distante e não se apresentava de forma clara e certa em seu caminho. Quando criança, os pequenos que estavam à sua volta, nas brincadeiras de menina, transformaram-se em alunos e foram seus primeiros aprendizes. Aqui temos os primeiros indícios de sua criatividade ao imaginar e criar.

Ainda em Minas, a autora chegou a estudar para seguir na carreira docente, mas acabou tendo que mudar seus planos devido à falta de oportunidades na região. No entanto, com muita persistência e determinação, adjetivos que a caracterizam, mudou-se para o Rio de Janeiro na década de setenta para estudar Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), visando assim a realização do seu sonho de ser professora.

Após sua graduação, conseguiu uma vaga como docente na rede pública de ensino após realizar concurso público, onde lecionou até 2006. Durante sua trajetória acadêmica, a autora também se dedicou a pesquisas e estudos avançados em literatura, tendo concluído mestrado em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) em 1996 e, posteriormente, doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2011. Essa experiência em diversas áreas do conhecimento contribuiu para a construção de sua identidade literária e de sua obra enquanto escritora, em que a cultura popular, o pluralismo e a luta por uma sociedade mais justa são temas recorrentes. Assim, além de seu legado na educação, Conceição Evaristo deixou uma importante contribuição para a literatura brasileira.

Ao longo de sua carreira, Conceição Evaristo consolidou sua posição como uma das principais vozes da literatura negra brasileira. Sua habilidade e talento na escrita lhe renderam algumas premiações que contribuíram inquestionavelmente com a literatura brasileira. Destacam-se o *Prêmio Jabuti* em 2015 e 2019, o *Prêmio Literário Casa de las Américas* em 2011, e o *Prêmio Faz Diferença* em 2018. Mas sua história com a Literatura começa muito antes disso e bem longe dos holofotes. Segundo a autora, biografos e registros históricos, sua estreia nas letras se deu em 1990, quando publicou seis poemas na coletânea “Cadernos Negros”. Título este que busca inspiração na história de Carolina, que escrevia em cadernos encontrados no lixo, enquanto coletava materiais recicláveis pelas ruas de São Paulo. Entretanto, foi somente em 2003 que ela publicou sua primeira obra em prosa, intitulada *Ponciá Vicêncio*. Apesar disso, sua primeira obra escrita, na realidade, foi *Becos da Memória*, concluída em 1986, mas publicada apenas em 2006.

Em *Becos*, Evaristo apresenta, através de sua personagem central, a vida na favela do Pindura Saia, local onde viveu com sua família na infância e teve experiências semelhantes às da escritora Carolina de Jesus. Maria-Nova, o olhar condutor da narrativa,

caminha pelos becos, ouvindo histórias de familiares e amigos, com o objetivo de um dia recontá-las. Aliás, essa é uma questão que atravessa a obra, já que a garotinha se pergunta o tempo todo como irá colocar em prática esse objetivo. E é exatamente nessa dúvida que, ao longo da narrativa, ela testemunha junto dos personagens suas alegrias e angústias, especialmente, o medo da remoção, a aflição pela constante ameaça da perda de suas casas, as despedidas de pessoas queridas, a falta de perspectiva de alguns e as diversas formas de violência que sofrem por serem moradores da favela.

Nesse aspecto, nota-se que com sua escrita, ferramenta potente, e sua capacidade de resgatar a história, bem como a memória de comunidades marginalizadas, Evaristo trouxe uma nova perspectiva à literatura brasileira ao criar um conceito que une a escrita e as vivências: (escre)vivências. Na realidade, o termo “escrevivência”, exemplifica e resume muito bem a importância do processo de escrita para a coletividade das mulheres negras na reconstrução de suas identidades. E dentro dessa perspectiva, a sua obra tornou-se um norte para outros escritores também marginalizados. De acordo com Conceição, o termo está ligado à figura da “mãe preta”, aquela que deixava seus próprios filhos para cuidar, ninar e contar histórias aos filhos dos brancos durante o período da escravidão. Desse modo, mostra-nos que essa escrita parte de quem tem propriedade e experiência para tratar, já que trata-se de uma fala de parte de dentro para fora e, não, de fora para dentro como vinha ocorrendo. Em sua obra *A escrevivência e a escrita de nós*, lançada em 2020, Conceição explica o termo e o descreve da seguinte maneira:

A escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais (CONCEIÇÃO, 2020, p. 30).

Conceição Evaristo destaca a importância da escrevivência como uma forma de reescrever a história das mulheres negras escravizadas, de suas ancestrais, bem como de todas as mulheres negras, que foram subjugadas e tiveram suas vozes silenciadas. Segundo a autora, a escrita se torna uma ferramenta de empoderamento, uma forma de apropriação dos signos gráficos e do valor da literatura para a construção de uma narrativa própria e autêntica. Conforme Nilha lembra “A palavra ‘escrevivência’ foi criada por Conceição para definir a sua arte: escrever a vivência do dia a dia e das lembranças dela mesma e de seu povo” (2021, p. 28). Além disso, o termo escrevivência traz em si

uma dimensão autobiográfica, evoca vidas passadas e futuras. Através da escrita e da literatura, essas mulheres podem reconstruir e restaurar suas identidades e imagem deturpada pelo preconceito racial, pela ignorância e pela desumanização do povo negro. Ajuda, também, a desafiar o *status quo* e a desconstruir estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade. Conceição Evaristo propõe, assim, uma reconfiguração da história, em que as vozes negras são resgatadas e a literatura se torna uma forma de resistência e afirmação da identidade cultural negra.

No artigo “Gênero e Etnia” a autora aborda exatamente a importância da escrevivência como uma forma de reafirmação da identidade cultural negra brasileira, principalmente no que se refere à experiência das mulheres negras. A autora destaca que, ao escrever, essas mulheres resgatam sua história, suas tradições e sua cultura, ao mesmo tempo em que se libertam das amarras impostas pelo racismo e pelo sexismo. Desse modo, utiliza o termo para definir a escrita que tem como base a experiência pessoal e coletiva, e que busca reescrever a história a partir da perspectiva dos povos negros. Para ela, essa escrita de vivências é uma forma de resistência, uma vez que permite às mulheres negras restaurarem suas identidades e dignidade (EVARISTO, 2005).

A partir de sua própria experiência como escritora negra, Evaristo mostra como a escrevivência se tornou uma ferramenta de luta e resistência, permitindo que ela pudesse expressar sua própria voz e narrar suas vivências, bem como as de seu povo. Através de sua escrita inspira e motiva outras mulheres em diferentes áreas acadêmicas e profissionais. A autora destaca que a literatura é uma forma de reconfigurar a história, em que as vozes negras são resgatadas e valorizadas. Vozes que reivindicam seu lugar social antes negado. No entanto, reconhece que a luta pela valorização da cultura negra é uma batalha constante, uma vez que o racismo e o sexismo estão profundamente enraizados na sociedade brasileira. A autora faz um apelo para que as mulheres negras se unam em torno da luta por seus direitos e por sua identidade cultural, e para que utilizem a literatura como uma forma de resistência e afirmação (EVARISTO, 2005;2009).

De acordo com Grada Kilomba, na obra *Memórias da plantação* (2019), a identidade não é uma característica fixa ou natural, mas sim uma construção social moldada por fatores históricos e culturais. A autora destaca como as narrativas coloniais contribuíram para a criação de estereótipos e hierarquias raciais que impactam a autoimagem e percepção dos outros. Em suas obras, Kilomba propõe uma reflexão sobre a importância de desconstruir narrativas hegemônicas e criar espaços para a pluralidade de vozes e experiências. Nessa perspectiva, a literatura de Conceição Evaristo é fundamental na contemporaneidade brasileira, abordando temas centrais da identidade e

história do povo negro no país. A linguagem poética e política da autora ressalta a importância da literatura como forma de resistência e empoderamento, explorando com lirismo e seriedade temas como racismo, opressão, violência, ancestralidade, memória e afetividade. Suas obras convidam o leitor a um universo rico e complexo, em que a dor, a luta e a superação são elementos fundamentais. A literatura de Evaristo é um convite à reflexão e à transformação social, em que a literatura se torna uma ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conceição Evaristo emerge como uma figura ativa na resistência contra o racismo e diversas formas de opressão. Seu legado não apenas celebra a literatura, mas a posiciona como uma ferramenta poderosa para a transformação social. Sua escrita, marcada por vigor e envolvimento, convida o leitor a explorar um universo rico e complexo, onde a dor, a luta e a superação desempenham papéis fundamentais. Com sensibilidade e coragem, a autora aborda temas como racismo, opressão, violência, ancestralidade, memória e afetividade, concedendo voz e visibilidade às experiências das mulheres negras.

Em suas obras, a literatura transcende seu papel tradicional, tornando-se uma forma de reconfigurar a história, resgatar vozes negras silenciadas e afirmar a identidade cultural negra. Conceição Evaristo é uma poeta que escreve com o coração, transformando palavras em ação e inspirando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Seu texto instiga à reflexão e à ação, constituindo um convite para que todos se unam à luta por um mundo melhor.

4.2 BECOS DA MEMÓRIA: ESCRITA DECOLONIAL

Avisa a casa grande, é chegada a Abolição/Escrita assinada pelas mãos de Conceição/Reescreve a história baseada no respeito/Contra toda a injustiça, pelo fim do preconceito.

(ACADÊMICOS DA ABOLIÇÃO, 2019, s/p)

Conceição Evaristo se inspirou na história de Carolina Maria de Jesus ao criar seus próprios personagens, assim como outras autoras também foram influenciadas por ela. Segundo a autora, “Outra favelada de Belo Horizonte seguiu o caminho de uma escrita inaugurada por Carolina e escreveu também sob a forma de diário, a miséria do cotidiano enfrentada por ela” (EVARISTO, 2009, s/p). No livro *Becos da Memória*, publicado pela primeira vez em 2006, há notáveis semelhanças com a obra *Quarto de Despejo* (1960), ambas ambientadas em periferias; contudo, em regiões distintas do Brasil. A edição aqui analisada de *Becos* é a terceira, lançada em 2017 pela editora Pallas, uma versão

atualizada e aprimorada da obra original. Além das correções ortográficas e gramaticais, essa edição apresenta um novo prefácio escrito pela própria autora, intitulado "Da construção de becos". Nesse prefácio, Evaristo reflete sobre a importância da obra em sua trajetória como escritora, destacando que escreveu *Becos* em 1986, mas só o publicou 20 anos mais tarde, após o sucesso de *Ponciá Vicêncio* (2003), sua segunda obra. Também enfatiza a relevância da literatura como meio de expressar vivências e memórias de uma mulher negra e periférica. É evidente que essa narrativa está profundamente enraizada em suas experiências de vida, assim como nas memórias de sua família e comunidade. No entanto, a autora trata do tema da seguinte forma:

[...] nada que está narrado em *Becos da memória* é verdade, nada que está narrado em *Becos da memória* é mentira. Ali busquei escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade. Na base, no fundamento da narrativa de *Becos* está uma vivência, que foi minha e dos meus (2017, s/p, grifos do autor).

Nota-se que essa escrita nos anos 80, período importante na luta da população negra a nível mundial, resgata memórias reais por meio da ficção, evocando a ancestralidade e a dignidade do povo negro. Nesse momento, o movimento negro no Brasil já existia. O Movimento Negro Unificado (MNU) e a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) se fortaleciam cada vez mais. Houve intensos debates sobre o racismo estrutural, abordando representatividade, discriminação racial e desigualdade socioeconômica. A produção artística e cultural negra ganhou destaque, transmitindo mensagens de empoderamento e conscientização racial. A luta por igualdade racial avançou, resultando em conquistas importantes, como: a *Lei Caó*¹⁶ e a mobilização por ações afirmativas. O movimento de mulheres negras também se destacou, enfrentando discriminação e machismo, com líderes como Lélia González e Sueli Carneiro, autoras que se destacam ainda hoje nas discussões que envolvem questões como raça, gênero e classe. Além disso, nos Estados Unidos, o movimento pelos direitos civis persistiu na busca por igualdade racial, influenciado pelo *Black Power* dos anos 60. Na África do Sul, houve resistência ao apartheid liderada pelo ANC e por Nelson Mandela. A música negra, incluindo o *hip-hop* e o R&B, ganhou destaque, transmitindo mensagens de fortalecimento. Houve um aumento na conscientização e ativismo em questões raciais, bem como uma maior representação do povo negro nos meios de comunicação.

¹⁶ A Lei Caó (Lei nº 7.716/1989) é uma legislação brasileira que combate a discriminação racial e promove a igualdade de direitos. Promulgada em 5 de janeiro de 1989 e em homenagem ao deputado federal Carlos Alberto de Oliveira (Caó), a lei trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Ela estabelece que praticar, induzir ou incitar discriminação ou preconceito racial, étnico, religioso ou de procedência nacional é crime, sujeito a pena de reclusão.

Em *Becos* essa força revolucionária e reivindicatória reflete um movimento de mudança mundial. Essa mescla de histórias que se inter cruzam, de vivências e de recordações reforçam o orgulho do povo negro de suas origens e negritude. Na versão em análise, isso fica evidente, principalmente, nas imagens presentes na capa e contra capas da obra. A inclusão de um caderno de fotos torna-se uma adição significativa à narrativa, uma vez que enriquece e enaltece o contexto histórico no qual a obra foi construída e estruturada, trazendo à tona as lembranças e as características sociais que inspiraram a escrita do livro, como os cabelos *Black Power*, naturais e livres, de alguns membros da família da autora, algo que nos remete à cultura e à luta negra. Sabe-se que esse estilo não desafiou apenas os estereótipos de beleza, mas também se tornou um símbolo político, representando a luta por igualdade e a libertação racial. Elemento visual poderoso que demonstra a autoafirmação e a resistência ao racismo e à opressão. Além disso, esse elemento convoca-nos a olhar também para um ponto chave na obra de Conceição: a família.

A autora argumenta que as mulheres negras foram excluídas dos padrões de maternidade, uma vez que eram constantemente responsáveis pelo cuidado dos filhos de outras pessoas, ou seja, de seus patrões. Como resultado, elas eram vistas apenas como trabalhadoras braçais, serviçais e objetos de exploração sexual. Nessa perspectiva, a história e a imagem dessas mulheres foram apagadas e suas famílias ignoradas. Outras escritoras e ativistas negras, como bell hooks, também questionam essa exclusão da maternidade. Na obra *E eu não sou uma mulher* (2020), hooks analisa a desvalorização sistemática das mulheres negras desde os tempos da escravidão, destacando como qualquer atividade realizada por elas foi degradada. Muitas mulheres negras tentaram desviar a atenção de sua sexualidade, enfatizando seu compromisso com a maternidade. Nesse aspecto, nota-se o empenho de Conceição em reafirmar em *Becos* os laços familiares e em destacar a importância das mulheres negras ao cuidar de seus filhos e de suas famílias. Esse tema é um ponto-chave em sua escrita, e também destaque em seus textos teóricos e discursos públicos, nos quais denuncia a falta de representação adequada e a descaracterização do povo negro e de suas famílias na literatura brasileira. Em *Gênero e Etnia* (2005), pode-se observar a preocupação com essa questão:

Uma leitura mais profunda da literatura brasileira, em suas diversas épocas e gêneros, nos revela uma imagem deturpada da mulher negra. Um aspecto a observar é a ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral. **Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra** (Evaristo, 2005, p. 53, grifos nossos).

Nesse aspecto, assegura-se que a edição e a obra oferecem aos leitores uma oportunidade única de conhecer a biografia de Conceição e de obter outras perspectivas sobre a família negra, movimento decolonial que questiona esse não lugar e propõe uma outra perspectiva da realidade da população marginalizada e periférica. Essa narrativa se destaca por propor um resgate da comunidade em que a autora cresceu e se desenvolveu, capturando pessoas, lugares e momentos que contribuem para a formação de uma nova identidade de escrita. Essa identidade reflete subjetividades, personalidades e traços culturais específicos, e também antecipa a mulher em que a própria autora se tornaria no futuro, longe dos estereótipos coloniais. Desse modo, tal abordagem desperta a curiosidade dos leitores, permitindo uma maior aproximação com a narrativa. Além disso, a autora não apenas cativa seus leitores, mas também representa outras mulheres que antes não se viam representadas em certos papéis sociais. Tudo a partir de uma escrita caracterizada pela sensibilidade e lirismo, mesmo ao tratar de temas difíceis, como racismo, desigualdade de gênero, violência e miséria.

Segundo Simone Pereira Schmidt (2010), professora de Literatura Portuguesa e Literatura Africana da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), no artigo “Sobre favelas e musseques”, nesse contexto, em que as palavras ganham força

[...] a escrita, como afirmou Donna Haraway (1994), é um jogo mortalmente sério, porque o que está em questão é justamente a possibilidade (ou a negação) da representação. A quem se representa, e como se representa, são, assim, questões cruciais para o discurso literário, visto, aqui, numa imagem que nos remete a Bakhtin (1981), como uma arena onde disputam constantemente as diversas forças políticas em que se constituem os grupos sociais. Especialmente num país como o Brasil, onde a questão da representação se mostra ainda tão problemática (SCHIMIDT, 2010, p. 209).

Essa representação, aliás, autoapresentação, individual e coletiva, proporciona uma experiência enriquecedora aos leitores, já que abre a biografia de Conceição oferecendo não só novas perspectivas sobre a realidade da população negra e periférica, mas também compreender que nesses ambientes não há apenas a violência, a fome, a miséria e o desconhecimento, pelo contrário, ali estão seres humanos capazes de criar, de encontrar alternativas diante das faltas, de aprender e ensinar, de buscar auxílio e de ajudar uns aos outros. Tais pontos se fixam na construção dos personagens. Bondade, por exemplo, é a personagem que nos mostra como ser resiliente e bom mesmo diante das adversidades. Naquele contexto em que se podia nutrir o ódio, a violência e a maldade, Bondade coloca-se, ou seja, personifica a capacidade de superar adversidades e manter a empatia e compaixão em meio à crueldade e injustiça social. O homem

transcende humildade, generosidade e empatia, logo, cria laços com a comunidade e cria uma rede de apoio e solidariedade.

Bondade conhecia todas as misérias e grandezas da favela. Ele sabia que há pobres que são capazes de dividir, de dar o pouco que têm e que há pobres mais egoístas em suas misérias do que os ricos na fartura deles. Ele conhecia cada barraco, cada habitante. Com jeito, ele acabava entrando no coração de todos. E, quando se dava fé, já se tinha contado tudo ao Bondade. Era impressionante como, sem perguntar nada, ele acabava participando do segredo de todos. Era um homem pequeno, quase miúdo, não ocupava muito espaço. Daí, talvez, a sua capacidade de estar em todos os lugares. Bondade ganhou o apelido que merecia (EVARISTO, 2017, p. 35).

Evaristo desafia estereótipos sociais ao apresentar uma personagem que vive na favela. Esses estereótipos retratam quem mora nessas comunidades como violento, perigoso e alguém a ser temido e evitado. A abordagem de Evaristo, porém, imbuída de uma perspectiva decolonial, contrapondo-se ao discurso hegemônico, retrata seu povo com sensibilidade e lirismo, mantendo a coesão e coerência narrativa decolonial, evidenciando que naquela comunidade também existem aspectos positivos que merecem ser valorizados. Essa habilidade de representação é resultado de sua trajetória acadêmica, de leituras, de experiência como professora e como escritora. É importante destacar que a trajetória de Evaristo difere consideravelmente da de sua precursora, Carolina. Entretanto, Carolina, mesmo com baixa escolaridade, conseguiu demonstrar a outras mulheres a importância que tem se apropriar da escrita e do conhecimento proporcionado pelos livros, ato que permite a ocupação de outros espaços sociais. Ponto que nos faz resgatar as discussões de Edgardo Lander sobre a *Colonialidade do Saber*, que aborda a importância de dominar as ferramentas do conhecimento, apropriar-se delas e, por fim, difundir outras formas de ver e conceber o mundo.

Em um de seus artigos, Lander aponta que

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemologias que lhes são próprias (LANDER, 2005, p. 3).

Ao apropriar-se de conhecimentos provenientes de uma mescla entre o europeu e o não europeu, o colonial e o não colonial, Conceição Evaristo questiona o próprio ato de escrita, criando uma narrativa híbrida e bem estruturada. Nessa abordagem, ela brinca com as palavras, explorando seus significados subjacentes e suas estruturas sintáticas.

Essa habilidade demonstra a capacidade do sujeito subalternizado de criar e se destacar em suas realizações. Além disso, essa mescla de diferentes gêneros textuais, como diário, memórias, relato, autobiografia, romance e depoimento, rompendo com a homogeneidade característica do discurso colonial. Essa diversidade, aliada à perspectiva crítica da autora, resulta também em uma pluralidade que busca a conquista da liberdade plena para todos os indivíduos. Essa abordagem envolvente reflete a complexidade da vida e de uma comunidade repleta de interseções e misturas, que conferem sua singularidade heterogênea e única. Dessa forma, a escrita de Conceição Evaristo se destaca pela maneira como incorpora diferentes influências, quebrando as barreiras impostas por padrões literários eurocêntricos e coloniais. Sua narrativa multifacetada e plurigênero evidencia a riqueza e a complexidade da experiência humana, promovendo a valorização de todas as vozes e perspectivas em uma sociedade diversa.

Para Aníbal Quijano, ao analisar a criação dos Estados-Nações, a homogeneização refere-se a um processo de padronização e uniformização cultural, social e política imposto pelo sistema colonial/moderno. Além de ser uma das características fundamentais da colonialidade do poder, que busca impor uma visão única e eurocêntrica de mundo sobre as sociedades colonizadas. Nas palavras dele, “Toda homogeneização da população de um Estado-nação moderno é desde logo parcial e temporal e consiste na comum participação democrática no controle da geração e da gestão das instituições de autoridade pública e de seus específicos mecanismos de violência” (QUIJANO, 2005, p.130). Essa imposição ocorre através do controle dos sistemas de conhecimento, das estruturas de poder, das instituições políticas e das práticas culturais. Portanto, a luta contra a homogeneização é uma luta pela descolonização, pela reivindicação e valorização das diversidades culturais, pelo reconhecimento das múltiplas formas de conhecimento e pela construção de sociedades mais justas e igualitárias. Algo que se tornou prática em Evaristo, não só em *Becos*, mas também em sua obra como um todo.

A autora apresenta-nos a personagem Negro Alírio, demonstrando um espírito de luta e um olhar crítico sobre a padronização de discursos e construções. Essa representação busca evidenciar o valor da população negra, sua resistência e não submissão, bem como sua capacidade de lutar e buscar seu lugar social. Este conduz muitos outros personagens ao conhecimento, especialmente, aqueles relacionados aos seus direitos. Ele luta contra a opressão e a desigualdade social, funcionando no enredo como uma metáfora, cuja a representação está ligada a figura histórica dos trabalhadores negros e de pessoas subalternizadas de maneira geral lutando por seus direitos e por dignidade. Esse aspecto bem demonstra a trajetória da população negra brasileira, da

África à resistência, dos porões dos navios à luta, dos troncos aos quilombos, da submissão/escravidão ao trabalho formal, à escola, à universidade, à literatura, à escrita, enfim, à ascensão social e a tudo que se pode alcançar descolonizando o imposto.

O primeiro trabalho que Negro Alírio arranjava numa cidade grande foi numa construção civil. Sabia um pouco do serviço de pedreiro e carpinteiro e, acima de tudo, não tinha medo de pegar no trabalho. Vivia bem com os companheiros. Dormia mesmo na construção e aproveitava a noite para ler e para ensinar a quem quisesse aprender um pouco. Em pouco tempo, todos os operários dali estavam querendo aprender a ler, muitos foram procurar um curso noturno. Era ele quem os ajudava a decifrar os deveres. Assim foi na construção, na padaria, na fábrica de tecidos; onde quer que passasse, Negro Alírio motivava todo mundo a aprender a ler. Antes de tudo, explicava que era preciso que todos aprendessem a ler a realidade, o modo de vida em que todos viviam. Em cada local de trabalho, Negro Alírio fazia novos irmãos, se bem que entre os patrões ele sempre ganhava novos inimigos (EVARISTO, 2017, p. 95).

Negro Alírio ganhava inimigos à medida que contrariava os patrões, desafiava as injustiças e mostrava aos demais seus direitos. Essa trajetória de enfrentamento não é diferente daquela percorrida por outras pessoas negras no mundo real, como Dandara e Zumbi dos Palmares, Anastácia, Tereza de Benguela, Harriet Tubman, Sojourner Truth, Carolina Maria de Jesus, Angela Davis, Martin Luther King, Nelson Mandela, Abdias do Nascimento, Milton Santos e tantos outros. Dessa forma, esse personagem se coloca como líder de uma coletividade, deixando de lado suas demandas pessoais e colocando os benefícios individuais abaixo das necessidades do grupo, independentemente das represálias que possa receber. A coragem de Alírio, seu trabalho árduo e sua generosidade com os outros também nos remetem às lavadeiras da favela. Essas personagens, em sua humilde profissão, estavam dispostas a compartilhar, alegrar-se e trocar experiências e histórias entre si, principalmente ao transmiti-las às crianças, proporcionando-lhes felicidade, tranquilidade e uma memória doce de sua infância. Em outras palavras, transmitiam a riqueza da oralidade. E as torneiras onde buscavam água para o trabalho representam um ponto de encontro entre elas e as crianças, veja:

Quando eu estava para a brincadeira, preferia a “torneira de baixo”. Era mais perto de casa. Lá estavam sempre a criança amiga, os pés de amora, o botequim da Cema, em que eu ganhava sempre restos de doces. Quando eu estava para o sofrer, para o mistério, buscava a “torneira de cima”. A torneira, a água, as lavadeiras, os barracões de zinco, papelões, madeiras e lixo. Roupas das patroas que quaravam ao sol. Molambos nossos lavados com o sabão restante (EVARISTO, 2017, p. 16).

A reunião para o trabalho evidencia a importância desse ato na vida da comunidade, principalmente, para as crianças que se juntavam para brincar e aprender com os mais velhos, além de interagir com os outros pequenos. Essa noção da partilha está intrinsecamente ligada à ideia de comunidade, que é fundamentada na troca de experiências. Por meio das trabalhadoras e de seus filhos, o texto projeta a multiplicidade e as diferentes vivências como elementos enriquecedores, que somam experiências e potencialidades, ressaltando a importância de abraçar a diversidade em busca de um futuro mais inclusivo e igualitário. Nesse sentido, através da coletividade representativa na obra, observa-se que essas mulheres evocam o trabalho incansável da população negra no Brasil na construção do país. Rememoram as mãos que construíram o Brasil. Apesar da constante negação do discurso hegemônico em representá-las como pessoas trabalhadoras, honestas e dignas. Conceição Evaristo faz questão nessa obra de retratá-las como batalhadoras, dispostas a dar sua última gota de suor para se sustentar e entregar um trabalho de qualidade, mesmo em meio a adversidades. Essas mulheres, por exemplo, estão dispostas a se dedicar ao extremo, muitas vezes sacrificando suas próprias vidas, para sustentar e criar seus filhos em um contexto de privações constantes.

As tinas das três moravam constantemente na torneira. Havia lavadeiras que nem levavam as tinas para casa, porque voltariam no outro dia, no outro dia, voltariam sempre. Quando uma lavadeira não estava, as amigas usavam a tina dela. Filó Gazogênia não vem hoje? Não, ela não virá mais nunca! É preciso manter a tina cheia, as madeiras molhadas. Filó Gazogênia cansou, encheu-se da vida. A morte veio esvaziando tudo (EVARISTO, 2017, p. 110).

Sobre essa perspectiva da labuta, da pluralidade, dos laços afetivos, coletivos e comunitários, María Lugones destaca a importância de reconhecer e valorizar as múltiplas formas de conhecimento produzido nessas comunidades, buscando reconfigurar as relações sociais, políticas e epistêmicas para desafiar as estruturas coloniais de poder e opressão, algo presente na forma de escrita tanto de Conceição quanto de Carolina. Para ela, as comunidades podem ser espaços de resistência e criação, onde se deve reconhecer e honrar a sabedoria e as experiências das pessoas marginalizadas, além de combater as formas de opressão que as afetam. Lugones também aborda a diversidade e a interseccionalidade nas comunidades, ressaltando a importância de abordar as múltiplas formas de opressão que afetam diferentes identidades dentro dessas comunidades, a fim de promover uma verdadeira decolonialidade. Segundo a pensadora, ao tratar da colonialidade de gênero, torna-se importante, por exemplo, entender que não se resiste à colonialidade sozinho

Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão[,] práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas constituem uma pessoa (LUGONES, 2014, p. 949).

Ao convocar uma coletividade em sua narrativa, Conceição Evaristo reivindica não apenas um lugar de fala para si, mas também para outros, denunciando a exclusão e o silenciamento enfrentados por seu grupo, incluindo ela mesma enquanto mulher negra. Essa abordagem reflete o caminho decolonial defendido por Lugones, que preconiza a união da coletividade e dos grupos na luta contra as opressões sofridas.

Nesse contexto, a obra "Lugar de fala" (2017), de Djamila Ribeiro, destaca-se como uma significativa fonte na reflexão e na produção de conhecimento de resistência ao abordar o tema da língua, da fala e dos lugares sociais de uso desse mecanismo de poder, especialmente ao ser um elemento de análise das obras aqui objetos de pesquisa. Isso se deve ao fato de a obra explorar a proibição desse uso por parte de pessoas negras, enfatizando a necessidade de valorização da fala e do conhecimento por parte daqueles que anteriormente eram privados desse direito. Essa análise contribui para a compreensão das dinâmicas de poder presentes na sociedade, reforçando a importância da democratização do acesso ao conhecimento diante das desigualdades sociais, incluindo aquelas presentes na educação escolar.

Ocupar esse lugar de fala é essencial nesse resgate e apropriação da linguagem. Nas palavras de Djamila, na obra citada acima, compreende-se "a linguagem como mecanismo de manutenção de poder" e, por essa razão, um dos compromissos de sua obra "[...] é o compromisso com uma linguagem didática, atentas a um léxico que dê conta de pensar nossas produções e articulações políticas de um modo que seja acessível, como nos ensina muitas feministas negras" (RIBEIRO, 2017, p. 10). Desse modo, além da apropriação da linguagem, fica evidente também a preocupação com o acesso a esse conhecimento, buscando a democratização, já que a desigualdade social no Brasil aponta para um desequilíbrio entre brancos, pardos e negros entre diferentes pontos sociais, dentre eles, está a educação escolar.

Nas obras de Evaristo, de Ribeiro e de outras pesquisadoras negras em entrevistas e falas públicas, o tema da apropriação à fala é trazido para o debate, especialmente, ao refletirem sobre como a linguagem colonizadora desmonta e descaracteriza o colonizado. Nesse sentido, aponta-se que "Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso

que partamos de outros pontos. De modo geral, diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem” (Ibid., 2017, p. 37). E esse novo olhar se apresenta tanto em Carolina, quanto em Conceição e outras autoras, já que desmascara a narrativa da falta de conexão entre os povos negros, que invisibilizam lutas e resistências, apagando a verdadeira história de quem findar a opressão.

Também, nesse aspecto, pode-se dizer que a obra *Becos* ganha destaque exatamente por esse processo de resgate da história e das vivências dos povos negros, desvelando as lutas e resistências que foram apagadas e invisibilizadas ao longo do tempo. Por meio da linguagem poética e sensível, Evaristo reconstrói a memória coletiva, trazendo à tona as experiências de opressão, mas também de resiliência e empoderamento. Faz isso, em especial, quando rememora as narrativas de Tio Totó, resistência diante de tantas perdas e injustiças, pelas quais passou. Em determinado trecho da obra, Evaristo, através de sua narradora, Maria-Nova, narra que “Quando Tio Totó se entendeu por gente, ele já estava em Tombos de Carangola. Sabia que não nascera ali, como também ali não nasceram seus pais. Estavam todos na labuta da roça, da capina” (EVARISTO, 2017, p. 18) e lembra ainda que ele “Sabia que seus pais eram escravos e que ele já nascera na ‘Lei do Ventre Livre’. Que diferença fazia? Seus pais não escolheram aquela vida, nem ele” (Ibid., 2017, p. 18). Assim, Conceição confronta a narrativa dominante e colonizadora que tenta subjugar a história e a identidade negra. Ela desafia estereótipos e reescreve a narrativa histórica, mostrando a complexidade e a diversidade da experiência negra no Brasil.

Tio Totó é um dos personagens presentes em *Becos* que desempenha um papel significativo na narrativa. Ele representa a figura de um ancestral, um elo com o passado e com a memória coletiva da comunidade negra. Tio Totó é retratado como alguém sábio, cujas histórias e ensinamentos são fundamentais para a compreensão da identidade e da trajetória do povo negro. Através das memórias e das palavras desse homem, Evaristo destaca a importância de preservar as tradições, a cultura e a sabedoria transmitidas de geração em geração. Tio Totó personifica a resistência e a resiliência da comunidade negra, carregando consigo as marcas e as experiências de um passado marcado pela opressão, mas também pela força de enfrentá-la. Trata-se de um dos fios condutores que conectam o presente com as raízes históricas, convidando os leitores a refletir sobre a importância de reconhecer e valorizar a herança cultural e ancestral, além de resgatar e dar voz àqueles que foram silenciados ao longo do tempo, elemento que se destaca nas falas de autores decoloniais.

Enquanto tio Totó representa esse passado ligado ao presente, Maria-Nova, sua sobrinha, representa o presente e o futuro. A garota desempenha um papel fundamental

ao representar o presente e o futuro da comunidade retratada, porque enquanto percorre os becos, colhendo as histórias e memórias coletivas, revelando a importância de preservá-las e de mostrar como elas são essenciais na formação de um sujeito histórico. Maria-Nova desempenha um papel ativo na manutenção da memória de seus vizinhos, tornando-se uma espécie de fio condutor que conecta o leitor a diferentes personagens e suas histórias. Maria-Nova, enquanto narradora-personagem, carrega consigo um componente importante: o de guardador de memórias. Em sua inocência infantil traz um olhar atento e curioso a tudo que acontece em seu entorno.

Ali, na porta do armazém, estavam os homens, alguns bêbados, outros vadios e muitos trabalhadores. Entre eles havia os que bebiam o dinheiro todo e, por isso, as mulheres sempre iam lá brigar. Algumas brigavam também com Sô Ladislau. Esses acontecimentos Maria-Nova não achava graça em observar. Ela preferia mesmo a torneira pública. Gostava de ver a agressividade das pessoas nos dias em que a água estava pouca. Gostava de ouvir as histórias que as mulheres, às vezes, contavam baixinho. Gostava de ficar à espreita, olhando exatamente para o portão na esperança de ver a Outra. Era preciso aguardar o instante em que ela, às escondidas, viesse admirar o mundo (EVARISTO, 2017, p. 42).

Com um olhar perspicaz e atento, Maria-Nova revela tanto as belezas quanto as adversidades da vida na favela. Nada passa despercebido por ela, pois possui uma sede insaciável por narrativas. Em suas jornadas pela comunidade, ela consegue capturar a essência das pessoas e suas experiências. Sua habilidade em ouvir e em compreender as vozes e vivências daqueles ao seu redor, mesmo daquilo que não foi dito com palavras, permite que o leitor se conecte com as informações transmitidas e mergulhe profundamente na realidade dessa comunidade, enxergando-a de forma autêntica e emocionalmente impactante. Assim, pode-se assegurar que a menina personifica a importância da preservação das histórias e da valorização das vivências da comunidade.

As tardes na favela costumavam ser amenas. Da janela de seu quarto caiado de branco, Maria-Nova contemplava o pôr do sol. Era muito bonito. Tudo tomava um tom avermelhado. A montanha lá longe, o mundo, a favela, os barracos. Um sentimento estranho agitava o peito de Maria-Nova. Um dia, não se sabia como, ela haveria de contar tudo aquilo ali. Contar as histórias dela e dos outros. Por isso ela ouvia tudo tão atentamente. Não perdia nada. Duas coisas ela gostava de colecionar: selos e as histórias que ouvia (EVARISTO, 2017, p. 31).

Através dela, Conceição Evaristo transmite a mensagem de que a memória coletiva é um tesouro que deve ser guardado e compartilhado, fornecendo um senso de identidade e pertencimento para aqueles que a cultivam. A personagem nos inspira a valorizar e a reconhecer a riqueza das narrativas que moldam nossa história e a

importância de passá-las adiante, para que as vozes da comunidade continuem ecoando no presente e no futuro. Logo, como disse Evaristo, “Creio que conceber escrita e vivência, escrita e existência, é amalgamar vida e arte, Escrevivência” (EVARISTO, 2020, p. 31). Nota-se, desse modo, que pensar o conceito de Escrevivência remete-se logo à escrita do vivido, à história individual, mas também, coletiva. Esse termo remete-nos ao cultivo da cultura, à valorização e à forma de produzir literatura da população negra brasileira. Escrever uma experiência desperta o orgulho de si, aflora e fortalece a identidade, o seu legado e de quem se é, além de promover a propagação de uma identidade inspiradora. Para Constância Lima Duarte, o sucesso da autora em questão se dá exatamente na

[...] estratégia narrativa que adota, de aparentemente apresentar uma experiência individual e ficcional, que, na verdade, diz respeito a toda uma coletividade. Em *Becos da memória*, a narrativa entrelaça lembranças de infância da autora com as de outros, denuncia o racismo presente no cotidiano da favela condenada à demolição, e ainda recua até o passado mais remoto da ancestralidade africana. Na construção da personagem Maria-Nova, como em outras, estão não só fragmentos da memória de Evaristo, como a experiência de um grupo social que vivenciou também situações semelhantes (DUARTE, 2020, p. 136).

Assim, tanto o trecho anterior quanto a obra *Becos da Memória* nos convidam a refletir sobre a importância da literatura como forma de resistência, de denúncia, de resgate, de posse do conhecimento, da arte e da escrita e, em especial, do empoderamento produzido por todos esses componentes. Eles nos lembram da necessidade de valorizar e dar voz às vozes marginalizadas, reconhecendo a importância de contar histórias a partir de perspectivas diversas e autênticas. Ponto que também nos remete à linguagem decolonial, já que esse elemento é convocado por autores dessa linha, cujo o argumento direciona para um movimento de libertação da colonialidade do poder. Todavia, isso ocorrerá apenas se nos unirmos em coletividade, pensando criticamente sobre amarras, aspectos econômicos, políticos e sociais que nos aprisionam. Assim, torna-se primordial pensar ações solidárias e respeitadas, a fim de alcançarmos um mesmo objetivo: reduzir mazelas sociais.

Nesse aspecto, a escuta atenta de Maria-nova também se coloca como um importante elemento de conectividade para a compreensão dos pontos que nos separam e criam desigualdades sociais. A partir dessa perspectiva, é válido relembrar o mito da caverna, já que ele representa bem como a alienação pode fechar os olhos da humanidade, distanciando o homem da compreensão do seu meio e daquilo que o

impede de enxergar a luz. Vive-se tempos em que as tecnologias se propagam a cada dia mais, o consumo se estende e a conectividade, a princípio pensada para nos aproximar e dissipar problemas inconvenientes em nosso dia a dia, acaba trazendo outros, como: o distanciamento, o sentimento individualista, a competitividade e super valorização do bem material. Entender-se enquanto um grupo que pode unir forças, ouvir e, a partir deste ouvir, entender aquilo que traz problemas, o que é importante para a evolução humana.

Nesse contexto, Maria-Nova nos oferece uma verdadeira lição em *Becos*, ao dar ouvidos e integrar as narrativas coletadas na favela. Ao acolhê-las, ela compartilha essas vivências com diversas outras comunidades, pessoas periféricas ou não, que também enfrentam situações sociais de desigualdade e vulnerabilidade, bem como com aqueles que não passam por estas questões-problema, mas são sensibilizadas a partir da leitura dessa narrativa. O olhar atento e solidário de Maria-Nova proporciona uma importante reflexão sobre escuta e coletividade. Escutar é aprender. Essa máxima ressoa o "lugar de fala". Sobre isso, e indo além, Ribeiro nos alerta que "O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula capaz de falar sobre os *Outros*, enquanto esses *Outros* permanecem silenciados" (2017, p. 44).

Maria-Nova desempenha um papel fundamental: o de ouvir e de registrar as vivências da coletividade e de transmitir às próximas gerações as histórias de seu povo. Essa garotinha astuta e perspicaz está sempre atenta a tudo que acontece ao seu redor, desempenhando o papel de uma linha que costura uma colcha de retalhos. Ela recorta, junta, pensa, organiza e une fragmentos diversos para formar um todo coerente. Através de sua perspectiva, somos conduzidos a diferentes personagens que habitam a favela do Pindura Saia, um local repleto de memórias e onde a própria autora, Conceição Evaristo, deu seus primeiros passos. Ali iniciou sua trajetória de resistência e luta.

A menina traz consigo a visão curiosa e inocente de uma criança, que salta pelos becos da comunidade, absorvendo e preservando as memórias de um ambiente por vezes hostil, mas também repleto de encantamento, amizades e solidariedade. A narrativa é impregnada de nostalgia, transmitindo o amor daqueles que ali viveram e que desejam manter vivas as experiências que atravessaram, de modo que não querem abandonar o local. É como se a personagem Maria-Nova fosse a guardiã das vivências da comunidade, empenhada em preservar a essência daqueles que a habitam.

Por meio das histórias que Maria-Nova coleta e compartilha, somos transportados para um universo de lembranças que transcendem o tempo e as fronteiras individuais. Ela nos revela a importância de valorizar as experiências vividas, tanto as adversidades quanto os momentos de alegria, para que possamos compreender melhor o nosso

passado e moldar um futuro mais inclusivo e empático. Maria-Nova é a voz das memórias coletivas, transmitindo-nos a sabedoria e a vitalidade de uma comunidade que persiste em preservar sua identidade e suas raízes.

A obra “Becos da Memória” é uma expressão contundente da decolonialidade, permeando todas as suas páginas ao desafiar e romper com os padrões eurocêntricos dominantes. Por meio de uma abordagem diferente, a narrativa destaca as vivências das mulheres negras, revelando suas perspectivas únicas e desafiando estereótipos limitantes. A obra também denuncia a realidade da escassa educação e das oportunidades limitadas que impactam a qualidade de vida dessas comunidades marginalizadas.

Além disso, *Becos da Memória* expõe a violência estrutural sofrida pelos habitantes das periferias, e contradiz essa imagem negativa ao representar o periférico como alguém dotado de sabedoria, honestidade e de valores profundamente significativos. Essa reconfiguração de narrativas é essencialmente decolonial, pois desafia as representações preconceituosas e estereotipadas que perpetuam a marginalização. Se opõem à narrativa hegemônica do morador de favela sempre ligado à criminalidade e ao tráfico de drogas.

Ou seja, a própria construção da obra, produzida por uma mulher negra, proveniente da favela, é um ato de resistência e decolonialidade. Ao nascer de uma perspectiva não colonial, *Becos* afirma a existência e a voz daqueles que foram historicamente silenciados. Abre portas. É um grito de basta, um chamado que ecoa: “Nós não somos isso!”. A obra convida o leitor a enxergar e reconhecer a verdadeira essência, a humanidade e a riqueza cultural presentes nas comunidades marginalizadas.

Assim, a narrativa de Conceição se alinha a outras vozes de luta, juntando-se a um movimento maior que busca a transformação social, o fim do racismo, do sexismo e das desigualdades estruturais causadas pela colonização do poder, do ser e do saber. Ao abrir caminhos para uma maior consciência e compreensão, a obra contribui para a construção de um futuro mais igualitário, onde todas as vozes sejam valorizadas e respeitadas.

4.3 CONTRIBUIÇÕES DE CONCEIÇÃO PARA A ESCRITA LITERÁRIA DE MULHERES NEGRAS

Versos para cruz, Conceição no altar/Canindé, Jesus, oh, Clara!/Nossa gente preta tem feitiço na palavra/ Do Brasil acorrentado ao Brasil que não se cala...

(BEIJA FLOR, 2022, s/p)

Maria da Conceição Evaristo não apenas inspira músicas e outros escritores, mas também nutre sonhos. Assim como ela se beneficiou de influências ancestrais que a moldaram na pessoa que é hoje, ela também influencia, destacando a importância da identidade e da construção dos sujeitos sociais. Nesse sentido, podemos considerar que Carolina influenciou e encorajou Conceição e outros autores, assim como pessoas comuns, da mesma forma que esta última influencia muitas outras escritoras e pessoas contemporâneas. Sobre esse assunto, Lia Rodrigues, em um depoimento a Valter Rodrigues no Jornal Folha de São Paulo, destaca que

Essas duas artistas, Conceição e Rosana, foram faróis que me ajudaram a ficar mais sensível. Não só pelo aspecto social, mas pela qualidade poética do trabalho de cada uma. Li quase todos os livros que pude encontrar da Conceição, de poesia a contos. Sua escrita é de um refinamento, de uma sobriedade (RODRIGUES, 2020, s/p).

Ao construir suas obras literárias, nota-se que Maria da Conceição Evaristo se consolida como “farol”, uma referência inspiradora para seus leitores, em particular para as mulheres negras, destacando a vital importância da expressão dessas vozes marginalizadas. Através de sua escrita, proporciona uma identificação profunda para inúmeras pessoas, pois a representatividade desempenha um papel fundamental em nossas vidas, permitindo-nos enxergar a nós mesmos nos outros. Elisa de Souza Silva Araújo, no texto “Mora na poesia: a palavra poética como lugar de sobrevivência, reinvenção e revolução”, reflete sobre o papel da escrita no resgate e na construção identitária das pessoas e sobre isso argumenta que o conceito proposto por essa autora, *Escrevivência*, vai além do neologismo; pois, segundo ela, o termo

Trata-se de um conceito-caminho, um portal para a ampliação de nossa consciência e decolonização de nossas leituras, escritas e expectativas acerca da arte. A escrevivência é também uma ideia radical, onde cria-se um espaço para a reconfiguração da representação das mulheres negras e, conseqüentemente, a reconfiguração da literatura nacional. As estruturas do mercado editorial e dos espaços literários, ainda dominadas por homens brancos, chocam-se com essa resposta e produção alternativa que reorganiza a cultura e diversifica a arte. (ARAÚJO, 2023, p. 195)

Desse modo, a literatura de Conceição Evaristo ressoa poderosamente naqueles que foram historicamente sub-representados e silenciados. Suas palavras são um testemunho eloquente da experiência das mulheres negras, abordando questões de identidade, racismo, discriminação e resistência. Ao abordar essas temáticas com

sensibilidade e autenticidade, Conceição consegue alcançar um público diversificado, criando uma ponte entre diferentes experiências e gerando empatia. Ao se verem refletidos nas páginas dos livros de Conceição Evaristo, os leitores encontram uma validação de suas próprias experiências e uma afirmação de sua existência.

Através da representação de personagens complexos e envolventes, a autora oferece um espaço de reconhecimento e empoderamento para aqueles que muitas vezes são invisibilizados pela sociedade. Sua escrita transcende fronteiras e conecta pessoas de diferentes origens, levando-as a refletir sobre suas próprias identidades e experiências. Jarrid Araes ao homenageá-la em um de seus poemas, intitulado *Caligrafia da Resistência* (2021), demonstra que “queria ter essas/mãos/que escrevem/a caligrafia da resistência/os discursos que/irão e continuarão/exclamando cheios/de força/jorrando/identificação essas mãos” (ARAES, 2021, p. 141-143).

Além disso, o legado de Conceição Evaristo vai além de sua influência sobre os leitores. Sua trajetória e conquistas são um exemplo inspirador para jovens escritores, cineastas, coreógrafos, antropólogos, professores e, especialmente, para mulheres e homens que aspiram a ter suas vozes ouvidas e suas histórias contadas. Ao desafiar as barreiras impostas pela sociedade, Conceição abre caminho para uma nova geração de profissionais, incentivando a diversidade literária e artística, promovendo a equidade.

Lázaro Ramos, por exemplo, emociona-se ao mencionar Conceição Evaristo em uma entrevista no programa *Roda Viva* (2022)¹⁷. Durante a gravação de uma cena de sua autoria no filme *Medida Provisória* (2020), Evaristo surpreendeu-o ao aparecer e se voluntariar para participar da cena final do filme. Essa atitude demonstrou um apoio inestimável e revelou a rede de solidariedade existente entre artistas engajados. Em especial, porque essa recente obra cinematográfica aborda questões importantes relacionadas ao avanço de movimentos reacionários, excludentes e racistas, trazendo à tona debates cruciais. Assim, a participação de Evaristo no filme destacou-se como um movimento decolonial na América Latina, buscando romper com a colonialidade que centraliza poderes e saberes, somando-se à luta coletiva das pessoas negras. E a arte nesse contexto tem seu lugar de relevância, haja vista que promove o debate público e impulsiona mudanças necessárias.

¹⁷ “Nossa, essa história é muito bonita, Vera. Você sabe que a gente fez o filme, tinha um determinado orçamento, o filme tinha um tamanho que nem sempre daria para realizar tudo que a gente sonhava. No dia de fazer essa cena, que era uma cena que a gente precisava ocupar uma grande avenida com muitas pessoas caminhando, a gente tinha verba para trazer 120 pessoas pra rua e eu botei em grupos de celular dizendo assim: “Olha, gente, a gente vai gravar as duas da tarde quem puder ir lá caminhar eu gostaria muito que fosse”. E, aí, de repente, apareceram 500 pessoas e uma delas foi Conceição Evaristo, que chegou pra mim e falou assim: “Eu não podia faltar nessa caminhada. Eu queria estar aqui”. Imagina, Vera, eu sou um menino de Salvador, eu só queria ter alguma voz, de repente Conceição ir lá voluntariamente, sem ganhar nada, pra tá com a gente nisso. Isso é muito poderoso. A gente tem que se apegar nisso também sabe tem que se apegar nisso também” (RAMOS, 2022, s/p).

Conceição, sendo uma figura de extrema importância no cenário literário brasileiro, portanto, exerce considerável parcela de influência sobre outras mulheres e demais artistas brasileiros. Isso é inegável, já que sua obra, marcada por uma escrita potente e carregada de significados, tem sido uma fonte de inspiração para escritoras e autores de maneira geral, bem como para pessoas comuns que se identificam e se enxergam a partir dos personagens representativos que ela cria. Nesse sentido, a influência dela se estende não apenas para o âmbito literário, mas também para a sociedade como um todo.

Ao abordar temas como gênero, raça e desigualdade, ela contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, combatendo a diferença de gênero e atribuindo um novo olhar à mulher negra. Sua escrita subverte os padrões hegemônicos e oferece narrativas que desmistificam os lugares atribuídos às pessoas negras. Através de suas personagens, Evaristo apresenta mulheres fortes, resilientes e empoderadas, que enfrentam as adversidades com coragem e determinação. Essas figuras representam a diversidade e a multiplicidade de vozes presentes na sociedade brasileira, dando visibilidade a experiências que muitas vezes são silenciadas ou ignoradas.

Além disso, a escrita de Conceição Evaristo é uma poderosa ferramenta de combate ao racismo estrutural¹⁸ que ainda persiste na sociedade brasileira. Suas obras abordam as vivências e os desafios enfrentados pela população negra, desafiando estereótipos e preconceitos arraigados. Assim, ao revelar a complexidade e a humanidade dos personagens negros, Evaristo desconstrói visões simplistas e superficiais, contribuindo para a promoção da igualdade racial e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Dessa forma, a influência de Conceição Evaristo sobre outras mulheres no Brasil vai além da esfera literária, alcançando um impacto social significativo. Sua obra fortalece a autoestima, promove a representatividade e inspira a luta por direitos e igualdade. Ela se torna uma voz poderosa que ressoa na sociedade, incentivando a valorização das experiências e narrativas das mulheres negras e contribuindo para a construção de um Brasil mais diverso e justo.

Em suma, a obra de Maria da Conceição Evaristo vai além da literatura, ela é um poderoso instrumento de transformação social. Toca e mexe com o pensamento de mulheres e homens. Aos homens, faz uma ponte a outras formas de enxergar as mulheres e repensar sobre suas posturas sexistas oriundas de um movimento patriarcal

¹⁸ Segundo Lélia Gonzalez, "A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo, é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice, etc. e tal" (GONZALEZ, 1984, p. 225, 226). A partir dessa reflexão de Gonzalez, o termo "racismo estrutural" neste trabalho é compreendido, como a autora demonstra no trecho acima, como estruturas/ideias/pré-conceitos racistas construídos ao longo do tempo, que são naturalizados na sociedade e subjagam pessoas negras. Isso decorre da colonialidade, que, por sua vez, teve origem na colonização europeia e persiste na atualidade na maneira como essas pessoas são percebidas e concebidas como seres humanos ou não.

histórico que ainda hoje mata mulheres. Sobre isso, Chimamanda Ngozi Adichie, ao ser questionada por uma amiga sobre como criar sua filha como uma feminista, passou a refletir sobre o assunto e, em resposta, escreveu-lhe uma carta que muito pode nos ensinar. Esse material, posteriormente, transformou-se na obra *Como educar crianças feministas* (2017), na qual a escritora faz 15 sugestões e logo na introdução, faz um importante apontamento ao dizer: “é moralmente urgente termos conversas honestas sobre outras maneiras de criar nossos filhos, na tentativa de preparar um mundo mais justo para mulheres e homens” (2017, s/p). Esse pensamento ensina que é urgente educarmos crianças, sejam elas homens ou mulheres, para que todos se beneficiem.

5 (RE)ESCREVENDO IDENTIDADES: A LUTA ANTIRRACISTA E A MULHER NEGRA ATRAVÉS DA ESCRITA CRIATIVA DECOLONIAL



Figura 4 - Mate Masie: sabedoria, conhecimento e prudência
Cultura Ashanti

5.1 A LUTA ANTIRRACISTA: “A VOZ DE MINHA BISAVÓ ECOOU CRIANÇA NOS PORÕES DO NAVIO.”

A mulher negra é responsável pela formação de um inconsciente cultural negro brasileiro. Ela passou os valores culturais negros; a cultura brasileira é eminentemente negra, esse foi seu principal papel desde o início.
(GONZÁLEZ, 2020, p. 285)

Este trabalho, partindo da literatura, propõe uma reflexão importante sobre a colonialidade, já que esta gerou estruturas de submissão, de racismo e de manutenção do poder sobre alguns grupos sociais, em particular, no que diz respeito à comunidade feminina negra; mas também, resistência. Nesse sentido, parte-se da escrita das mulheres negras, Carolina de Jesus e Conceição Evaristo, entendendo-a como um movimento criativo e decolonial, no qual se reescreve e se afirma uma identidade que foi abafada por muitos anos a partir de uma cultura de exclusão e de marginalização.

Entende-se essas escritas como criativas, pois são o resultado de respostas resistentes às adversidades enfrentadas pelas autoras, que poderiam ter escolhido diferentes caminhos, mas optaram por expressar artisticamente a poesia e a reflexão. Ao produzirem essas narrativas, cada uma delas contribuiu para a literatura com uma obra artística que enfatiza o valor da arte e de sua capacidade de abarcar também questões sociais que as cercam. Essas obras movimentam discussões que podem trazer mudanças significativas para a vida das pessoas colonizadas/marginalizadas. Como pontua Lugones, entendendo-se também como uma autora da resistência, "Quando penso em mim mesma como uma teórica da resistência, não é porque penso na resistência como o

fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade" (2014, p. 939), principalmente, porque ela está "[...] interessada na proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa e criativamente opositiva" (LUGONES, 2014, p. 939-940).

E, nessa perspectiva, pode-se afirmar que a imagem de abertura deste capítulo, pertencente à Cultura Ashanti¹⁹, estabelece um paralelo significativo com a *Literatura Negra* e das autoras aqui analisadas, visto que, de forma análoga, carrega elementos de sabedoria, conhecimento e prudência, resistindo ao universo colonial. Esses escritos trazem uma perspectiva de respeito e cuidado porque são produzidos por sujeitos negros que se propuseram a se valer da arte literária escrita, objeto de poder eurocêntrico, para demonstrar valores culturais, artísticos e políticos próprios, bem como, para reconstruir a imagem social apagada e deturpada por estereótipos. Essa perspectiva de reconstrução, resistência e preservação da cultura e da existência dos povos colonizados é defendida também por pesquisadoras renomadas, como Lélia González em sua obra "Por um feminismo afro-latino-americano", por Conceição Evaristo em "Gênero e Etnia: uma escrevivência de dupla face", como também, por Maria Lugones ao tratar do *Locus Fraturado* em "Rumo a um feminismo descolonial" ou por Patrícia Hill Collins em "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro" ao propor reflexões em torno dos conceitos *Autoavaliação* e *Autodefinição*, assim como por muitas outras estudiosas que se dedicam ao estudo dos escritos negros brasileiros em diversas áreas em um trabalho criativo e de promoção de novas perspectivas.

Desse modo, é notável que o novo ponto de vista apresentado pelas mulheres negras na literatura brasileira, no mundo, e em diferentes âmbitos das ciências, está intrinsecamente relacionado à sua experiência como indivíduos que podem/devem falar com autoridade devido à vivência em ambos os lados da sociedade. Muitas dessas mulheres conhecem de perto o mundo daqueles que detêm o poder, uma vez que passaram por experiências como trabalhadoras em seus lares ou assistiram àquelas vividas pelos seus pais ou outros familiares. Porém, à medida que avançaram políticas públicas de inclusão e acesso de pessoas negras à política, à educação e a direitos, conseqüentemente, avançaram e se afirmaram nos últimos anos na academia e em outros espaços sociais previamente dominados por outros grupos. Tornou-se, assim, viável a criação de um espaço que Patrícia Hill Collins chamou de "*Autodefinição* e

¹⁹ A cultura Ashanti é originária de Gana, na África Ocidental. Ela se destaca por sua organização política sob um rei hereditário, rica arte em escultura e ourivesaria, crenças religiosas em uma divindade suprema, deuses menores e outros deuses. A sociedade matrilinear e a língua de símbolos Adinkra também são características notáveis.

Autoavaliação". Para ela, esses termos são fundamentais nesse processo de reconstrução, porque

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 102).

Nesse contexto, ao se valerem da literatura, as escritoras e estudiosas negras estão construindo mecanismos de resistência contra o racismo, a desigualdade e diversos tipos de preconceito. Quando obras como *Quarto de despejo* e *Becos da memória* conquistam visibilidade, desafiam padrões e estruturas estabelecidas, alcançando leitores inesperados, proporcionam uma nova perspectiva sobre indivíduos marginalizados. Um exemplo notável disso é encontrado em Carolina de Jesus, que chama a atenção e nos convida à reflexão ao questionar uma das muitas representações estereotipadas da mulher negra. Segue trecho que exemplifica isso:

23 DE JULHO ...Liguei o radio para ouvir o drama. [...] Comecei fazer o meu diário. De vez em quando parava para repreender os meus filhos. Bateram na porta. Mandeí o João José abrir e mandar entrar. Era o Seu João. Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha buchechar um dente. Eu disse que na Portuguesinha era possível encontrar. Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário. — Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você. Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler (JESUS, 2001, p. 23)

Na passagem, o personagem João expressa sua surpresa quando percebe o interesse daquela mulher pela leitura. Essa reação ilustra uma percepção social que muitas vezes é associada às mulheres negras pobres, uma percepção limitada que raramente as conecta à intelectualidade, ao estudo, à leitura, à escrita e ao conhecimento erudito. No entanto, ao longo de toda a obra, Carolina Maria de Jesus se apresenta como uma leitora e escritora voraz, desafiando esse estereótipo. Ela mesma afirma que não conseguia dormir sem ler, e isso fica evidente em sua rotina diária, onde a escrita e a leitura ocupam um lugar central e se coloca lado a lado com outras atividades que ela desenvolve ao longo do dia.

Além disso, ao focar nessa perspectiva negativa da visão do outro em relação à sua escrita, que também se manifesta em outras partes da obra, como no relato de 27 de junho, página 65, onde Carolina compartilha os comentários de seus vizinhos que consideram "tolice" o ato de escrever, revela-se um movimento de resistência à imagem

estereotipada construída para a mulher negra pobre. Ela nos leva a refletir sobre como as pessoas marginalizadas muitas vezes são levadas a acreditar que não têm potencial para a escrita, pois cresceram com a crença de que o mundo da escrita pertence aos letrados, aos economicamente privilegiados, aos cultos e aos poderosos. Para muitos residentes da periferia, mulheres, negros e pobres, esse mundo parece inacessível. No entanto, Carolina desafia essas visões ao persistir em sua missão de contar as injustiças que presencia em seu bairro.

É nesse contexto que a representação autônoma das mulheres negras, partindo da discussão dos termos *Autodefinição* e *Autoavaliação* propostos por Collins, ganha força e se materializa na escrita de Carolina. Isso porque esses conceitos representam uma forma de resistência às narrativas superficiais e estereotipadas que são frequentemente impostas às mulheres negras, especialmente, aquelas que são periféricas e sem poder aquisitivo. Ao relatar, por exemplo, na página 58, a rejeição de diretores de circo que se negavam a usar seus roteiros, alegando que sua origem negra era uma desvantagem, ou mesmo, narrando no dia 11 de agosto, página 96, o brutal espancamento e tortura de um jovem negro por um guarda-civil, em que ela indaga se este não saberia que a escravidão já havia acabado, evidencia-se a perspicácia de Carolina ao denunciar contundentemente o racismo e a violência policial, que abriu portas e encorajou outras mulheres a realizarem o mesmo. Ela utiliza esses eventos para provocar reflexões sobre a persistência do racismo e suas conexões com o passado de escravidão.

Assim, a obra de Carolina Maria de Jesus não apenas oferece uma visão íntima de sua vida, do espaço privado, mas também desafia estereótipos arraigados e representa uma poderosa manifestação de resistência, empoderamento e autoafirmação das mulheres negras no Brasil, que são capazes de tecer críticas a respeito das mazelas em que vivem. E realiza esse processo por meio de reflexão analógica desnudando os símbolos sociais que justificam a exploração e a submissão de pessoas negras. Em outra passagem, também no que diz respeito à relação entre pessoas negras e escravidão, aponta para a seguinte análise:

14 DE SETEMBRO ...Hoje é o dia da pascoa de Moisés. O Deus dos judeus. Que libertou os judeus até hoje. O preto é perseguido porque a sua pele é da cor da noite. E o judeu porque é inteligente. Moisés quando via os judeus descalços e rotos orava pedindo a Deus para dar-lhe conforto e riquezas. É por isso que os judeus quase todos são ricos. Já nós os pretos não tivemos um profeta para orar por nós (JESUS, 2001, 107-108).

No que tange à compreensão das disparidades sociais entre brancos e não brancos, inclusive, na religião, Carolina Maria de Jesus oferece uma reflexão significativa, evidenciando que a discriminação persiste devido à cor da pele, como se pode observar

no trecho. Ela destaca que os negros são perseguidos por causa da cor da sua pele, comparando essa perseguição à histórica discriminação sofrida pelos judeus, que, segundo ela, por sua inteligência, e de repente branquitude, também enfrentaram desafios, mas são excluídos da mesma força e nisso está a importante discussão sobre a interseccionalidade das opressões sofridas.

Carolina sugere que Moisés, ao ver o sofrimento dos judeus, orava por eles, pedindo a Deus por conforto e riqueza, o que contribuiu para a prosperidade de muitos judeus. Em contrapartida, lamenta que os negros nunca tiveram um profeta que orasse por eles, o que, para ela, poderia ter contribuído para uma mudança em sua situação social e econômica. Na verdade, essa metáfora vem demonstrar a solidão do povo negro. É uma crítica bastante sagaz que demonstra a consciência da autora de que a comunidade negra foi abandonada à própria sorte e não recebeu apoio de qualquer instituição social, seja ela religiosa, política ou econômica para vencer as barreiras impostas pela desigualdade.

Enquanto enfatiza a ausência de apoio histórico para a comunidade negra, na passagem, Carolina exemplifica a escrita criativa e a perspicácia de sua escrita literária, analisando as desigualdades sociais com base em diferentes critérios, como cor da pele, raça, de quem recebe apoio e de quem não, de quem é branco e de quem não é. Ressalta-se, assim, a sua determinação em desafiar esses preconceitos e injustiças sociais tão latentes. Algo que também foi proposto por Conceição Evaristo em *Becos*, quando em diferentes passagens, revela a disparidade entre brancos e negros, entre pobres e ricos, entre periféricos e não periféricos. Na passagem a seguir fica nítida a disparidade entre os moradores da favela e os vizinhos ricos.

Cabo Armindo morava numa área privilegiada da favela. [...] Ele bancava toda a festa. Serviam-se canjica, doces, biscoitos, fogueira, batata-doce, quentão, tudo à vontade. Ninguém pagava nada. Diziam alguns que ele apenas organizava a festa e cedia o local, mas quem bancava tudo eram os ricos que moravam no bairro nobre bem ao lado da favela. Bancavam para que os favelados não os importunassem. [...] Assim, a vida seguia aparentemente tranquila. E dois grupos tão diversos teciam, desta forma, uma política da boa vizinhança (EVARISTO, 2017, p. 38).

Existe uma linha tênue e invisível que perpassa ambas as obras ao longo de suas narrativas. Essa linha não é visível aos olhos, mas pode ser imaginada a partir da condução de cada personagem central em suas histórias. Ao leitor, é possível erguer os mesmos muros captados pela fotografia de Tuca Vieira, que retratou a desigualdade social no espaço geográfico da cidade do Rio de Janeiro em 2004. Na imagem, de um lado temos o Bairro do Morumbi e, do outro, a Favela de Paraisópolis. São lugares tão

distantes “economicamente falando”, mas tão próximos geograficamente. Carolina já discutia esse tema em meados dos anos 60 e, posteriormente, Conceição ecoou essas questões nos anos 2000, ecoando sentimentos compartilhados por muitos outros intelectuais negros e que se estende à atualidade.

A partir dessa discussão e desse cenário, podemos também retomar as reflexões do professor e geógrafo Milton Santos, no capítulo 7, do livro *O Preconceito* (1996/1997), intitulado "Cidadania Mutilada". Nele, o autor destaca a escassez de verdadeiros cidadãos no Brasil, uma vez que estamos distantes dos direitos, e a cidadania está intrinsecamente ligada a essa questão. Paralelamente, essas discussões podem ser relacionadas às reflexões propostas por Carolina e Conceição sobre o direito em diferentes contextos. O autor observa que

Poderíamos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação. Esse famoso direito de ir e devir, que alguns nem imaginam existir, mas que na realidade é tolhido para uma parte significativa da população. Cidadania mutilada na educação. (SANTOS, 1996/1997, p. 134)

Santos nos propõem uma reflexão sobre as faltas que mutilam a nossa cidadania e ambas as autoras trazem as mesmas propostas em suas narrativas, especialmente, sobre a negação do espaço/território. Evaristo, ao construir a personagem central de sua obra, também demonstra criatividade e criticidade, pois sua menina-personagem conduz o leitor ao cenário de desigualdade em que vive a população periférica, ali em sua maioria formada por pessoas negras e pobres, que claramente vivem a própria sorte, desprovidos de políticas públicas e direitos que ofereçam o mínimo para se viver uma vida digna. Além disso, a garotinha por diversas vezes se questiona, como aqui já foi dito, sobre de que forma faria o registro dessas memórias que vem guardando e não consegue conceber isso na escrita/literatura; ou seja, ambas não lhe parecem um direito, não é algo socialmente possível para ela.

Nessa passagem, fica nítido como o racismo estrutural, a classe e o gênero excluem e impossibilitam que a pessoa possa ser colocada naquele lugar que foi cristalizado para um *outro*. E é nesse lugar de questionamento do lugar indicado para si, construindo-se como escritoras, construtoras de narrativas e mulheres de pensamento crítico, estas mulheres questionam/resistem socialmente. Nesse sentido, é válido reforçar o quanto a representatividade é importante para alguns grupos sociais, o quanto é válido

que a Literatura Negra chegue às escolas e que muitos alunos negros brasileiros possam enxergar o espaço da escrita e os direitos também como seus.

Nota-se que, nesse contexto, ambas as obras, cada uma à sua maneira, chamam a atenção para a relação das pessoas negras com o universo da escrita, do qual foram excluídas por muito tempo. As narrativas construídas e materializadas por elas evocam o poder da *autodefinição*, representando um lugar de questionamento dessas mulheres que apontam para a ausência de espaço na literatura e em outras áreas. Ao mesmo tempo, elas se colocam na construção de uma *autoavaliação* que redefine esses espaços como sendo também delas e de seus pares. Dessa forma, contribuem significativamente para a desconstrução de preconceitos sustentados por estereótipos.

O que exemplifica e reafirma essa discussão sobre a ausência de direitos e a reivindicativa deles, é a maneira pela qual os moradores das favelas são abruptamente deslocados de seus lares, como ocorre em *Becos*, muitas vezes sem opção ou alternativa. Esse deslocamento forçado é acompanhado por uma profunda tristeza e desespero que assolam as vidas daqueles que construíram suas memórias e identidades naquelas comunidades. No entanto, diante desse cenário, parece que tanto o poder público quanto os moradores mais abastados das áreas adjacentes compartilham uma indiferença em relação ao destino dessas pessoas, com um único desejo: se livrar da presença dos habitantes da favela. Carolina, que vivenciou a dura realidade da favela, também expressou a sensação de ser tratada de qualquer forma, como um objeto fora de uso, algo digno de ser jogado no "quarto de despejo".

Esse sentimento de abandono, de ser considerado inútil e de não pertencer a lugar algum, também encontra eco nas páginas de *Becos*, onde a narradora descreve o processo de partida dos moradores. A cada barraco desmanchado e a cada família deslocada, fica evidente como essas vidas são tratadas como sem valor algum. É interessante notar que esse padrão de deslocamento forçado e tratamento desigual também apresenta paralelos com a experiência dos escravizados após a abolição. Os ex-escravizados foram facilmente substituídos por mão de obra europeia, enquanto tiveram que enfrentar um futuro incerto e desafiador, sem receber qualquer incentivo econômico ou apoio substancial, diferentemente do que ocorria com os trabalhadores recém-chegados. Essa disparidade no tratamento sugere uma ligação intrínseca entre questões de raça e poder.

Portanto, a questão que se coloca é se esse tratamento injusto e desumano repetido ao longo da história, seja durante o desfavelamento contemporâneo ou após a abolição da escravidão, reflete uma persistente questão racial, estrutural e de denúncia sobre quem detém o poder. Esses paralelos nos convidam a uma profunda reflexão sobre

como estruturas de poder e desigualdades históricas continuam a moldar as vidas e as perspectivas das pessoas marginalizadas, e reforçam a necessidade de buscar justiça social e igualdade, independentemente de origem racial.

Assim, a partir dessa perspectiva, é possível enxergar na palavra *Becos*, pertencente ao título da obra, mais uma metáfora da criatividade da autora, pois o termo pode também estar ligado aos “becos sem saída” em que foram colocados os povos negros escravizados no Brasil. E é exatamente nessa mesma linha, ao longo de toda a narrativa, que ela mostra como apesar de todos os obstáculos plantados, estes se reinventam, são esperançosos, resistem, guardam memórias, são solidários e criativos. Ela própria poderia ter guardado muito ódio, rancor, mas transformou o sofrimento pelo qual passou em arte, em literatura, em poesia e propôs muitas outras saídas para toda a opressão que viveu.

Nesse contexto, a literatura, como uma forma essencial de expressão artística, desempenha um papel fundamental na reconstrução da história das mulheres negras. Elas habilmente tecem narrativas que oferecem perspectivas e valores alternativos para o seu povo, com o objetivo de valorizá-los e apresentá-los em sua verdadeira essência. Essas escritoras mostram que as mulheres negras são plenamente capazes de produzir literatura, disseminar conhecimento e contribuir para a historiografia.

Através de suas obras, essas autoras desafiam estereótipos, preconceitos e a marginalização que historicamente têm afetado as mulheres negras. Elas se tornam contadoras de histórias de suas comunidades, oferecendo um olhar autêntico sobre suas vidas, experiências e contribuições para a sociedade. Ao fazê-lo, ajudam a redefinir a narrativa em torno das mulheres negras e de sua cultura, destacando sua riqueza, sua inteligência e sua criatividade. Sobre isso, Collins nos lembra que

Um terceiro elemento chave que caracteriza o pensamento feminista negro implica esforços de redefinir e explicar a importância da cultura da mulher negra. Ao fazer isso, feministas negras não apenas desvendaram uma área anteriormente inexploradas da vivência das mulheres negras, mas também identificaram áreas concretas de relações sociais, nas quais mulheres afro-americanas criam e transmitem autodefinições e autoavaliações que são essenciais para lidar com a simultaneidade de opressões que vivenciam. (COLLINS, 2016, p. 110)

Nota-se que as discussões propostas por Collins sobre o contexto de mulheres negras afro-americanas, também podem ser comparadas ao contexto e às obras brasileiras, porque nesses escritos de Carolina e Conceição não apenas fornecem representações positivas, criativas, autoavaliativas, autodefinitivas e realistas das

mulheres negras brasileiras, mas também promovem uma maior compreensão e apreciação da diversidade de vozes e perspectivas dentro da comunidade negra. Elas inspiram não apenas as gerações presentes, mas também as futuras, a abraçar sua própria identidade e a buscar oportunidades para se expressar e contribuir para a literatura e o conhecimento de maneira significativa. E essa identidade fica expressa no orgulho de Carolina ao ser reconhecida como escritora pela produção de *Quarto de despejo* e na revelação de que se sente “lavada”, por esse reconhecimento, algo que certamente pode ser sentido por todos aqueles que são excluídos, veja:

...Na redação, eu fiquei emocionada. (...) O senhor Antonio fica no terceiro andar, na sala do Dr. Assis Chatobriand. Ele deu-me revista para eu ler. Depois foi buscar uma refeição para mim. Bife, batatas e saladas. Eu comendo o que sonhei! Estou na sala bonita. A realidade é muito mais bonita do que o sonho. Depois fomos na redação e fotografaram-me. (...) Prometeram-me que eu vou sair no Diário da Noite amanhã. Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando.

Ponto que também está evidente em Conceição Evaristo na despedida de Maria-Nova da extinta favela do Pindura Saia, o que demonstra não apenas resistência, mas também uma afirmação de identidade enraizada no apreço pelo estudo e pela educação. Nessa cena, Evaristo relata que “Maria-Nova tinha feito no dia anterior as provas finais, se despedido dos professores, dos colegas e amigos. Não voltaria no próximo ano, mas voltaria a estudar um dia” (EVARISTO, 2017, 183). Esse é um lugar do qual frequentemente tentam privá-la, mas no qual ela insiste em ocupar, desafiando as tentativas de exclusão e de silenciamento. É um romper de correntes.

Em resumo, a literatura das mulheres negras representa uma poderosa forma de resistência e empoderamento que transcende barreiras e desafia as limitações sociais. Elas fortalecem a luta antirracista, a qual está intrinsecamente ligada às questões de gênero e classe, fatores que frequentemente resultam na estereotipação social dessas mulheres. Como afirma Collins (2016, p. 104), "Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos". Ao fazer isso, elas desafiam estereótipos e participam de movimentos contestatórios, ressaltando que as mulheres negras são também intelectuais capazes de escrever, fazer política, liderar e transformar suas experiências de maneira criativa. Elas resistem nos espaços de tensão onde suas vidas são socialmente desvalorizadas, atribuindo grande valor à sua existência e se envolvendo ativamente na reconstrução de suas identidades. Esses pontos serão explorados com maior profundidade no próximo subtítulo.

5.2 A BUSCA POR UMA REAL IDENTIDADE: “A VOZ DE MINHA MÃE ECOOU BAIXINHO REVOLTA NO FUNDO DAS COZINHAS ALHEIAS DEBAIXO DAS TROUPAS ROUPAGENS SUJAS DOS BRANCOS PELO CAMINHO EMPOEIRADO RUMO À FAVELA...”

Identidade/ foi uma mulher negra e escritora/ de pele e alma como a minha/ que me ensinou sobre os vulcões e as rédeas e os freios/sobre os tumultos dentro do peito/ e sobre a importância de ser protagonista/ nunca segundo plano.

Ryane Leão, 2017, s/p

A literatura da mulher negra afirma uma identidade profunda, enraizada em uma ancestralidade que remonta às nossas origens. Os escritos de Ryane Leão e de outras autoras negras servem como faróis de consciência e autenticidade, desafiando e redefinindo imagens estereotipadas da população negra. Coloca esse grupo, especialmente, suas mulheres como protagonistas.

Nesse sentido, as palavras de Leão e de Conceição Evaristo no título deste subtítulo nos lembram que a voz da mulher negra transcende meras palavras, sendo uma expressão de identidades passadas, histórias não contadas e força ancestral. Quando Leão descreve sua identidade como “uma mulher negra e escritora, de pele e alma como a minha”, convida-nos a reconhecer a importância da representatividade para a construção da identidade, bem como, da conexão profunda que existe entre as mulheres negras ao longo das gerações.

Nota-se, desse modo, que essa literatura desempenha um papel fundamental na promoção da identificação, principalmente, para a população negra, porque ela reconstrói uma imagem de forma positiva, destacando elementos da cultura e do pensamento negro negligenciados anteriormente, contribuindo para a construção de epistemologias e políticas sociais mais inclusivas. Nela, há um espaço mais plural e de exposição da família, da arte, da religiosidade, da diáspora, da luta, da resistência e da resiliência do povo negro ao enfrentar a discriminação racial.

À exemplo disso, destaca-se o fato de que nessas narrativas a figura da mulher-negra-mãe ganha lugar de visibilidade e importância. Essas mulheres desempenham um papel central em diversos aspectos: desde a subsistência financeira de seus lares enquanto profissionais até a educação de suas crianças, passando pela afetividade, pelo cuidado, pela construção de uma memória coletiva e pela fixação de uma personificação real de mulher negra. Isso representa uma mudança em relação à

literatura tradicional, na qual a figura da mulher negra como mãe raramente estava associada ao ambiente doméstico do seu próprio núcleo familiar.

Essa centralidade e representação se destaca nas obras de *Quarto de Despejo* e *Becos da Memória*, em que a imagem da mãe trabalhadora está intimamente ligada ao núcleo familiar e se fixa como elemento norteador da construção das personagens femininas. Em relação à obra de Carolina, por exemplo, a mãe da autora é lembrada e registrada na narrativa com profundo respeito e carinho. É evidente que essa figura desempenhou um papel marcante na vida da filha, sendo uma fonte de memória, valores e caráter. Foi alguém, também, em quem ela se inspirou, em quem depositou sua confiança e quem desejou, a ela, o melhor, tornando-se uma âncora e um norte na vida da filha.

Nas palavras da autora, “...nada tenho que dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foram as contingências da vida que a impossibilitaram de concretizar o seu sonho” (p. 43), sendo, segundo ela, essa mesma mulher que, apesar das dificuldades enfrentadas, “...formou o meu caráter, ensinando-me a gostar dos humildes e dos fracos. É por isso que eu tenho dó dos favelados” (2001, p. 43). Nessa fala, fica evidente que a mãe fez com que Carolina olhasse ao seu redor e reconhecesse os problemas enfrentados pelos menos favorecidos.

A importância da mãe para Carolina também se reflete em sua própria atuação como mãe, pois ela desempenhava o papel de provedora, educadora, fonte de inspiração literária e um símbolo de resistência dentro de seu lar. No seu dia a dia, fica evidente que ela se coloca como protagonista de sua própria história, nunca se restringindo a um papel secundário ou vitimizado. Pelo contrário, ela se vê como alguém capaz de superar as expectativas estereotipadas que são impostas a ela. Demonstra coragem ao enfrentar o sistema que a marginaliza por meio de críticas severas, e mesmo diante dessas adversidades, não se deixa abater nem desencorajar em relação aos seus sonhos de tornar-se uma escritora e ter seus livros publicados. Essa determinação de Carolina deixa claro o seu desejo de proporcionar aos seus filhos uma vida diferente da que ela própria viveu.

Em sua rotina, é evidente um esforço triplicado para garantir que seus filhos tenham o mínimo necessário. E essa preocupação permeia toda a obra, demonstrando como essa mãe se dedica incansavelmente aos filhos, assegurando-lhes o alimento e o quanto se frustra ao não conseguir agradá-los ou oferecer algo melhor: “Preparei a refeição matinal. Cada filho prefere uma coisa. A Vera, mingau de farinha de trigo torrada. O João José, café puro. O José Carlos, leite branco. E eu, mingau de aveia. Já que não

posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhes dar uma refeição condigna” (2001, p. 19).

Apesar dos esforços e do trabalho duro, essa mãe se depara com as pouquíssimas chances de trabalho e com o pouco que ganha para sobreviver, trazendo tristeza e desalento, em especial, quando os filhos pedem algo para comer na rua e ela não tem como comprar, veja: “Eu estava só com 10 cruzeiros, 2 para pagar o bonde e 8 para comprar carne moida. A Dona Geralda deu-me 4 cruzeiros para eu comprar os pasteis, ela comia e cantava. E eu pensava: o meu dilema é sempre a comida!” (JESUS, 2001, p. 44-45). Não é tarefa fácil criar os filhos desempenhando múltiplas funções sociais, enquanto se vive sem acesso a um trabalho digno, em uma residência desprovida de água, luz e um banheiro adequado.

Além disso, enfrentando um ambiente insalubre com esgoto a céu aberto, enchentes frequentes e o rio Tietê coberto de lixo e dominado pelo mau cheiro, juntamente com a escassez de alimentos e cuidados de saúde, o que torna essa tarefa ainda mais desafiadora e entristecedora. Nesse sentido, considera-se que nessa nova reconfiguração literária, a mulher-escritora constrói a figura da mulher-negra-mãe como heroína de uma narrativa, em que se assume um papel de luta contra esse cenário adverso e, ao mesmo tempo, se utiliza dele de forma criativa e inteligente, no universo da realidade, para produzir conteúdo literário e ao mesmo tempo denunciador das injustiças sociais. Nisso está a criatividade, o amor e o afeto de mulheres que se apropriam de um problema social e o transformam em literatura, em sensibilidade e em reflexão.

Ao celebrar a maternidade, essas narrativas lançam luz também sobre as dificuldades enfrentadas na criação dos filhos, em especial no que diz respeito às mulheres das classes menos abastadas, devido às adversas condições socioeconômicas, ao preconceito, a falta de trabalho, educação e ao abandono que permeiam a realidade dessas mulheres. Outro exemplo marcante dessa luta pode ser encontrado também na personagem Ditinha, presente na obra de Conceição Evaristo. Assim como Carolina, Ditinha retorna quase sempre desanimada ao seu lar após um extenuante dia de trabalho cuidando da casa de seus patrões, onde a abundância é evidente em todos os aspectos. Ao chegar em sua própria casa depois do trabalho, a mulher depara-se com uma realidade dolorosa, na qual falta o mínimo necessário para viver uma vida digna e de qualidade.

Resolveu dar uma volta pelo quarteirão antes de tomar o rumo da favela. E assim fez. Adiou um pouco o seu encontro com a miséria. No barraco de Ditinha, moravam ela, seus três filhos, sua irmã e o pai paralítico. Dois cômodos, a cozinha e o quarto-sala onde dormiam todos. Lá fora, ficava a privada, a fossa. Seus meninos tinham treze, dez e oito anos. Estavam na

escola havia séculos e não saíam do primeiro ano. E o que mais assustava era que Beto estava virando homem. Ele ficava o dia todo zanzando pela favela, tinha abandonado a escola (EVARISTO, 2017, p. 101).

Essa jornada e os múltiplos papéis desempenhados por essas mulheres em seus lares destacam o árduo caminho que enfrentam em busca de melhorias e de novos horizontes sociais, afastados da submissão, da miséria, da violência e das oportunidades limitadas que as circundam. Dinha trabalhava incansavelmente ao longo do dia, o que a impedia de acompanhar a rotina dos filhos, e mais ainda, sua educação. Isso coloca essas crianças em risco de permanecerem presas a um ciclo de subempregos ou, lamentavelmente, de se envolverem na vida criminosa. Essa realidade permeia a vida de muitas mulheres reais no Brasil hoje.

Por outro lado, além de expor as dificuldades enfrentadas por essas mulheres ao exercerem sua maternidade, tais narrativas ressaltam também a esperança, o amor e a afetividade com a qual essas mulheres procuram transformar suas trajetórias. Nesse ponto está a beleza e a poesia das narrativas de Carolina e Conceição: que conseguiram trazer às narrativas o sentimento de amor de uma mãe pelos filhos, pela leitura, pela escrita, pela coletividade e pela mudança. Algo que fica representado não só pelas protagonistas de cada obra, mas também por outras mulheres que são colocadas como personagens das narrativas.

Por exemplo, na figura de Vó Rita, mulher-mãe que cria os seus filhos de forma honesta, ajuda-os e aos seus vizinhos. Nas palavras da neta Maria-Nova: “Vó Rita guardava tanto amor no peito! Também tinha mesmo o coração grande e só descobriu isto depois de moça” (2011, p. 27). Observa-se que a avó de Maria-Nova é representada como uma referência de amor, de carinho e de afeto, assim como um norte para o seu núcleo familiar e amigos. Carregada de amor, bondade e representatividade, tornou-se alguém muito admirada e respeitada na favela. Vó Rita concentra saberes, força, sorrisos e refúgio para aqueles que necessitam. Maria-Nova descreve-a sempre com muito cuidado, doçura e respeito, da mesma forma como ela e outros também a enxergavam.

Vó Rita era a parteira da favela. Muito marmanjão e marmanjona haviam sido nenéns nas mãos de Vó Rita. Todos gostavam dela. Quantas vezes um fuzuê estava armado e, se ouviam a voz de Vó Rita por perto, cada contendor tomava o seu rumo. Não era preciso ela dizer nada. Era só ouvir a voz de Vó Rita que o valentão ou a valentona se desarmava todo. O amor de Vó Rita desarmava qualquer um. Diz que até o Fuinha tinha certo respeito por ela. Antes de Vó Rita ir morar com a Outra, só ela e o Bondade entravam em casa dele. (EVARISTO, 2017, p. 86)

Essa representação da mulher negra como alguém que aspira afetividade e respeito é importante para a formação do imaginário da sociedade de maneira geral que

se habituou a enxergá-la em contextos de submissão, de agressividade e sexualizados. Nas obras em questão, essas mulheres ocupam um lugar como trabalhadoras, sendo forças motrizes que provêm afeto e sustentam economicamente seus lares. São líderes e responsáveis pela formação do seu grupo.

Personagens como Mãe Joana, do mesmo modo, seguindo os passos de Vó Rita, exemplifica ainda essa representação de resiliência, de trabalho árduo, do sustento e do cuidado com seus filhos, mesmo diante de todas as adversidades e tristezas enfrentadas. Mãe Joana é alguém que acolhe o mistério e que desperta o sentimento de admiração na filha, Maria-Nova, a narradora da obra:

Maria-Nova nunca conseguira uma história de Mãe Joana, embora ela tivesse tantas. As histórias de Mãe Joana deviam ser bonitas e tristes como ela. Deviam ser histórias de amor. Maria-Nova tinha certeza, jamais Mãe Joana a venderia ou venderia algum de seus filhos. Ela comeria o pão que o diabo amassou, iria ao fundo do inferno, mataria se preciso fosse, mas não daria, nem venderia, nenhum dos filhos. Mãe Joana estava ali feito galinha arrepiada, detectando qualquer sinal de perigo. E na sua fragilidade enfrentava o mundo. Mãe Joana amamentava, criava e amava o que era seu. Maria-Nova sabia, Mãe Joana é mulher de poucas palavras. Mãe Joana é uma mulher de muito amor (EVARISTO, 2017, p. 31-32).

Mãe Joana, Vó Rita, Ditinha e, da mesma forma, Carolina, enfrentam dificuldades profundas na busca pelo sustento de suas famílias, o que deixa em todas elas marcas de tristeza e evidências da solidão em que vivem mergulhadas muitas dessas mulheres. Dificilmente a figura paterna se faz presente, logo, estas precisam se virar sozinhas na educação e na subsistência dessas crianças. Algo experimentado na vida real por muitas outras que, como elas, vivenciam em nosso país o abandono.

Na fala de Carolina, por exemplo, fica claro a dor de se ver sozinha em meio a todo esse caos quando a personagem revela que: “20 DE JUNHO...Dei leite para a Vera. O que eu sei é que o leite está sendo gastos extras e está prejudicando a minha minguada bolsa. Deitei a Vera e saí. Eu estava tão nervosa!” e, ao dizer isso, segue revoltada apontando que “Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele. Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai. (JESUS, 2001, p. 59). Da mesma forma, evidencia-se no relato de Maria-Nova, nossa outra protagonista, quando a mesma revela que: “Mãe Joana era uma mulher triste. Não sorria nunca” (EVARISTO, 2018, p.47).

Mas por que essas imagens de sofrimento em relação às mulheres também se revelam como elementos importantes na construção dessas narrativas e personagens?

Ao longo de *Quarto*, Carolina vai respondendo a essa indagação, ao expressar seus reais motivos para entristecer-se enquanto cidadã brasileira. Mostrar que enquanto

mulher negra e periférica também tem sentimentos, sofre, é dotada de humanidade, fato que impulsiona pensamentos reversos aqueles de raiva e da agressividade, como se essas mulheres fossem reduzidas à selvageria, ao escândalo e à falta de civilidade. Algo que foi sinalizado e denunciado por ela no relato do dia 7 de julho, quando fez a narração de uma briga dela com um homem negro que não vivia na favela. Na ocasião, ela o ameaça dizendo que sabia usar navalha e que seria uma ex-presidiária e, através dessa cena, deixa rastros de ironia, por mostrar a forma estereotipada com a qual os outros as enxergam, principalmente, porque são moradora da comunidade do Canindé: “— O preto ficou quieto. Eu vim embora. Quando alguém nos insulta é só falar que é da favela e pronto. Nos deixa em paz. Percebi que nós da favela somos temido. Eu desafiei o preto porque eu sabia que ele não ia vir. Eu não gosto de briga (2001, p. 73).

Através dessa passagem, observa-se que esse olhar para o sofrimento é fortemente discutido na obra de Carolina e, assim como ela, que desafia os estereótipos em seu relato, Conceição Evaristo, por meio da personagem Maria-Nova, nos proporciona uma janela para as experiências de Mãe Joana. A descrição das dificuldades enfrentadas por Mãe Joana em relação às chuvas, que significavam dias de fome devido à incapacidade de secar adequadamente as roupas que ela lavava para sobreviver, destaca a conexão entre o sofrimento e as condições de vida precárias enfrentadas pelas mulheres negras em contextos urbanos.

Maria-Nova relata que: “As roupas corriam para os varais e, mal eram penduradas, retornavam molhadas e, às vezes, sujas às bacias no canto do barraco. Era preciso lavá-las de novo”. A situação trazia desespero, e Maria-Nova observa que “Seus olhos, seu rosto e lábios, que nunca sorriam, entristeciam-se ainda mais. Havia chuvas de lágrimas. Os meninos tinham fome” (EVARISTO, 2017, p. 138).

A citação nos mostra como a pobreza e as condições adversas afetam profundamente a vida dessas personagens. O ciclo de lavar e relavar roupas, apenas para vê-las retornar molhadas e sujas devido às chuvas, simboliza a luta constante pela sobrevivência. Além disso, a expressão “chuvas de lágrimas” ilustra de forma poderosa o sofrimento emocional que acompanha essas dificuldades materiais. A fome dos filhos de Mãe Joana também destaca a preocupação de uma mãe em garantir o bem-estar de sua família, mesmo nas circunstâncias mais desafiadoras.

Tanto Carolina Maria de Jesus quanto Conceição Evaristo usam essas narrativas para chamar a atenção para as complexidades das vidas das mulheres negras e, ao fazê-lo, contribuem para uma compreensão mais profunda e compassiva das experiências de marginalização. Desafiam os estereótipos que muitas vezes obscurecem a

humanidade dessas mulheres, reforçando a importância de dar voz às suas histórias e de lutar por justiça e igualdade.

Ou seja, nas linhas literárias de mulheres negras ganha força a figura de mulheres que labutam, que sentem dor, que são dotadas de sentimentos, como qualquer outro ser humano, ou seja, estas são humanizadas. Enxergadas dentro de seus lares, no seu íntimo, juntas de sua prole, fazendo de tudo para que estes tenham um pouco de dignidade. Desse modo, reafirma-se que a literatura das mulheres negras não é apenas uma afirmação de identidade; é uma celebração de resistência e resiliência. É uma manifestação de amor-próprio e orgulho racial, uma reafirmação de que as vozes negras importam e têm um lugar legítimo na tapeçaria da história e da literatura.

Adicionalmente, é válido destacar que elas se posicionam como um elo de intersecção, pois essas obras não apenas abordam a questão de gênero, mas exploram ainda as dimensões de raça e classe. Elas revelam a interconexão de elementos no processo de subjugação de diversos grupos sociais, não apenas ao universo feminino, mas também a todos aqueles que sofrem com a atuação de grupos e forças coloniais de perpetuação do poder. Nesse contexto, as autoras convocam a coletividade e destacam que os problemas são compartilhados por muitos, não se limitando apenas a elas. Isso se torna evidente na passagem a seguir, na qual Maria-Nova descreve um dos protestos dos moradores em resposta aos abusos ocorridos durante o processo de desfavelamento:

Um dia, um grupo decidiu ir ao escritório da firma construtora responsável pelo desfavelamento, para reclamar da falta que estavam fazendo as torneiras que haviam sido retiradas. A comissão não foi sequer atendida, retornando em estado total de desânimo e desespero. As pessoas voltavam cabisbaixas e condoídas de si mesmas. Carregavam também o complexo de culpa por serem tão pobres (EVARISTO, 2017, p. 153)

A passagem citada revela de forma contundente como a questão econômica exerce um impacto esmagador sobre a vida das pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, que vivem nas periferias e têm poucas oportunidades de serem ouvidas. A visita frustrada ao escritório da firma construtora ilustra a impotência dessas comunidades diante da falta de serviços e recursos básicos, como as torneiras retiradas, que afetam diretamente a qualidade de vida.

Além disso, a descrição das pessoas retornando “cabisbaixas e condoídas de si mesmas” ressalta o fardo emocional que a pobreza muitas vezes impõe às pessoas, causando sentimentos de inadequação e culpa por sua situação. Esse “complexo de culpa por serem tão pobres” é um reflexo da maneira como a sociedade frequentemente estigmatiza e culpabiliza os menos privilegiados, por exemplo, através do discurso da

meritocracia, em vez de reconhecer as desigualdades sistêmicas e históricas que contribuem para essas condições.

Ao denunciar esse processo, Carolina aponta para aqueles que contribuem para a manutenção do preconceito e conseqüentemente das condições em que vivem, ao invés de brigarem com eles por condições melhores de vida. Por exemplo, a autora comenta no dia 15 DE MAIO que “Tem noite que eles improvisam uma batucada e não deixam ninguém dormir. Os vizinhos de alvenaria já tentaram com abaixo-assinado retirar os favelados. Mas não conseguiram. Os vizinhos das casas de tijolos dizem: — Os políticos protegem os favelados. Quem nos protege é o povo e os Vicentinos. Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais” (JESUS, 2001, p. 27-28).

Nessa passagem, fica evidente mais uma vez a existência de uma forte desigualdade entre as classes sociais, a hostilidade e o desconforto que a presença de alguns provoca ao lado de um bairro nobre, gerando desprezo, como se fossem os culpados pelo cenário em que vivem. Nesse contexto, observa-se que surge uma guerra de interesses que desvia a atenção da população e a impede de enxergar os verdadeiros problemas sociais e suas origens. Fato que se destaca, por exemplo, no mesmo trecho, quando a autora narra a presença do político na periferia, que deveria promover políticas públicas de qualidade, mas se restringe ao ano de eleição, desaparecendo dela e deixa o povo à mercê dos desafios sociais que enfrentam, e essa realidade passa despercebida por muitos.

É notória a importância de dar voz e visibilidade às experiências das comunidades marginalizadas, aos sentimentos e aos resultados psicológicos negativos que resultam dessas barreiras, preconceitos e estereótipos. Entender de que forma as questões econômicas e estruturais que perpetuam a desigualdade e a falta de acesso a recursos básicos contribuem para a manutenção das desigualdades sociais torna-se um produtivo na esfera acadêmica, pois dela surgem debates fundamentais para cenários inclusivos. Nisso está a relevância das autoras e de suas obras, porque ao chamar a atenção para essas questões e buscar criar empatia e conscientização em relação às dificuldades enfrentadas por aqueles que muitas vezes são silenciados e negligenciados, contribuem para um futuro mais justo.

Tais narrativas se mostram como elemento decolonial de força e de resistência, pois nelas os personagens ganham vida, são corporificados como vidas que importam, e através deles constrói-se materialmente a figura de uma população negra trabalhadora, crítica em relação às desigualdades sociais, lutadora e política no que diz respeito aos seus direitos, indo contra preceitos estabelecidos.

Além disso, nessas narrativas, fica clara a perspectiva da esperança. Nas obras, as mulheres se tornam símbolos de fé e confiança, já que mesmo diante de todas as adversidades que enfrentam, demonstram criatividade, perspicácia e seriedade para tratar de temas essenciais para a promoção de mudanças destinadas às comunidades brasileiras marginalizadas. Nesse aspecto, a persistência dessas mulheres em acreditar em um futuro melhor transformou-se em uma força motriz que inspira aqueles que as cercam, que as sucedem, fortalecendo o caminho para a transformação social e a igualdade de oportunidades. Um exemplo disso pode ser encontrado na narração protagonizada pela menina de *Becos*, que, diante do fim do desfavelamento, nos ensina uma importante lição: “Maria-Nova estava com o coração cheio de esperança, apesar de tudo. Apesar das dores, dos sofrimentos, da fome, da miséria, apesar dos preconceitos de que eles eram vítimas e que eles infligiam a si próprios e aos outros...” (EVARISTO, 2017, p.182).

Ao deixar a favela do Pindura Saia, Maria-Nova deixou também uma lição valiosa que perdura como um testemunho da resiliência e da capacidade de sonhar, de criar, de inspirar a todos nós a enfrentar as dificuldades com esperança e determinação. E Carolina, de maneira semelhante, nos proporciona outra valiosa lição sobre a importância da esperança, mesmo diante das adversidades. Sendo essa convicção, aliás, que a motivou a publicar sua obra. Todos os obstáculos pareciam negar-lhe o acesso ao mundo da escrita, mas sua persistência a levou a compreender que ela era uma escritora e que esse espaço lhe pertencia igualmente. Ao chegar ao fim de sua obra, na virada do ano, ela compartilha o seguinte pensamento:

O João e a Vera deitaram-se. Eu fiquei escrevendo. O sono surgiu, eu adormeci. Despertei com o apito da Gazeta anunciando o Ano Novo. Pensei nas corridas e no Manoel de Faria. Pedi a Deus para ele ganhar a corrida. Pedi para abençoar o Brasil. Espero que 1960 seja melhor do que 1959. Sofremos tanto no 1959, que dá para a gente dizer: Vai, vai mesmo!/Eu não quero você mais./Nunca mais! (JESUS, 2001, 167).

Esperar por um futuro melhor e desafiar o cenário imposto à população negra tem sido uma engrenagem para muitos escritores mundialmente reconhecidos, como: Carolina de Jesus, Maya Angelou, Teresa Cárdenas, Conceição Evaristo, Chimamanda Ngozi Adichie, Buchi Emecheta. Eles desempenham um papel fundamental na promoção de mudanças sociais significativas, especialmente no que diz respeito à luta contra o racismo e à questão de gênero. De maneira decolonial e criativa, esses autores produziram narrativas que destacam uma faceta da comunidade negra muitas vezes negligenciada em outras obras. E esse é o caminho que se busca seguir ao propor esta análise.

Em síntese, como tão poderosamente articulado por Ryane Leão no trecho inicial desse subtítulo, essas narrativas representam uma afirmação de pele, de alma, de sabedoria, de criatividade e de existência que transcende as páginas dos livros e incentiva cada vez mais a consolidação de um caminho de fortalecido na busca por uma identidade própria, genuína e autêntica. É uma jornada de autodescoberta que nos lembra que todos somos protagonistas em nossas próprias histórias, recusando-nos a aceitar um papel secundário no palco da vida. Logo, a importância da identidade e da representatividade, como evidenciada por essas obras, não apenas desafia as normas sociais preconceituosas, mas também fortalece o movimento em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Assim, precisamos de questionamentos quanto à definição dada a determinados grupos e, conseqüentemente, formular cada vez mais *autodefinição/autoavaliação* que levarão à construção de um “eu” verdadeiramente “eu”.

5.3 REFLETINDO O PAPEL DA ESCRITA LITERÁRIA DECOLONIAL COMO OBJETO ESTÉTICO TRANSFORMADOR: “A VOZ DE MINHA FILHA RECOLHE EM SI A FALA E O ATO. O ONTEM – O HOJE – O AGORA. NA VOZ DE MINHA FILHA SE FARÁ OUVIR A RESSONÂNCIA. O ECO DA VIDA-LIBERDADE.”

Importante ressaltar o quanto é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora.

(Djamila Ribeiro, 2014, p. 17)

A escrita é, indiscutivelmente, um ato que precisa ser decolonizado no Brasil. Já que, por décadas, fomos habituados a enxergar esse processo como algo acessível a um pequeno grupo privilegiado: os letrados, que detinham o monopólio da palavra escrita e, conseqüentemente, do controle sobre a narrativa da nossa sociedade. Essa exclusividade, herança colonial, não apenas perpetuou desigualdades sociais, mas também marginalizou e silenciou vozes importantes, como as da população negra. Nesse sentido, como questiona Djamila no trecho acima: de que forma pode-se transgredir a partir de um sistema educacional injusto e que auxilia na manutenção do silenciamento?

Ao refletir sobre isso, torna-se importante um olhar para o passado, a fim de compreender como a população negra, distanciada inicialmente do espaço educacional, veio construindo um caminho de resistência em busca do exercício da palavra em suas diferentes modalidades. E, para tal, torna-se indispensável passar pelas reflexões de Martín Lienhard, em seu sexto capítulo na obra “Disidentes, rebeldes, insurgentes: Resistencia indígena y negra en América Latina. Ensayos de historia testimonial” (2008), em que o autor apresenta uma ampla visão dos movimentos de resistência indígena e negra na América Latina, desmistificando a ideia de que os cativos permaneceram passivos diante dos abusos dos senhores de escravos, em especial, no que diz respeito ao uso da língua. De acordo com o autor:

En la América española y portuguesa, el poder colonial/esclavista buscó imponer, desde el siglo XVI, sus propios valores y pautas ideológico-culturales. No desaparecieron, en este proceso, los sistemas culturales de los indios ni los que los africanos deportados – y sus descendientes – habían logrado recrear en América, pero quedaron relegados a la clandestinidad. La relación entre el sistema

ideológico-cultural impuesto por los colonizadores y los sistemas que regían la vida comunitaria de los colonizados/esclavizados se fue organizando, básicamente, según un principio que hemos bautizado, en otra parte, como de diglosia cultural. (LIENHARD, 2008, p. 130)

O autor introduz o conceito de *diglossia* no âmbito cultural, ressaltando que, nas políticas linguísticas, a *diglossia* se refere aos espaços em que duas línguas coexistem em diferentes níveis hierárquicos: uma, de maior prestígio devido ao processo de colonização, é manifestada na escrita e nos ambientes de poder institucional, enquanto a outra, empurrada para a marginalidade, é expressa pelas classes populares subalternizadas, predominantemente através da oralidade. A diglossia das políticas linguísticas coloniais, prossegue o autor, é “particularmente <<dura>>” (2008, p. 131). A língua do colonizador ocupa, de forma despótica, o lugar da “variedade alta” (2008, p. 131), enquanto as línguas dos colonizados e escravizados, são mal toleradas ou reprimidas energicamente, ou são relegadas à periferia social ou à clandestinidade (LIENHARD, 2008, p. 131).

Ao aplicar esse conceito ao âmbito cultural, Lienhard nos leva a refletir sobre a intensidade com que ocorreu a imposição de um discurso e modo de vida hegemônicos durante o processo de colonização na América Latina. O que resultou no apagamento das línguas e de outras expressões culturais das populações indígenas e negras, em favor de uma língua ou cultura considerada superior.

No entanto, as populações negras insurgentes, de acordo com o autor, utilizaram esse conhecimento diglótico, ou seja, a compreensão de dois códigos linguísticos, para resistir e encontrar formas de combater e resistir à escravidão. Essa habilidade permitiu que os escravizados transitassem entre duas culturas e duas linguagens, ocultando, por exemplo, suas crenças africanas por trás das figuras dos santos católicos e combinando estratégias de guerra ocidentais com aquelas de matriz africana. Desse modo, pode-se afirmar, também, que a forma como essa população vem se apropriando da literatura ao longo do tempo e de outras formas de produção escrita e artística, divulgando pensamento e percepções sobre a vida, denota o processo de diglossia na prática.

Nesse contexto, podemos perceber que Carolina e Conceição, que podem ser caracterizadas como *outsiders* à luz do conceito de Patrícia Hill Collins, desempenham um papel fundamental como agentes de transformação na tradição literária brasileira. Ambas compreendem o valor dos códigos linguísticos e os incorporam em seu processo de escrita que, conseqüentemente, impulsiona uma reestruturação do universo social.

Essa apropriação linguística é, por sua vez, uma ferramenta na criação de narrativas coletivas que representam suas comunidades de forma autêntica, profunda e livre de estereótipos. Em outras palavras, ao explorarem o mundo da literatura, essas

autoras têm a habilidade de oferecer uma visão alternativa da experiência da mulher negra e de sua comunidade, desafiando e desmontando a narrativa de subalternidade que frequentemente as envolve, por isso tais narrativas podem ser consideradas decoloniais.

Com relação a essa nova configuração literária, olhando a literatura contemporânea, é importante destacar as análises apresentadas pela escritora e crítica literária Regina Dalcastagnè na obra *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, publicada em 2012. Neste livro, a autora nos conduz a uma análise sobre os desafios e complexidades que permeiam a produção literária no Brasil. Ao examinar os espaços de produção, recepção e divulgação literárias no país, identificou diversos fatores que contribuem para essa exclusão e tornam esse território um lugar de contestação. Além disso, Dalcastagnè propõe um olhar sobre a obra de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo*, como um exemplo de escritora que, mesmo diante desse contexto de “não pertencimento” à literatura tradicional, consegue representar habilmente a população urbana e periférica com profundidade e autenticidade.

Nota-se que hoje, Carolina é estudada nos espaços acadêmicos, recebeu alguns prêmios literários, inclusive, ganhou o título de Doutora Honoris Causa da UFRJ em 2021, como homenagem póstuma. No entanto, é importante lembrar que, à época, essa autora não recebeu a mesma atenção nas pesquisas acadêmicas, diferentemente de outros autores, e se manteve por um longo período afastada desses ambientes de pesquisa. As atenções direcionadas a ela, inicialmente, ficaram no âmbito da comercialização eufórica da catadora de papel da favela do Canindé que escrevia. O que foi um grande desperdício, já que ela possui uma força na palavra capaz de transformar estruturas sociais estereotipadas, e, mesmo sem o devido respeito, rompeu barreiras e, nos últimos anos, vem recebendo o valor merecido.

Para Dalcastagnè, o fato da autora pertencer a esse lugar “de dentro” confere a ela um olhar singular, capaz de representar seus personagens com propriedade, afinal, o lugar em que ela se encontra para falar muda a perspectiva do olhar e traz com riqueza de detalhes o contexto de vivências da qual também participa. Para a autora, nos convoca a refletir sobre um ponto chave na obra de Carolina.

Ler Carolina Maria de Jesus como literatura, colocá-la ao lado de nomes consagrados, como Guimarães Rosa e Clarice Lispector, em vez de relegá-la ao limbo do “testemunho” e do “documento”, significa aceitar como legítima sua dicção, que é capaz de criar envolvimento e beleza, por mais que se afaste do padrão estabelecido pelos escritores da elite. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 14)

No trecho, é apresentada uma perspectiva que compara a abordagem da autora Carolina Maria de Jesus, que escreve a partir de sua vivência "de dentro" com outros escritores, como Dalton Trevisan e Rubem Fonseca, que também abordam o ambiente urbano "de fora". Essa distinção revela perspectivas distintas em relação à autora.

Carolina se destaca pela diversidade de perspectivas encontradas em sua narrativa, proporcionando uma visão multifacetada e autêntica da vida nas periferias urbanas. No entanto, é importante salientar que cada um desses autores adota sua própria postura estética para construir suas narrativas, adotar uma linha na literatura e fazer críticas sociais. Eles atingem seus objetivos de diferentes maneiras, e cada abordagem tem seu valor no cenário literário.

Na obra de Carolina, ela vai além de arquétipos simplistas que retratam os trabalhadores, os pobres e os moradores da periferia como meros ignorantes, mal intencionados, alcoólatras, marginais ou indivíduos violentos. Sua abordagem oferece uma visão multifacetada e autêntica desses personagens, permitindo que suas vozes sejam ouvidas com riqueza e complexidade. Carolina Maria de Jesus contribui de forma significativa para a literatura ao trazer à tona uma representação mais profunda e matizada da vida nas periferias urbanas, enriquecendo o panorama literário brasileiro com suas narrativas críticas e autênticas.

Essa mesma abordagem se destaca também na construção de personagens de autores que vêm das margens, como Ferréz, Mirim Alves, Paulo Lins, Geni Guimarães, Sacolinha, dentre outros, que também têm vivências nesses lugares sobre os quais escrevem, como afirmou Dalcastagné, falam de "dentro". E, ao se posicionarem a partir desses lugares dos quais pertencem, as autoras de *Quarto de Despejo* e *Becos da Memória* retratam os cidadãos da periferia como trabalhadores que se desdobram para sustentar suas famílias, enfrentam desafios, sofrem, auxiliam os vizinhos em suas necessidades, demonstram afetividade, participam ativamente da comunidade compartilhando momentos de lazer, são estudantes e desempenham uma infinidade de outros papéis além da violência. Em resumo, essas obras reconhecem e destacam as qualidades positivas dessas pessoas, proporcionando uma visão mais completa e humanizada de suas vidas. E isso ocorre de duas formas.

A primeira com Carolina, que apresenta uma expressão singular, baseada nas leituras a que teve acesso e nas experiências de vida. Mesmo sem oportunidades educacionais formais, estabelece uma conexão profunda com a linguagem, utilizando-a como uma ferramenta para abordar e denunciar questões sociais cruciais relacionadas a sua vida e a de outras pessoas. Em primeira pessoa, a partir do gênero diário, enquanto narradora e protagonista, destaca pontos como: o racismo, a desigualdade no sistema

educacional, as condições precárias de vida nas periferias, a violência doméstica e outras formas de violência, bem como os desafios da maternidade solo. Nesse movimento, destaca também a inocência das crianças, os momentos de lazer, as idas à escola e as alegrias que alimentam quando recebem algo novo.

Por outro lado, numa segunda forma, com Conceição Evaristo, que tem um nível de instrução superior ao de Carolina e, de forma consciente, explora e brinca com as palavras e seus significados. Através de uma narração que transita entre o narrador em primeira e terceira pessoa, desenvolve um estilo de escrita único, um romance que mescla o passado, o presente e o futuro, no qual joga com os nomes dos personagens para criar substantivos simples e compostos que desempenham um papel significativo na construção das personas ficcionais, como o nome Bondade, já citado anteriormente. Esse recurso enriquece a narrativa ao incorporar significados profundos e simbólicos à trajetória dos personagens. Tomemos como exemplo o nome composto Maria-Nova, cujo nome, comum em nosso país, representa inúmeras outras Marias, ou então, Maria-Velha, cuja força e resiliência inspiram a primeira, trazendo a ideia da ancestralidade.

A escrita dessas obras e a maneira como as autoras as desenvolvem são um reflexo significativo do processo de decolonização, de *diglossia*, de criatividade, de *autodefinição* e de *autoavaliação*. Nesse processo, ambas as autoras estabelecem uma ponte entre dois mundos distintos. Por um lado, encontramos o universo no qual foram criadas, com suas experiências de vida e as comunidades das quais fazem parte. Por outro lado, está o mundo que, teoricamente, lhes seria inacessível devido às barreiras sociais e raciais impostas. No entanto, ao explorarem esse segundo mundo, Carolina e Conceição desafiam essas barreiras e, por meio da escrita, reivindicam seu espaço na literatura e na sociedade, partindo de outras cosmovisões, de outras formas de escrita, de outros espaços, de novas apresentações literárias. Elas redefinem a narrativa sobre as mulheres negras e sobre a população negra, oferecendo uma perspectiva única e enriquecedora que amplia as fronteiras da representação e da autenticidade.

Essa ação transcende os limites impostos pelo sistema e permite que a voz da mulher negra seja ouvida e reconhecida, contribuindo assim para a diversificação e a representatividade na literatura e na sociedade como um todo. Esse levante e muita luta antes de que isso fosse permitido, por muitas outras pessoas que não tiveram o devido reconhecimento, permitiram o acesso da população negra às escolas e universidades. Passo que também oportunizou o acesso a criação de novas epistemologias e pesquisas em torno da questão nessa comunidade. Portanto, a escrita dessas autoras é parte desse movimento de mudança. Torna-se uma ferramenta de empoderamento e uma força transformadora que desafia as normas estabelecidas e reafirma a importância da

autenticidade e da diversidade, ampliando as possibilidades de expressão e construindo uma narrativa mais rica e inclusiva.

Da mesma forma, a *Literatura Decolonial e Negra*, representada por obras como *Quarto de Despejo* e *Becos da Memória*, tem desafiado o paradigma hegemônico branco que há muito tempo permeia a literatura, cultura, poder, conhecimento e a ideia de identidade na sociedade brasileira. Ao compartilhar as histórias e perspectivas das pessoas negras, essas obras não apenas reivindicam o espaço que lhes é devido, mas também demonstram que a escrita é uma ferramenta de empoderamento e resistência capaz de transcender barreiras socioeconômicas e culturais.

Ao adotar essa abordagem não convencional, essas obras lançam uma crítica contundente à colonialidade que oprime e tenta impor representações alheias à população marginalizada. Elas desafiam a narrativa dominante e reafirmam a importância da autenticidade, da representatividade e da resistência, ao mesmo tempo em que ampliam o horizonte da literatura nacional ao incorporar vozes anteriormente silenciadas.

Esse fenômeno também serve como um estímulo para outros escritores do mesmo grupo consolidarem sua presença na esfera da escrita, contribuindo assim para a diversificação, pluralidade e equidade no campo das ciências. Além disso, ele inspira pessoas que vivenciam os mesmos preconceitos a se sentirem representadas e motivadas a lutar contra a discriminação e a desigualdade. Nesse sentido, Collins nos lembra da importância de examinar esse fenômeno literário, pois ele oferecerá benefícios significativos para pesquisas em diversas áreas:

Sociólogos podem se beneficiar ao considerarem seriamente a emergência da literatura multidisciplinar que denomino pensamento feminista negro, precisamente porque para muitas mulheres intelectuais afro-americanas a “marginalidade” tem sido um estímulo à criatividade. Como outsiders within, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de outsider within ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas (COLLINS, 2016, p. 101)

Esse olhar para a literatura produzida por escritores brasileiros, latino-americanos, caribenhos e outros grupos que não se enquadram na perspectiva eurocentralizada é fundamental para enriquecer e diversificar as pesquisas em torno da nossa literatura. Além disso, essa abordagem pode fornecer *insights* valiosos sobre as questões sociais que enfrentamos, bem como oferecer diretrizes para a construção de uma sociedade brasileira verdadeiramente democrática, como preconiza a *Constituição Federal* de 1988.

A escrita decolonial, bem como todo o giro decolonial na América Latina, por sua vez, é uma resposta a um sistema que historicamente subestimou a importância da voz das minorias e dos países colonizados. Ela não se limita ao ato de escrever; ela redefine quem também tem o direito de contar histórias e como essas histórias são contadas. Ela nos lembra que a literatura não deve ser um clube exclusivo, mas sim um espaço inclusivo onde todas as vozes podem ecoar. E é válido lembrar que nos últimos anos isso vem gradativamente se construindo através de muita luta e resistência.

Ao descolonizar a escrita e os espaços sociais, não estamos apenas promovendo a diversidade e a representatividade, mas também reconhecendo que a história do Brasil é composta por muitas vozes, muitas histórias e muitas experiências. É uma jornada de reivindicação do direito de todos compartilharem suas narrativas e memórias sem serem coibidos por barreiras sociais ou econômicas. O *Movimento Negro Unificado* (MNU) desempenha um papel importante na abertura desses espaços e nas reivindicações da população negra no Brasil. Fundado em 1978, ainda durante o regime militar, desempenhou um papel significativo na luta contra o racismo no país.

Com o surgimento da organização mencionada, várias outras iniciativas desempenharam um papel fundamental na consolidação da produção escrita pela população negra. Um exemplo notável é o *Cadernos Negros*, que também surgiu em 1978, criado pelo coletivo Quilombhoje. O nome dessa série de cadernos literários é uma homenagem direta à Carolina, que escrevia em cadernos encontrados durante sua coleta de materiais recicláveis. Logo, dentro desse coletivo, passaram a ser publicados poemas e contos escritos por mulheres e homens negros. Dado que publicar em editoras convencionais naquela época era uma tarefa árdua para esse grupo, eles optaram por produzir de forma independente, criando assim o seu próprio meio de divulgação da arte, da cultura, do pensamento e do modo de vida dessa população. Conceição Evaristo é uma das escritoras que compõe os autores das coletâneas, aliás, foi nele que ela começou a publicar.

Além dos movimentos já mencionados, o Brasil também é palco do Movimento Feminista Negro, que tem desempenhado um papel crucial desde a década de 1970 na construção de debates importantes sobre questões relacionadas a gênero, raça e classe. Esse movimento evidencia que as experiências das mulheres são atravessadas por múltiplas intersecções e que a opressão que elas enfrentam não pode ser reduzida a um único aspecto. Em vez disso, as opressões de gênero, raça e classe estão intrinsecamente entrelaçadas e precisam ser consideradas em conjunto.

Dentro desse movimento, destacam-se intelectuais notáveis, como Luiza Bairos, Lélia González e Sueli Carneiro. Elas desempenham papéis fundamentais na formulação

de teorias e estratégias para lidar com as questões de gênero, raça e classe no Brasil. Suas contribuições ajudam a conscientizar a sociedade sobre as interseções complexas de opressão e a promover a igualdade de gênero e racial. Outrossim, torna-se indispensável acrescentar às questões que elas abordam, outras abordagens, como: as discussões de Maria Lugones na América Latina, que já foram mencionadas ao longo deste trabalho.

Quando María Lugones introduz a ideia da Colonialidade de Gênero, contrastando-a com alguns pontos da teoria de Aníbal Quijano, ela enriquece significativamente as reflexões relacionadas ao feminismo não tradicional. Isso fornece elementos adicionais de análise das opressões experienciadas por mulheres não brancas. Nesse caminho de teorização, busca-se compreender as complexas questões que afetam a vida de múltiplas mulheres. Por exemplo, sua abordagem permite compreender que a concepção tradicional de gênero, tal como foi imposta pelo colonialismo, é uma herança que continua a impactar a vida cotidiana de muitas mulheres em múltiplos níveis ainda hoje.

Nesse sentido, o trabalho de Lugones incorpora o conceito de interseccionalidade, que reconhece que as identidades das pessoas são multifacetadas e que as opressões se entrelaçam de maneira complexa. Isso significa que as mulheres não brancas podem enfrentar diferentes formas de opressão com base em sua raça, gênero e outros fatores, e olhar para a interseccionalidade é fundamental para entender a amplitude das experiências humanas e para desenvolver estratégias eficazes de empoderamento e de luta contra a opressão enfrentada por diversos grupos marginalizados, o que não inclui apenas as mulheres. As ideias de Lugones têm contribuído para uma compreensão mais completa e sensível das questões de gênero, raça e classe, assim como para a promoção da justiça social e da igualdade.

Destaca-se, também, dentro desses estudos sobre a *Colonialidade de gênero*, outro conceito que se alinha com às perspectivas de outras teóricas decoloniais e do feminismo negro: o *Locus Fraturado*. Através dele, a autora nos revela que, desde o período da colonização, fomos categorizados em uma dicotomia rígida que engloba homem/mulher, humano/não humano, com valor/sem valor. Isso significa que fomos colocados em situações/lugares em que a opressão e marginalização são evidentes. No entanto, destaca também que é nesses locais de opressão que surge a resistência/a fratura, e é a partir desses *locus fraturados* que as vozes das mulheres, especialmente, das mulheres não brancas, têm lutado e se erguido contra as estruturas coloniais de poder, contribuindo para a transformação da sociedade. Sobre isso Lugones aponta que

[...] o processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados. O processo que quero seguir é o de oprimir ← → resistir no lócus fraturado da diferença colonial (LUGONES, 2014, 941).

Nessa *fratura*, mulheres como Carolina e Conceição têm se apresentado ao mundo, reescrevendo narrativas históricas e literárias. É fundamental destacar a importância de todos esses movimentos de resistência e teorias que se unem para consolidar estudos literários e sociais, a fim de firmar espaços mais democráticos, torna-se relevante ainda voltar um olhar atento no papel da educação dentro desse processo de avanços. Já que através dela faz-se possível a divulgação da epistemologia e da literatura negra nos últimos anos. Aqui o dito popular “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura” faz todo sentido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O LEGADO DE CAROLINA E DE CONCEIÇÃO EVARISTO PARA TODAS AS VIDAS

Ao longo desta dissertação, exploramos as profundas contribuições de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo para a (des)construção da identidade da mulher negra e para a luta antirracista, por meio de uma análise literária comparativa de suas obras e experiências. Logo, pode-se afirmar que as vivências expressas nas páginas de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Becos da Memória* revelaram-se narrativas literárias poderosas, desafiando e desmantelando estruturas opressivas enraizadas no racismo e no sexismo.

Essas vozes insurgentes não apenas inspiram e empoderam outras mulheres a resistirem contra a marginalização e a discriminação, mas também impulsionam a construção de uma sociedade que se move em direção à desconstrução de antigos estigmas. Uma sociedade capaz de encarar a mulher como um ser autônomo, responsável por suas escolhas, livre da sombra de uma figura masculina dominante, desempenhando papéis de liderança e de importância social.

Além disso, essas vozes estimulam pesquisadores a desafiarem as normas acadêmicas, que direcionam muitas vezes seu foco exclusivamente para as produções europeias, reconhecendo nelas o único valor artístico possível. Nos últimos anos, observamos um movimento crescente de desprendimento das raízes eurocêntricas, impulsionado pela resistência de grupos que, apesar dos impasses causados pelo afastamento de diferentes esferas sociais educativas, legislativas, políticas, religiosas, etc., persistem na apropriação, ocupação e divulgação de seus próprios saberes.

O reconhecimento de Carolina de Jesus com o título "Honoris Causa" da UFRJ, por exemplo, destaca a dimensão social duradoura de sua obra, mesmo após sua morte. A importância dessas autoras transcende as fronteiras nacionais, impactando não apenas o Brasil, mas toda a América Latina, reafirmando uma identidade autônoma na região. Logo, pode-se afirmar que foi através do ato de resistir que elas, outros autores e personagens da história surgiram e, hoje, são reconhecidos como parte de um ideário até pouco tempo inimaginável.

Entretanto, é crucial lembrar que, apesar dos avanços, enfrentamos ainda a existência do racismo estrutural. Fato que fica exemplificado na pouca presença ou mesmo na ausência de homens e mulheres negras dentro das academias, nas instituições políticas, na representação em cargos importantes no país, como no Supremo Tribunal Federal, etc. É de conhecimento público, citando caso análogo, que até hoje

nenhuma mulher negra ocupou a cadeira da Academia Brasileira de Letras (ABL), e mesmo quando Conceição Evaristo foi cogitada, não obteve votos suficientes para ser eleita. Desse modo, é preciso reafirmar que a luta é contínua e é responsabilidade de todos. E, sendo este um papel de todos, é preciso recordar também daquilo que o educador Paulo Freire nos ensinou ao dizer que

O diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo e pelos homens. Designar o mundo, que é ato de criação e de recriação, não é possível sem estar impregnado de amor. O amor é ao mesmo tempo o fundamento do diálogo e o próprio diálogo. Este deve necessariamente unir sujeitos responsáveis e não pode existir numa relação de dominação. A dominação revela um amor patológico: sadismo no dominador, masoquismo no dominado. Porque o amor é um ato de valor, não de medo, ele é compromisso para com os homens (FREIRE, 1979, p. 42-43).

Diálogo é o caminho e nunca o silêncio imposto pela dominação e pelo medo. É urgente exigir o respeito devido à identidade e à cultura da população negra. Dignidade para todos é uma demanda que ambas as autoras destacam em suas obras e que é coletiva; pois, como destaca Lugones (2020), não há homogeneidade e identidades únicas em quaisquer áreas ou lugares. Sendo assim, pode-se afirmar que as escritoras, através de suas narrativas, apresentam à sociedade a verdadeira faceta de um grupo que busca (re)construir sua história, devolvendo dignidade e uma visão positiva a partir de uma ótica singular, do seu verdadeiro eu e, especialmente, de experiências vividas. Como aponta Collins (2016), elas se autodefinem e se autoavaliam enquanto escrevem, falam e ocupam outros espaços, proporcionando outros olhares para si e para o seu grupo.

Ao comentar sobre sua experiência no campo da publicação e a demora na decisão de publicação de *Becos*, Conceição Evaristo (2017) evidenciou que "reconhecer que as mulheres negras são intelectuais em vários campos do pensamento, produzem artes em várias modalidades, o imaginário brasileiro pelo racismo não concebe" (EVARISTO, 2017). Mas, apesar disso, ela e outras escritoras fazem história no país e no mundo combatendo o racismo. Nesse aspecto, pode-se afirmar que "resistir" é a palavra que melhor caracteriza a escrita e o povo negro.

Como educadora e aprendiz, ao ler essas obras e todo o material bibliográfico, pude compreender que elas podem ser analisadas também sob a perspectiva da interseccionalidade; pois, abarcam questões de raça, gênero e classe. Isso porque as escritoras mostram por meio de suas experiências a relação real, no dia a dia da comunidade, entre o racismo, o sexismo e a marginalização. Esse ponto evidencia como os estudos decoloniais, enquanto epistemes não tradicionais no universo acadêmico, são

fundamentais para a leitura desses cenários sociais e para o enfrentamento das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira.

As autoras, assim como outros intelectuais e pessoas anônimas negras, lutaram/lutam, a fim de conquistar espaços de direito, proporcionando e impulsionando a representatividade, mostrando aos garotos e garotas negras das comunidades que é possível estar em lugares além daqueles propostos pela invisibilidade de suas vidas nas periferias brasileiras. Essas vidas que muitas vezes são dominadas pelo preconceito, pela precarização e pelo abandono das instituições sociais responsáveis pelos poderes executivo, legislativo e judiciário.

É contra essa postura de anulação que ambas se posicionam na responsabilidade crítica e cidadã de denunciar as lacunas sociais existentes. Ensinam, desse modo, o significado da resistência. Assim como o fez bell hooks (2013) ao apontar para uma necessidade de uma educação transgressora em *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade*.

Por entender e acreditar na educação como espaço de transformação, formação de sujeitos preparados para fazer suas próprias escolhas, capazes de promover a liberdade e, principalmente, de questionar a ordem social estabelecida, que estando em um espaço educacional, na condição de educador e também aprendiz, reafirmamos as palavras de Paulo Freire ao dizer que “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 2019, p. 127).

Portanto, por não temer o debate diante da realidade, é que tais palavras vinculam-se ao estudo aqui proposto, como um ato de coragem, uma continuidade do debate e um anseio para o futuro desta pesquisa, que poderá explorar a relação entre o ensino e a literatura negra nas escolas das comunidades brasileiras. Isso abrirá espaço para discussões sobre os impactos diretos na construção da identidade dos aprendizes e na desconstrução do racismo.

Olhando para o contexto brasileiro e latino-americano, compreendemos a urgência de persistir na pesquisa e na produção que visa explorar os espaços de poder na promoção da igualdade e da dignidade humana. Valorizar as contribuições culturais e intelectuais das vozes marginalizadas não é apenas um ato de reconhecimento, mas um compromisso ativo na criação de ambientes onde a diversidade é celebrada e promovida como meio de combate às mazelas sociais ligadas à exclusão.

Em resumo, o estudo decolonial, a inclusão dessas narrativas em diferentes espaços e a promoção de debates sobre os desafios enfrentados por diferentes grupos sociais representam passos significativos em direção à construção de uma sociedade

verdadeiramente democrática. A literatura, como instrumento de expressão social, pode promover diferentes identidades, desafiar estereótipos e contribuir para uma consciência crítica sobre a herança colonial e o persistente racismo estrutural.

Ao encerrar esta parte da pesquisa, reconhecemos que as lições extraídas das leituras das obras de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, juntamente com todo o material bibliográfico, têm o potencial de inspirar movimentos sociais, educadores, alunos e formuladores de políticas públicas não apenas no Brasil e na América Latina, mas também além de nossas fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/MEC, 2012.

AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**. 40. ed. São Paulo: Martins, 1970. Coleção: Obras ilustradas de Jorge Amado.

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo**. Trad. Édina de Marco. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2000. V. 8, n.1, pp. 229-236.

_____. **Borderlands/La Frontera: La nueva mestiza**. Trad. de Carmen Valle Simón, Madrid: Capitán Swing, 2016.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Editora Pólen, 2017.

_____. **Um buraco com meu nome**. 1ª ed. — Rio de Janeiro : Alfaguara, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena. Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

CASTRO, Susana de. **Condescendência: estratégia pater-colonial de poder**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

Carneiro, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo : Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

COLLINS, Patricia Hill. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão**. Cadernos Sempreviva, 2015.

_____. **Aprendendo com a outsider within***: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1. Janeiro/Abril 2016.

Constituição da República Federativa do Brasil. [recurso eletrônico] — Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023.

DUARTE, Constância e NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escrevivência: a escrita de nós Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e Etnia: uma escre(vivência) da dupla face. Mulheres no mundo, etnia, marginalidade e diáspora.** (ed.) Nadilza Martins de Barros Moreira and Diane Schneider. João Pessoa: Idéia, 2005. p. 201-212.

_____. **Da representação à auto apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira.** In: Revista Palmares – Cultura Afro-brasileira. Brasília: Fundação Palmares/Minc, Ano 1, nº. 1, Agosto, 2005.

_____. **Becos da Memória.** Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

_____. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade.** Belo Horizonte: Scripta, 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em: 06 de mai. de 2023.

_____. **Conceição Evaristo: Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra.** Nexo Jornal, 26 de maio de 2017. Disponível em: www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-demulher-negra%E2%80%99. Acesso em: 19 de nov. de 2023

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FILHO Bastardo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra9053/filho-bastardo>. Acesso em: 26 de janeiro de 2023. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

FILHO Bastardo II - Cena de Interior. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra6874/filho-bastardo-ii-cena-de-interior>. Acesso em: 26 de janeiro de 2023. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Educação como prática de liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Lorena de e SANTOS, Livia de Souza. **Feminismo e resistência: ressonâncias na literatura latinoamericana e caribenha.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** São Paulo: Global, 2003

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **A mulher negra**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

_____. **E eu não sou uma mulher?** 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas: Florianópolis, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RODRIGUES, L. **Lia Rodrigues foi o farol que me deixou mais sensível**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/10/conceicao-evaristo-foi-farol-que-me-deixou-mais-sensivel-diz-lia-rodrigues.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ROSSINI, Maria Clara. **Estupro de mulheres negras e indígenas deixou marca no genoma dos brasileiros**. Super Interessante, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/estupro-de-mulheres-negras-e-indigenas-deixou-marca-no-genoma-dos-brasileiros/>. Acesso em: 6 jan. 2023.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 5. ed. São Paulo: Editora Nobel, 2000.

SCHIMIDT, Simone P. **Sobre favelas e musseques**. IPOTESI, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 207 - 214, jul./dez. 2010

VIEIRA, Antônio. **Essencial padre Antônio Vieira**. Organização e Introdução de Alfredo Bosi. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

TV CULTURA. **Lázaro Ramos se emociona ao falar de ponta de Conceição Evaristo em "Medida Provisória"**. YouTube, 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XE0docz2IPU>. Acesso em: 01 de junho de 2023.